Volume 7: As três grandes damas da literatura europeia: Virginia Woolf, Marguerite Yourcenar e Doris Lessing

# Introdução

Sem sombra de dúvida, a paixão de Leo Gilson Ribeira pela língua inglesa era total e isso ficava evidente pelos elogios que sempre fazia em nossas conversas para “a maior estilista da língua inglesa” como ele não cansava de repetir. É uma pena que ele nunca teve tempo de escrever um livro inteiro sobre Virginia Woolf ou sobre Doris Lessing, outra de suas grandes paixões literárias. Ambas, conjuntamente com a escritora de língua francesa Marguerite Yourcenar, primeira mulher a entrar na Academia Francesa de Letras, representam uma tríade de autoras muito prestigiadas por nosso crítico e que focalizaram em suas obras questões sobre a mulher para as quais nosso crítico sempre estave muito atento.

Resolvemos reunir os textos consagradas por ele a essas três autoras como um volume autônomo, como uma espécie de tributo que ele sempre se preocupou em fazer à inteligência, sensibilidade e lucidez de diversas escritoras do Brasil e do mundo. Do mesmo modo, reunimos também os textos de Leo Gilson Ribeiro sobre Clarice Lispector e Hilda Hilst, duas escritoras com as quais ele manteve um forte vínculo de amizade, bem como, obviamente, de imensa admiração literária. Cabe mencionar também a escritora italiana Elsa Morante que nosso crítico chegou a conhecer e entrevistar no Rio de Janeiro, mas que pela escassez de material preferimos incluir em um volume dedicado à literatura italiana que ele considerava ser, injustamente, a “mais subestimada do Ocidente”.

O seu grande entusiasmo por essas três artistas europeias fica explícita nesses textos aqui reunidos e que foram escritos, como sempre, em função das circunstâncias jornalísticas: resenhas sobre livros publicados, datas comemorativas, análises de livros ou da obra e no caso de Doris Lessing também uma entrevista. Algo que ele também havia feito com Clarice Lispector, com Hilda Hilst e até mesmo com Elsa Morante.

Com relação a Doris Lessing, percebe-se o quanto a leitura atenta de sua obra foi decisiva na formação de muitas das ideias de nosso crítico que já estavam presentes desde o princípio, mas que foram se acentuando com o passar do tempo. As denúncias às injustiças contra as mulheres, a dimensão ética orientando e guiando a escrita com denúncias aos racismos e preconceitos étnicos, enfim, um olhar múltiplo sobre os povos não ocidentais e sobre a catástrofe ecológica que já se anunciava e para a qual ele esteve sempre bastante atento.

# Virginia Woolf

## Arte-amor-morte

Veja;1970/12/30

*Mrs. Dalloway*, Virginia Woolf, Editorial Bruguera.

Antes de suicidar-se, em 1941, vítima de aguda depressão nervosa, Virginia Woolf (1882-1941), a grande renovadora do romance inglês, anotou em seu *Diário* de extraordinária perspicácia: “A beleza final de uma obra literária não é nunca verdadeiramente sentida por seus contemporâneos”. Com a tradução no Brasil de seu extraordinário romance, *Mrs. Dalloway*, 45 anos após sua publicação em Londres, essa anotação torna-se profética. A inventiva autora de *Orlando* reúne neste painel extraordinário as duas grandes revoluções do romance ocidental da primeira metade deste século: o *Ulisses* de James Joyce e *Em Busca do Tempo Perdido* de Marcel Proust. Seguindo o itinerário de *Ulisses*, ela sintetiza em 24 horas a vida de uma mulher, Mrs. Dalloway, e de uma cidade, Londres, como Joyce sintetiza a vida de Leopold Bloom e de Dublin. São os três temas centrais que formam o núcleo da narrativa: Clarissa Dalloway sai de casa cedo, para preparar uma grande festa, e atravessa ruas movimentadas da metrópole. Ao voltar para casa o homem que a amara apaixonadamente e, rejeitado por ela, partira para a Índia, Peter Walsh, reaparece e vem visitá-la de improviso. A caminho passa por um neurótico de guerra, Septimus Warren Smith, sentado com sua mulher italiana, Lucrézia, num banco de jardim de um parque. Smith tem um acesso de loucura e é levado, nesse mesmo dia, ao suicídio. Clarissa fica sabendo dessa morte pelo médico de Smith, que relata brevemente no final da festa o caso desse seu paciente alucinado por visões de guerra, de amor e de maldade humana. São os três motivos essenciais da própria obra de Virginia Woolf enfeixados em *Mrs. Dalloway*: 1) a vida como Beleza, como mero pretexto estético, divorciado da realidade – Clarissa; 2) a vida como amor e arroubo emocional que arruína o indivíduo – Peter; e 3) a vida como “um conto contado por um louco e não significando nada” – o suicida Septimus. A arte, o amor e a morte cifram-se assim nessas 24 horas da vida de Londres e da fútil e mundana Clarissa Dalloway. Mas, profundamente influenciada por sua admiração por Proust, Virginia Woolf condensa em duzentas páginas da mais bela prosa que a língua inglesa possui – admiravelmente captada pela tradução sensível de Mário Quintana – as 4000 páginas de *Em Busca do Tempo Perdido*. Como motivo constante, os relógios de Londres, desde o Big Bem, implacável e solene, até o de Santa Margarida, feminino e estouvado. É um símbolo proustiano do Tempo passando e transformando tudo.

Na festa - como na festa da Duquesa de Guermantes que encerra *Em Busca do Tempo Perdido* -, os personagens, tocados pelo tempo, estão profundamente metamorfoseados. Clarissa renunciou ao amor pelo sucesso e pela lógica – e a lógica a impede de aceitar o desvario amoroso de Peter ou o irracional monstruoso de Septimus. Peter malbaratou sua vida na Índia e é um homem gasto.

Virginia Woolf funde a arguta crítica social da aristocracia feita por Proust e os recursos da memória evocada pelos sentidos que ele exemplificou. Um broche antigo, uma porta aberta, devolvem Clarissa a seu mundo anterior, quando era cortejada por Peter e fazia coisas cheias de imaginação e inconformismo com sua amiga Sally. Dessa forma, as mesmas 24 horas e as mesmas paisagens urbanas de Londres aparecem sob pontos de vista diferentes, mas todos complementares, como vitrais de uma rosácea medieval. “A compensação da gente envelhecer, pensava Peter Walsh, retirando-se de Regent’s Park com o chapéu na mão, era simplesmente esta: que as paixões permanecem tão fortes como antes, mas adquire-se – afinal! – o poder que dá o supremo sabor à existência, o poder de nos apoderarmos da experiência e volteá-la lentamente, em plena luz. Como uma nuvem que atravessa o sol, o silêncio caiu sobre Londres, e caiu sobre o espírito. Todo esforço é findo. Pende o tempo, do mastro. Rígido, somente o esqueleto do hábito sustenta a forma humana. E onde não há nada, disse Peter Walsh a si mesmo, o sentimento escava-se, oco, completamente oco, Clarissa recusou-me. E ali ficou parado a pensar: Clarissa recusou-me.”

Depois das experiências relatadas por Aldous Huxley em *As Portas da Percepção*, com o uso de mescalina, as alucinações de Septimus antes de morrer adquirem um significado mais inquietante, impossível antes da era da experiência com drogas alucinógenas. Mas é um pressentimento dos mesmos temores e êxtases da autora antes de suicidar-se que se reflete nessas duas formas de si mesma divididas entre o louco suicida e a cultora irresponsável do Belo desligado do Real. São os temas cifrados no seu monólogo final nesta obra-prima incomparável do romance inglês, de todos os tempos: “Mas havia uma coisa que mais importava; uma coisa emaranhada pelas conversas, desfigurada, obscurecida, na própria existência dela, Clarissa, uma coisa que a desgastava, dia a dia, em corrupção, mentiras, conversas. Essa coisa, ela a havia preservado. A morte era um desafio”.

## Ela foi muito mal-recebida no Brasil. Pelo tradutor.

*Jornal da Tarde*;1977/5/28

Senhor Editor da Seção “Biblioteca” do *Jornal da Tarde*

Era minha firme intenção escrever um longo artigo para a sua Seção, focalizando a suprema escritora inglesa de todos os tempos, Virginia Woolf, aproveitando a oportunidade do lançamento do seu livro *To the Lighthouse*, em sua, digamos, benevolente “tradução” em português sob o título *Passeio ao Farol*, publicação da Editorial Labor do Brasil.

Era meu propósito revelar, no que minha capacidade humanamente limitada me permitisse, a grandeza inigualável dessa radical revolucionária da literatura e do pensamento do século XX, essa ativa feminista, essa criadora, de um lado, do elo entre o fluxo da consciência joyceano e a celebração do efêmero recapturado pela arte, em continuação da *recherce du temps perdu* proustiano e, de outro lado, a antecipadora do *nouveau roman* francês com sua abolição de enredos balzaquianos, regidos pelo relógio, pela cronologia rígida dos acontecimentos, pela descrição física e caracterização minuciosa dos personagens.

Mais ainda: eu pretendia mostrar ao público dos meus hipotéticos leitores, por meio de que alquimia artística Virginia Woolf conseguiu criar uma ficção que nada tem a ver com a “novela” nem o “romance” tradicionais e se aproxima, como afinidade, muito mais das cores e da atmosfera de um quadro impressionista de Monet ou Pissarro, com o fugidio do momento captado em palavras em vez de flores, nenúfares ou um monte de feno. Ou de um relato (?) que tem muito mais a ver com o clima criado pelos sons diáfanos de Debussy na suíte que dedicou ao mar, com seus momentos mutáveis ou a fantasia divagadora do seu famoso *L’Aprés Midi d’un Faune*.

*To the Lighthouse* (Passeio ao Farol) é possivelmente a reflexão artística mais complexa e mais perfeita como obra de arte irretocável, de toda a literatura inglesa dos últimos 50 anos, sem esquecer nem menosprezar Joyce, Yeats, Auden, D. H. Lawrence nem E. M. Foster ou Henry James e T. S. Eliot.

O que me impede, então, de documentar a grandeza plural de Virginia Woolf?

A tradução em *Passeio ao Farol* há uma personagem que morre de parto. Igual destino foi funestamente traçado para o abrasileiramento desta complexíssima sinfonia de sons, cores, e profundas mediações filosóficas, sociais, psicológicas, humanas, artísticas. O tradutor Oscar Mendes não desconhece totalmente nem o inglês nem o português, justiça lhe seja feita. Mas suas liberdades e desleixos com esse texto deslumbrante, matizado, de uma profundeza ética e estética insuperável evocam um coro de milhares de carpideiras, de luto pelo estrangulamento de mais uma obra-prima transplantada para o nosso idioma com rejeição imediata do organismo que recebe enxertos indevidos. Dois exemplos, entre muitos, talvez testemunhem factualmente o que afirmo. Primeiro: no original (edição Everyman da editora londrina J. M. Dent &n Sons Ltda, n. 949, coleção Fiction, página 90), diz a sublime escritora:

“*The liftman in the tube is an eternal necessity*”

Seu tradutor brasileiro altera para simplesmente isto:

“O ascensorista no Trem Subterrâneo é uma classe escrava”

Quando o sentido é o de

“O ascensorista no Trem Subterrâneo (ou metrô) é (ou constitui) uma necessidade eterna”

Isto na parte em que a personagem do livro, o professor de filosofia, Mr. Ramsay, indaga se a sociedade tem necessidade de escravos para ser a melhor das sociedades, a que atinge o nível ótimo como civilização.

Em seguida, através dessa mesma personagem, a escritora transmite muito das suas dúvidas sobre a necessidade da arte, problema que angustiava também Thomas Mann: a arte seria uma mera decoração, um mero ornamento supérfluo para a precaríssima condição humana sujeita a problemas muito mais imediatos e contundentes quanto a injustiça social, a pobreza, a violência, a morte, a loucura, o envelhecimento inelutável?

Sua personagem, que se auto inspeciona no plano da reflexão ética, sente repulsão pela ideia de uma sociedade escravagista, por mais “civilizada” que possa ser: *the thought was distateful to him*, o que consideravelmente minorado em seu impacto ao ser traduzido simplesmente como “o pensamento causou-lhe desgosto”, quando, na realidade, *disgust* em inglês é muito mais forte, significa repulsão, nojo, revulsão e não “desgosto”.

O pior de tudo, nesse crescendo de absurdos, é quando o tradutor comprova o chavão batidíssimo de que nos falam os milênios, segundo o qual, o *traduttore* é *traditore*, ou seja, o tradutor é um traidor. Ai de nós, é um lugar comum repetido *ad nauseam*, mas verídico, comprovadamente veraz. Pois enquanto em continuação a esse encadeamento de pensamentos, a personagem (e a autora) continua dizendo (mesma edição inglesa citada, mesma página):

“*To avoid it, he would find some way of snubbing the predominance of the arts*”

O que significa, se nos ativermos ao sentido da frase, que

“Para evitá-lo (evitar aquele pensamento escravagista que lhe pareceu, linhas atrás, repugnante) ele achava ali alguma forma de repelir (com arrogância, com sentimento de superioridade) a predominância das artes”.

O que é confirmado linhas após quando o original diz: “Ele argumentaria que o mundo existe em função do ser humano médio e para ele; que as artes são meramente um ornamento imposto sobre a vida, não a exprimem. Nem Shakespeare lhe é necessário (ou indispensável ou essencial conforme a sensibilidade da interpretação)”.

Pasmo geral! O tradutor (teria cochilado? Queria melhorar a obra imelhorável de Virginia Woolf?) produz uma adulteração antibíblica, transformando em água insalobra o que no original é vinho ou néctar inebriante dos céus:

“Para evitar isso, descobriria algum meio de esperar (grifo e pontos de exclamação incrédulos!!!!!! nossos) o predomínio das artes”.

Senhor editor: a própria Virginia Woolf reconhecera nos seus trinta anos como crítica de livros no Suplemento Literário do jornal londrino *The Times* que conhecer uma obra-prima por meio da camisa de força de tradução é ficar privado do estilo que é inerente a uma obra de arte. Ela dizia isso com referência aos grandes escritores russos. Tólstoi, Dostoievski, Turguêniev etc. O maior escritor judeu da atualidade, Isaac Bashevis Singer, escreve em ídiche e frequentemente publica em inglês traduções de seus contos no *Playboy* (pelo menos publicava até recebermos o *Playboy* no Brasil e antes de se substituir seu texto esplêndido pelas revistas similares brasileiras, que no louvável esforço de evitar importações supérfluas, foram mais drásticas: suprimiram o pensamento que acompanhava o desnudamento de lindas mulheres simplesmente por uma pornografia tenuemente disfarçada de, como diremos?, eugenia ou convite ao cultivo de práticas viris). Como dizíamos, Isaac Bashevis Singer, parece ter antevisto os tradutores brasileiros. Por quê? Porque declarou que “o maior problema da literatura é a tradução”. Sacrossantas palavras! No Brasil, autor após autor é vítima de seu tradutor. O romance *Ada*, de Nabokov, não se pode considerar traduzido: tem uma média de dez erros por página de tradução. Manuel Puig teve seus *Boquitas Pintadas* transformado em *Boquitas Borradas* pela inepta tradução brasileira que “corrigiu” os erros propositais de gramática e ortografia de sua personagem principal. *O Século das Luzes* de Alejo Carpentier, teve inúmeros termos “fortes” ou assim considerados pela sua tradutora brasileira vitoriana ou puritanamente expurgados e abrandados para outros mais de salão, do tipo “marafona” ou “rameira” em vez do termo chulo usado pelas personagens vulgares do autor cubano. Recentemente, a única obra em prosa – e uma extasiante obra-prima – do grande poeta italiano contemporâneo, Prêmio Nobel de Literatura, Eugênio Montale, o seu delicadíssimo e filosófico *A Borboleta de Dinard* ficou metamorfoseado, quando entregue à “gang” de tradutores brasileiros, não numa borboleta, mas numa larva infecta, que nada tem da grandeza, da sutileza, da comoção e piedade humanas do livro original italiano. (Como, aliás, assinalei aqui em artigo no *Jornal da Tarde*. Comoção e piedade humanas que Eugênio Montale certamente estenderia a seus deturpadores brasileiros, invocando a máxima cristã de “Senhor, perdoa-os porque não sabem o que fazem”.

O pretexto sempre invocado é o de que a tradução é um “bico”, um meio de arredondar salários, é uma atividade paga com salários de fome. Mas o lesado final é sempre o leitor brasileiro.

Se no plano da indústria vigessem os mesmos padrões que vigoram, alegremente, no setor de traduções de livros, nossos carros seriam *cabriolets* puxados a burros. Nossa energia nuclear, assunto que provocou tempestades tripartites entre o Brasil, a Alemanha e os Estados Unidos do presidente Carter, se entregue a tradutores literários brasileiros não conseguiria implantar nenhuma usina em Angra dos Reis. Ou, se montada, a usina explodiria quando se apertasse o mero botão de chamar o elevador.

E não há soluções à vista. Ninguém nem nada pune, coíbe nem institui regras ou um acordo entre cavalheiros ou entre a ética e a lógica no plano da tradução no Brasil. O Instituto Nacional do Livro, o Ministério da Educação e Cultura, as Câmaras Brasileiras do Livro, as Associações de Consumidores (de geladeiras, liquidificadores e livros etc.), as editoras **ninguém** assume responsabilidades nem toma providências capazes, senão de sanar, pelo menos de **minorar** os flagelos do desperdício de *know-how* intelectual literário que se adultera e desperdiça nas infamantes traduções brasileiras que tornam os autores e os leitores as vítimas impotentes de engodos remunerados. Cada vez mais a tradução de livros no Brasil se assemelha à Máfia e à dublagem de filmes: ambas imunes a prestar contas a qualquer Comissão Parlamentar de Inquérito, a qualquer Tribunal de Contas, a qualquer auditoria de ética e estética profissionais. E, no entanto, perverter o pensamento de uma Virginia Woolf corresponde, intelectualmente, à malversação de fundos culturais que fazem da Lutfalla um jogo de novatos inexperientes em investimento a fundo perdido.

Há um consolo, embora não um remédio: é os leitores se inscreverem, pacientemente, em cursos de línguas e ao cabo de alguns anos de profícuo labor poderem ler no original, inadulterados, os grandes autores desfigurados pelas traduções brasileiras. Ou ainda, para os religiosos, aguardar com Fé inabalável, na justiça do Dia do Juízo Final, quando **TODOS** serão julgados pelos crimes cometidos contra o próximo e contra a humanidade pela balança incorruptível do Senhor. Essa talvez seja a forma do ajuste de contas final com os estupradores da obra-prima alheia e o momento em que os leitores e escritores, ambos vítimas da inépcia se libertarão da inércia e da modorra impune dos meios intelectuais responsáveis (ou irresponsáveis) pela deturpação de Virginia Woolf e outros em sua incorporação surrealista ao vernáculo.

Em outra ocasião, portanto, Senhor Editor, e livre da contingência de traduções, prometo um artigo em que eu coloque o melhor de minhas limitadas capacidades a serviço da tarefa imprescindível de enriquecer a inteligência e a sensibilidade brasileira com o mundo fascinante e multiplamente pertinente e rico de Virginia Woolf. Por ora, interpõe-se eticamente entre mim e este propósito um devastado *Passeio ao Farol* que levou 50 anos para ser traduzido em português nas condições, porém, a que aludi acima.

Seu melancólico e desalentado crítico literário.

## O retrato de Virginia Woolf. A luta de uma escritora angustiada com o efêmero.

*Jornal da Tarde*;1979/1/6

Severo, elegante, o grande novelista Henry James causava risos sufocados nas meninas Virginia e Vanessa que observavam escondidas, enquanto ele visitava a família Stephen e inclinava a cadeira até um ponto inacreditável. Entre apavoradas e deliciadas, as duas irmãs, filhas do grande intelectual Leslie Stephen, ficavam à espera de que a visita ilustre, eminentemente civilizada, caísse ao exagerar a curva para trás da cadeira leve que ocupava: um dia realmente ele foi ao chão, mas não se perturbou; apenas colocou o móvel novamente no lugar e terminou a frase intelectualizada que a queda passageira interrompera.

Desde cedo, Virginia Stephen, a futura grande escritora inglesa Virginia Woolf, estava acostumada com o mundo adulto: o pai era autor de um volume imenso sobre *A História do Pensamento Inglês* e outro mais assustador ainda com o título de *A Ciência da Ética*; a mãe, considerada uma das três mulheres mais belas da Inglaterra do seu tempo, também encorajava a completa liberdade de pesquisa e de curiosidade como leme implícito daquela família de uma aristocracia do pensamento e de tendências liberais e francamente agnósticas. A biblioteca imensa daquela casa senhorial estava aberta, com todos os milhares de seus livros, sem censura, às crianças. Havia, é lógico, reticência quanto “a certos temas”, mas o mundo de Virginia Woolf formou-se não através dos jogos infantis, mas da leitura: precocemente, pensar tornava-se mais avidamente relevante do que agir; e haveria ação mais palpável do que a deixada pelos poetas e escritores, cronistas da passagem do tempo e da História, em suas biografias, peças, poemas e romances?

A casa guardava troféus por cima da lareira e pelas paredes: lembranças da juventude esportiva do pai em regatas estudantis ou a bengala usada para escalar as montanhas nevadas dos Alpes suíços. E poucos indícios revelavam que por trás daquela tranquilidade e daquela segurança burguesas havia um desequilíbrio oculto, uma tensão como a que derrubara a postura do grande novelista Henry James: havia por exemplo uma vaga, quase imperceptível inquietação filosófica no pai que duvidava intimamente da importância e da magnitude de sua própria inteligência – ele não seria, afinal, apenas um medíocre que sobressaíra menos pelo seu valor intrínseco do que pela banalidade esmagadora da maioria? Por enquanto, os germens da esquizofrenia estavam como que adormecidos; Virginia escutava o pai, cético, a pregar a virtude cardeal: a sinceridade de ir até o fim na busca de sua autenticidade, fosse esta qual fosse, de não fingir admirar o que não se admirava ou não se entendia e de escrever de forma sucinta, precisa, extremamente racional. Ao perder prematuramente a mãe, aos 13 anos de idade, o mundo doméstico, íntimo, completou-se com a grande cidade: os parques e avenidas de Londres que ela percorria com a mão presa à do pai, um hábito que persistiria em sua vida e que se encaixaria na descrição minuciosa, de primeira mão, da Londres em que se desenrola, por exemplo, *Mrs. Daloway*.

Deus não era um tópico discutível: para o pai, o importante era, em um mundo presumivelmente sem a lógica de um Criador do Céu e da Terra, o relacionamento humano. A constante troca de opiniões cultas a respeito de uma grande variedade de assuntos com literatos como Thomas Hardy, ministros de Sua Majestade, cientistas de renome – essa era a moldura ideal para o círculo central da família estável e sem problemas. Entre as leituras preferidas da menina que já alinhava histórias de reis elisabetanos e tragédias de Shakespeare havia uma, porém, que se sobressaía: a da romancista James Austen, que levara uma vida de reclusa no interior da Inglaterra e deixara quadros de sutil ironia das hipocrisias e sinceridades do meio provinciano. Feminista antes de saber o que essa palavra pudesse significar, Virginia Woolf tinha já um agudo senso crítico da camada social privilegiada a que pertencia e não achava grande mérito em sobressair-se, quando se pertence às classes abastadas, dadas as vantagens passadas hereditariamente de geração a geração. Mas advertia a insignificância do papel atribuído à mulher: a História da Inglaterra - e só da Inglaterra? - era a história **dos feitos dos homens**: almirantes da Esquadra Real Britânica, reis, generais, pensadores, cientistas. A mulher, se era dotada de personalidade invulgar, conseguia no máximo casar-se com homens excepcionais ou ser a amante de *lord* Nelson, que derrotara Napoleão, como *lady* Hamilton.

Ao amadurecimento da crítica e escritora se soma paralelamente a aproximação com o mundo das sensações, das ideias que ela traz como revolução estética à literatura não só inglesa, mas de todo o século XX. A morte, parte obscura da vida era como o verme oculto na fruta fresca e cintilante de cor, assim como mais tarde a sensibilidade delirante a conduziria à loucura e ao suicídio durante o bombardeio de Londres pelos aviões alemães durante a Segunda Guerra Mundial.

A liberdade de pensamento e de leitura que o pai lhe dera como direito de batismo estendia-se, o que era francamente chocante para os padrões vitorianos de então, ao plano sexual: sua primeira proposta de casamento lhe vem do homossexual Lytton Strachey, um intelectual de finíssima sensibilidade, formado pela Universidade de Cambridge, uma proposta que ela pôde calmamente recusar, mantendo o amigo. Ela própria, segundo revelações biográficas recentes, oscilava entre a assexualidade e uma bissexualidade levada ao extremo com *lady* Sackville-West, sendo matéria de pura especulação não comprovável a tese segundo a qual ela teria morrido virgem, mesmo depois de casada com o crítico literário e seu companheiro dedicadíssimo, Leonard Woolf. Woolf é quem a retira da semiobscuridade da crítica literária – *metier* que ela manteria durante mais de trinta anos, sem interrupção, no *Times Literary Suplement* – para o reconhecimento vital do seu próprio talento como ficcionista. Não é uma explosão repentina. Virginia Woolf tatearia em meio a livros ainda imaturos, antes de atingir a plenitude de *The Waves*, *To The Lighthouse*, *Mrs. Dalloway*. Que profunda subversão dos valores da literatura inglesa aquela mente em eterna efervescência poderia trazer? A novidade do romance profundamente interiorizado, antecipando-se várias décadas às premissas do *nouveau roman* francês: o romance experimental, sem enredo propriamente, sem obediência à cronologia tediosa, em que os acontecimentos fossem todos mentais, sensações, pensamentos fugidios – tudo tão efêmero e tão poético quanto um quadro impressionista francês que capta o matiz de um nenúfar ou de um feixe de palha tocado pela luz do sol poente.

Lucidamente, Virginia Woolf denuncia a mumificação da ficção inglesa que para ela se tornara a área dominada pelos escritores “materialistas”: H. G. Wells e seu frio cientificismo precursor da civilização tecnológica atual, Galsworthy e seus retratos moralistas da sociedade burguesa em decomposição. Até a preocupação social de D. H. Lawrence de romper os tabus e as castas da estrutura vitoriana lhe parece uma tarefa menor, mesmo se apoiada em um talento verbal imenso embora mal aplicado: mudar o mundo não significava descobrir o seu mistério nem bovinamente tornar “as pessoas felizes”. Qualquer discussão política – exceto a que propusesse direitos à mulher relegada a uma posição servil injustíssima – roçava pela ingenuidade: alteram-se as condições materiais, mas não era de igual importância reconhecer que o talento é escasso em qualquer segmento social e que o poeta não está tão distante do trabalhador braçal, pois ambos são joguetes de um caos indecifrável? Os escritores russos, sobretudo, reforçam essa sua noção da arte como fim em si mesmo: Dostoiévski, Tchekov, Tólstoi, Turguêniev desvendam uma concepção inteiramente nova da literatura: a de uma busca da fraternidade entre os seres humanos, a alma interrogando um Deus inefável e incógnito no *Idiota*. Anna Karenina sacrificando-se debaixo das rodas do trem, em São Petersburgo, pela paixão pelo conde Vronsky. Eram premissas inquietantes, mas que não traziam resposta para o racionalismo nem para o sentimentalismo ingleses: Tólstoi escrevera, sem dúvida, o maior romance do Ocidente – *Guerra e Paz* -, ela concordava, mas mais próximo da sua sensibilidade estavam um irlandês, James Joyce, que dissecava as 24 horas de uma vida medíocre, a de Leopold Bloom, em Dublin, equiparando a banalidade de sua existência com o périplo simbólico de Ulisses na *Odisseia* e um francês semijudeu, de uma cultura nutrida por uma fortuna colossal e por uma sensibilidade neurótica: Marcel Proust. Neles, ela sentia, havia a marca inconfundível do grande artista, apoiado numa tradição cultural multissecular.

O grupo restrito de intelectuais, economistas, matemáticos, músicos que passou a ser conhecido como a *clique* de Bloomsbury era liderado por Virginia Woolf, que negava veementemente a exclusividade daquele clube de estetas: o principal era eliminar os causadores do tédio e discutir francamente as teses que derivaram das cátedras da Universidade de Cambridge: citar os clássicos latinos e gregos, ater-se à procura de sensações estéticas, de ideias perenes, partidas dos arquétipos da psique humana, submetendo-as, por meio do debate, ao teste de sua veracidade implícita e comprovável. A Primeira Guerra Mundial sacudiu os fundamentos sobre os quais se assentava o grupo de Bloomsbury.

Só em 1917 o choque paralisador do conflito cicatriza o suficiente para ela e o marido montarem uma pequena editora, a *Hogarth Press*, que imprimirá os primeiros escritos que lhe darão um relevo crescente na literatura do seu tempo. Seu amigo, E. M. Forster, o esplêndido novelista de *A Passage to India* e *Howards End* confirma a graça, a malícia, a inteligência inventiva de Virginia Woolf como incomparável o que lhe parece “estranho”: a insistência da escritora cada vez mais famosa na atitude coerente de feminista insaciável. Em várias de suas obras, ensaios e resenhas ela indaga: a mulher é inferior ao homem por deficiência congênita ou foi a sua sujeição cultural, econômica, religiosa que a relegou a um papel meramente de adorno na civilização masculina? E com pertinência ousada para uma época tão sufocante, quando *lady* Astor vociferava nas praças de Londres em prol dos votos para as mulheres, ela especula: e se Shakespeare tivesse nascido mulher? Não era de bom tom uma mulher ocupar-se de livros, mas sim do seu futuro casamento, nem era ao menos admissível que uma moça de família sonhasse em ser atriz. Shakespeare seria então sufocado com toda a sua genialidade, condenado pelo sexo “errado”?

*Orlando*, sem ser mais do que uma diversão deliciosa no deslumbrante painel literário de Virginia Woolf, baseia-se nessa miraculosa troca, à vontade, de sexos para que a bissexualidade permita usufruir o melhor que os dois mundos díspares têm para oferecer: o da mulher e o do homem. Essa fantasia sem maior profundidade expande-se também por vários séculos, permitindo que ele/ela, Orlando, reconstrua poeticamente vidas anteriores, unidas pelo elo indivisível da consciência, de embaixadas suntuosas até o convulso mês de outubro de 1928 quando o livro precisamente acaba e Virginia Woolf começa um círculo de conferências que completarão seu livro *A Room of One’s Own*, uma defesa aguçada e percuciente dos direitos pisoteados pelo homem da mulher escravizada, privada de cultura, de voto, de posições, de decisão, um objeto ou um espólio à disposição tirânica do macho.

Para Virginia Woolf, além do caráter não sectário, politicamente, do artista, havia outra característica intrínseca que distinguia o artista dos demais: a sua congênita androginia. A ausência de panfletarismo político fácil, em busca de honrarias do governo ou de fama patrocinada por qualquer partido político, porém, não bloqueia a consciência social do artista: *Three Guineas* é talvez o único livro de Virginia Woolf que não será lembrado, mas sua honestidade e seu tom eloquente constituem uma prova claríssima de quanto ela aderia às grandes causas da sua época em rápida transição da Primeira para a Segunda Guerra Mundial: a defesa apaixonada da paz, a denúncia dos horrores que a carnificina da guerra civil na Espanha traziam como prenúncios do massacre em escala global do hitlerismo e dos campos de concentração nazistas. Um artigo seu publicado na época em que frequentava com o marido as reuniões do *Labour Party* (Partido Trabalhista) no jornal comunista *Daily Worker* valeu-lhe a distinção de ter sido incluída na lista das 2.300 pessoas que Himmler mandou elaborar para que fossem imediatamente encarceradas assim que a Inglaterra fosse “invadida” pelo Terceiro Reich: Virginia Woolf, Bernard Shaw, E. M. Forster, Bertrand Russel e a quase totalidade da aristocracia e da *intelligentsia* britânicas daquele tempo.

A nova guerra, “a máquina de matar colocada em movimento”, como ela a denomina, a isolaria de forma definitiva. As bombas da *blitz* alemã a forçam a um retiro no campo, longe da sua inextricável Londres, cenário de muitos de seus livros, e começam a corroer toda a textura física – e mais tarde psíquica – da sua vida: as praças destruídas, os lugares da infância recobertos dos pós dos desmoronamentos, o *blackout*, a sirenes de alarme – tudo contribui para suas crises cada vez mais graves de depressão aguda.

Em sua batalha pessoal contra as crises nervosas que a arrastam à prostração e ao internamento clínico constantes. Virginia Woolf combate com o arsenal do trabalho incessante. A guerra silenciara as vozes dos amigos intelectuais, começara a dizimar os jovens poetas de poemas inacabados, a análise dos autores encarada como profissão de crítica literária serve-lhe de anteparo, mas com frequência também de contato com o mundo do desespero e da loucura. Escrevendo sobre a genialidade de Tólstoi e sua minuciosa análise psicológica de suas personagens e suas vidas tumultuadas pela incursão militar de Napoleão na Rússia, ela se refere à obsessão russa pela vida e sua intensidade febril: “Mas no centro de todas as pétalas brilhantes, cintilantes de flor, o escorpião: Para que viver?”

A vida dos seus protagonistas espelha a sua dualidade: o que está de fora em comunicação com o que está no interior, as sensações percebidas pelos sentidos no fluxo exterior interpretadas pela contemplação meditativa de cada indivíduo isolado. Essa corrente ininterrupta de associações ilógicas da mente com o movimento incessante exterior é a mesma Londres, com sua trepidação urbana de milhões de vidas paralelas, e no mar com suas ondas em sucessões inumeráveis, sem alterar a placidez de seus abismos mais profundos.

*Mrs. Dalloway* – a única de suas obras-primas que recebeu uma tradução brasileira excelente (Editora Bruguera) – reflete essa interação metropolitana. No decurso de um dia, durante a preparação para uma recepção mundana, Mrs. Dalloway entra em contato com o seu passado – o homem que se apaixonara por ela e partira para a Índia sem esperança de ser amado – com a frustração de sua vida brilhante, mas oca e com a morte, o suicídio de um neurótico de guerra que é narrado em meio a conversas fúteis por um médico tão arrogante quanto incompetente em suas amorais “experiências” com os pacientes e seu desumano desprezo pela vida.

Em *To The Lighthouse*, talvez sua criação mais perfeita e mais massacrada em sua versão para o português, infelizmente (Editora Nova Fronteira), é o mar que simboliza o fluxo e refluxo, é a visita adiada durante anos ao Farol que marca a passagem inexorável do Tempo, a decadência, a morte. Virginia Woolf queria capturar a essência de um momento passageiro em que houvesse a harmonia entre o que ela chamava de “a vida em geral” e o desamparo de cada ser humano, sem qualquer traço de autopiedade nem sentimentalismo barato, mas com um estoicismo heroico e uma crença absoluta nos poderes de cura e compreensão que a Arte encerra em si.

O desequilíbrio mental acentua-se e exaure suas escassas reservas de energias. Em um de seus livros, quando uma mulher acometida de crises de loucura é beijada em seu delírio, ela vê apenas uma velha cortando cabeças e jogando-as fora. A felicidade, ela conclui com Proust, é uma forma de vulnerabilidade maior para o sofrimento: cada momento de êxtase é pago com uma dor tão paralisadora quanto sem sentido. E a revelação incandescente de Terence em *The Voyage Out*: “Ele nunca compreendera antes que subjacente à vida de todos os dias, está a dor, quieta, mas prestes a devorar. Ele parecia poder ver o sofrimento como se fosse uma chama, enroscada nas bordas de todas as ações, comendo a vida de homens e mulheres...” Como o casal que ele vê entregue à felicidade do amor no hotelzinho iluminado pelas luzes da cidade e pergunta a si mesmo. “Como eles podiam ousar amar-se... como ele próprio ousara viver como vivera até então, sem cuidados, rapidamente, passando de uma coisa a outra?... Nunca mais ele se sentiria seguro, nunca mais creria na estabilidade da vida ou seria capaz de esquecer que profundezas de dor jaziam sob pequenas felicidades e sentimentos de contentamento e segurança”. E mais tarde o tom sombrio que envolve a visão de Virginia Woolf torna-se mais solene e mais escuro ainda: quando o marido observa que seu novo livro é de uma filosofia melancólica ela anota em seu *Diário*: “No entanto, se nos propomos a lidar com as pessoas numa escala ampla e a dizer o que pensamos, como podemos evitar a melancolia?”

Não bastavam os esforços preliminares, ela queria escrever como Debussy compunha, diafanamente, ou como Monet pintava a fugacidade, o efêmero do momento. *The Waves* seria o equivalente ao joyceano *Finnegan’s Wake* e a ruptura de toda a estrutura do romance tradicional: cada personagem tem seu ritmo e estilo próprio, os monólogos assumem dimensões musicais e cinematográficas, aproximando-se em um *close-up* de quem pensa ou concentrando-se, como uma câmara célere, em algum aspecto minúsculo de uma flor, de uma pedra, do reflexo da espuma nas ondas que batem contra a praia. Cada livro novo era um desafio inédito e diante de cada um nunca se achava capaz de resolver os problemas implícitos na difícil arte de criar ou recriar com palavras: parecia-lhe que os instrumentos de que o escritor dispõe são imperfeitos e cada nova tentativa encerrava em si o gérmen de um desastre pelo menos parcial. A vida era intrinsecamente superior à literatura e ultrapassava os meios de capturá-la e exprimir a sua infinita riqueza. Ela não sabia que revolucionara o conceito de literatura no século XX tanto quanto Joyce e Proust como igualmente ignorava que com a sua morte voluntária ela celebrava um macabro ritual do crepúsculo da imaginação e da perfeição artística: a grandeza da literatura inglesa e europeia se punha como o sol naquela dia de março de 1941 em que ela previa a volta das crises nervosas e antecipava com terror que não se recuperaria mais da noite que envolvia seu cérebro esfacelado pelo desmoronamento de toda e qualquer civilização que a guerra acarretara.

Com um bilhete sucinto de amor e despedida extremamente comedidos, ela se despede do companheiro devotado, sem querer agravar as condições precárias de instabilidade emocional e de preocupação atenta em que ele vivera. Costura no bolso da saia pedras pesadas e dirige-se para o rio que flui perto de sua casa de campo. À margem ficam seu chapéu e a bengala que usava para seus passeios em busca de cores, sensações, da vida estuante: ela agora partira em busca da morte e deixara insubstancialmente, ao lado de seus legados perecíveis, a grandeza nunca mais igualada do esplendor da sua prosa poética, coruscante de inteligência, de comoção humana e absoluta mestria na edificação de sua arte solitária.

## Virginia Woolf. Pensamentos ainda brilhantes, 40 anos depois.

*Jornal da Tarde*;1981/4/3

“Nossos contemporâneos nos afligem porque cessaram de crer” V. Woolf

Há 40 anos a grande literatura inglesa desaparecia entre um ataque devastador da *Luftwaffe* - a aviação alemã - com bombas incendiárias sobre toda a Inglaterra, e uma nova crise de profunda depressão da romancista Virginia Woolf. Em seu bilhete deixado ao marido, Leonard Woolf, ela prevê que não resistirá a outro ataque (derradeiro sinal da loucura que já a tinha levado várias vezes a instituições de tratamento mental), alega que não quer estragar a vida dele premeditadamente e se afoga no rio Ouse. Em seu vestido encontraram-se pedras pesadas costuradas com fio grosso para impedir que seu corpo, tocando o fundo das águas emergisse. À beira do rio, sua bengala e seu chapéu de palha.

A grande maioria da crítica realça o pioneirismo de James Joyce na renovação drástica do próprio conceito de literatura, indicando *Finnegan’s Wake* como a talvez mais radical tentativa estilística e filosófica de uma reflexão sobre a vida e a arte através da palavra. No entanto, ao destacar apenas os dois livros do período médio da criação literária de Virginia Woolf – *Mrs. Dalloway* e *To The Lighthouse* – essa parte da exegese se esquece ou deixa de lado propositalmente a meta árdua que Virginia Woolf colocou diante de si mesma e que, em certos pontos, ultrapassa até mesmo as conquistas de Joyce.

Virginia Woolf, certamente, admiradora do *Ulisses* de Joyce e até influenciada pela ousadia de captar a associação livre, ilógica e sem cronologia dos pensamentos que formaram o conceito de *stream of consciousness*, ficou, porém, muito mais perto da vibração humana da literatura, não a tornando um abstrato jogo cerebral sofisticado como o *puzzle* *Finnegan’s Wake.* Esta é uma obra de deleite e de adivinhação de seus labirintos e alusões, de sua colcha de retalhos de neologismos, de variantes dialetais irlandesas e termos caídos em desuso ou usados, de forma deslumbrante, mas enigmática, pelo autor de *The Dubliners*. Virginia Woolf, uma das primeiras vozes na Europa a exaltar o empreendimento de Marcel Proust em recapturar a *durée* bergsoniana do tempo congelado na Arte e na sua evocação duradoura, foi mais democrática, com toda a estrutura aristocrática e erudita da sua criação literária, do que o hierático e por vezes indecodificável autor irlandês.

Virginia Woolf estava muito próxima de E. M. Forster, o autor que se atrevera a detectar e revelar o racismo e o complexo de superioridade britânicos a par do esnobismo e da inescrupulosidade da colônia inglesa na Índia em seu magnífico *A Passage to India*. Se Forster tinha como um de seus alvos a igualdade racial, a fraternidade socialista não marxista da Sociedade Fabiana, Virginia Woolf tomara a si, contra sua própria vontade, também a missão pioneira de desmascarar o machismo em seu admirável *A Room of One’s Own*, um dos primeiros alertas contra a discriminação que ao mesmo tempo que negava os votos às mulheres lhes vetava o acesso às universidades. Ela relata esse contraste de, autora célebre, ser convidada a pronunciar uma conferência na Universidade de Cambridge e ter sua entrada na biblioteca dessa vetusta instituição arcaica de ensino superior barrada “porque aqui não se admitem mulheres”.

O feminismo – veja-se o seu brilhante ensaio sobre Jane Austen como sua predecessora na literatura inglesa – era, porém, apenas um dos aspectos da sua incursão e certamente não o principal deles. Em *Orlando*, seguramente um de seus livros mais fracos, ela faz não só as épocas como igualmente o sexo do personagem principal mudarem, mostrando que as aparências não mascaram a realidade da ambivalência humana e que o puritanismo que massacrara a obra de D. H. Lawrence e sua libertação da libido reprimida pelos padrões vitorianos era antiético e obsoleto.

Virginia Woolf queria certamente mais: queria livrar o romance da pregação de sermões de edificação moral como Fielding, Sterne, Richardson e constatar, não por meio de evasivas e tangencialmente como Jane Austen, mas claramente e com destemor que a moral vigente do colonialismo, da guerra, da industrialização massificadora e anonimizante diferenciava-se irreconciliavelmente da moral do artista, consciente da liberdade individual, dos valores democráticos de fraternidade, igualdade perante a lei e supremacia do intelecto e do caráter sobre as origens nobiliárquicas ou de riqueza.

Ela aproximou-se mais do que nenhum outro autor da riquíssima literatura inglesa, do ideal dos pintores impressionistas franceses, Manet, Monet, Pissarro: captar o fugidio da luz, da cor e captar simultaneamente o evanescente dos estados de espírito, dos sonhos sopitados, das frustrações e melancolias do ser humano no mistério indecifrável do Tempo e suas mutações inelutáveis.

Em *The Waves* (*As Ondas*), são seis personagens que, através dos anos, se desenham como sensibilidades e inteligências díspares em contato com a natureza cambiante, com os eventos líricos, grotescos ou trágicos da existência humana. Em *Mrs, Dalloway* é a trajetória de várias pessoas que não se conhecem umas às outras e que se enfeixam no prisma focal da personagem-título: o amante que desesperado partira para a Índia, o soldado enlouquecido pelo estouro das granadas durante a guerra, o marido vazio, pomposo e de elevado cargo na hierarquia do poder – tudo se desvanece diante do Nada da morte inesperada, da futilidade da aparência contrastando vivamente com a solidez dos sentimentos humanos a que ela, tolamente, renunciara.

Durante mais de 30 anos crítica literária eminente do *Times* de Londres, integrante do movimento literário de renovação denominado vagamente de *The Bloomsbury group*, pois era nesse bairro elegante de Londres que quase todos os seus integrantes moravam, ela é uma das mais requintadas mentes da literatura deste século e uma das mais cultas, sem nenhuma pomposidade de erudição.

Até hoje seus ensaios esplêndidos do *The Common Reader* ou *Granite and Rainbow* brilham com frases profundas e indeléveis sobre a tragédia grega, os novelistas russos, e até mesmo sobre os pensamentos que perpassam pela mente de um povo acossado pela *Blitzkrieg* nazista, enquanto os aviões num raio aéreo espalham incêndios, morte e destruição. Não era, contudo, a guerra que Virginia Woolf mais temia, embora como ser civilizado a achasse um resquício do brutalismo do homem das cavernas. Em uma de suas últimas anotações em seu imenso *Diário*, ela anotou, meses antes do suicídio, gravando um dia furtivo de felicidade no campo, abandonada sua casa devastada em Londres pelos bombardeios do Hitlerismo:

“Se não fosse traiçoeiro dizê-lo, um dia como este é quase demais – não feliz, mas receptivo, tratável. A canção varia de uma bela melodia para outra. Tudo de desenrola (hoje) em tal teatro. Colinas e campos: não consigo parar de olhar. Outubro floresce. Arado marrom, e as cores que recendem e se avivam no brejo. Agora o nevoeiro se levanta. O globo gira de novo em torno de si mesmo.”

## Woolf, ainda um enigma (a outra metade do artigo sobre Yourcenar será transcrito na próxima seção consagrada à escritora belga)

*Jornal da Tarde*;1982/01/23

*Mrs. Dalloway* revelara à sua autora, Virginia Woolf, o abismo da autenticidade, naquele inocente passeio matinal pelas floristas e parques de Londres, como preparação da festa que daria esta noite, como membro da alta sociedade inglesa. Cada figura com que depara nesse percurso de algumas esquinas da capital inglesa é um repto a si mesma: o homem que por amá-la sacrificou sua vida e agora volta alquebrado e ainda esperançoso, da Índia, contrastando com a negligência da ética de Clarissa Dalloway a intensidade radical de um amor que duraria além da passagem do tempo e da distância geográfica. Depois, no parque da cidade, o soldado casado com uma italiana solicita e bondosa, revela à pacata dona-de-casa com sua consciência apaziguada pelo excesso de dinheiro, de *status*, as realidades que ela cuidadosamente sacrificou como “tolices” ou “perigos de menina estouvada” e que agora voltam para atormentá-la e revelar-lhe que a passagem do tempo se faz à nossa revelia e, frequentemente, à nossa custa. Saber que o militar psiquicamente mutilado pelos morteiros de guerra é o mesmo suicida de que lhe fala um distinto médico convidado à sua *soirée* requintada daquela mesma noite, de certa forma fecha o círculo apavorante que se une em torno de Clarissa Dalloway: ela renunciou, por covardia, conformismo e medo de viver a própria vida. Onde há coragem e mesmo a aniquiladora noção de que se abdicou de uma escolha individual para a sua própria vida, nada disso dá à Mrs. Dalloway outra sensação senão a de que sua vida foi passada em branco, por deliberação inconsciente, ou transformada em cemitério de uma vida robotizada em lugar dos sentimentos verdadeiros – o amor, o altruísmo, o sentido individual dado à vida – que Mrs. Dalloway conseguira, até então, auto sufocar.

*To the Lighthouse*, publicado logo depois, quando as crises provenientes da Segunda Guerra Mundial surgiam como premonições paralelas à de que o próximo colapso nervoso a deixaria definitivamente no manicômio, no qual ficava internada por períodos cada vez mais longos e a intervalos cada vez mais curtos – *the jitters* – como ela os chamava em seus diários ou para o seu paciente amigo, o marido Leonard Woolf – surgia simultaneamente com o propósito artístico que só se realizará plenamente em *The Waves*. Virginia Woolf impressionava-se, artisticamente, com a transposição, para a página do livro, dos meios pictóricos dos pincéis dos pintores impressionistas franceses: cada estado de espírito refletiria a sua específica tonalidade, cambiante ao sol como mutável a cada passagem, refletida simbolicamente, na natureza, por um sol que se põe, uma noção que se adquire em contato com outros ângulos da vida expostos por outras personagens.

Literariamente, o exemplo de Proust, mais do que o de Joyce, exercia um fascínio singular: voltar atrás no tempo, reconhecer a ação modificadora do tempo, tanto externamente na paisagem que muda, na luz que, ao se intensificar ou diminuir, acentua o brilho ou apaga o resplendor de uma pedra, de um vestido, de um trigal e dá às vozes uma interiorização, com que de confissão a meia voz dos propósitos, frustrações e sonhos de cada um ao traçar seu destino hipotético.

Se *Mrs. Dalloway* cumpre as regras clássicas de uma ação que decorre no percurso de 24 horas e acarreta modificações fundamentais nos seres humanos diante de novos conhecimentos, novas percepções de si mesmo, do seu comportamento e das vidas paralelas que correram ao lado da sua, modificando na sua concomitância de fiapos de matizes a cor final, em *To the Lighthouse* Virginia Woolf chegou à perfeição estética. Apenas três tempos, três atos abstratos, como juncos colocados na corrente heraclitiana do Tempo, no qual nunca podemos nos banhar duas vezes, assinalam, para os seres humanos e sua puerilidade pomposa, o decurso desta abstração indetível por relógios, calendários ou ampulhetas: o tempo.

Esses sumários três momentos a que poderíamos bruscamente reduzir os momentos cruciais de *To the Lighthouse* cifrar-se-iam na “janela” da casa à beira-mar da qual se avista o longínquo farol; o intervalo de tempo que leva o local à desagregação, devido à guerra, por conseguinte ao seu afastamento dos personagens do primeiro momento e com o que a uma síntese de abandono, de transformação em outra paisagem, inóspita ou indiferente à marca humana e o capítulo final em que a adiada viagem ao farol, símbolo de mais de dez anos de frustração das crianças que desde o longínquo primeiro dia tinham como ambição a chegada, o passeio ao farol e o círculo que se fecha, depois de tantas mortes e ausências iniciais: é um quadro que recupera, na sua inteireza, por meio da memória, a integridade que não pode ser realizada na vida.

Infelizmente, essa que é talvez a mias perfeita obra do romance inglês, não só de Virgínia Woolf, mas dentro de uma longa e riquíssima série de outros autores e outras tentativas, tinha todo o azar singular de cair nas mãos toscas e irresponsáveis de Oscar Mendes, que – que diferença faz?! – “traduzia” Virginia Woolf como se se tratasse de um policial com palavras difíceis, cujo sentido ele alterava a seu bel-prazer. Nestas mesmas páginas do *Jornal da Tarde* já tive ocasião de demonstrar que a “tradução” de Oscar Mendes deturpava o sentido original de Virginia Woolf, principalmente no tema crucial em que a autora reflete sobre as premissas e princípios da estética e da ética: poderão elas ser conciliadas ou a escravatura de muitos sempre servirá de base para a arte de uma elite? Desnecessário será dizer que Oscar Mendes, confundindo talvez *To the Lighthouse* com algum almanaque Capivarol que lhe estava às mãos enquanto fazia sua *toilette* matinal, misturou os textos e o resultado foi que Virginia Woolf teve a sua obra-prima no Brasil não só deturpada até não poder ser mais reconhecida, mas, ao contrário, era lícito até se considerar que ela não tinha sido traduzida, tal a incompetência crassa do alçado a “tradutor”.

Agora, a editora Nova Fronteira, sem dúvida a única que herdou o elã das suas predecessoras no tempo, as editoras Globo de Porto Alegre, sob a supervisão precisa de Érico Veríssimo, e a José Olympio, enquanto esteve à sua frente o audacioso fundador José Olympio, é a única que se propõe a rever esse estado calamitoso e constrangedor para um país que se quer civilizado. Os resultados? Confiado o indefesso Farol à Luiza Lobo, não se pode dizer que a nova tradução tenha descido aos subníveis quase etílicos de incompreensão da “tradução anterior”. O que acontece? Simplesmente que Luíza Lobo tem suas peculiaridades nada benfazejas à boa tradução. A primeira frase do romance, a frase de Mrs. Ramsay, já revela a incompetência e pouca sensibilidade da candidata a tradutora.

Em inglês: “*Yes, of course, if it’s fine tomorrow, said Mrs. Ramsay. But you have to be up with the lark, she added –* é traduzido em português de carregação:

“É claro que amanhã fará um dia bonito – disse a sra. Ramsay. Mas vocês terão que madrugar – acrescentou”.

Aquele se, *if*, em inglês, que prepara a subsequente frustração das crianças de mais uma vez não fazerem a excursão ao farol, além de referência ao despertar com pássaros madrugadores, com suas inferências shakespearianas do *Romeu e Julieta*, perdem-se numa espécie de “tradução” compacta e insatisfatória.

Da mesma maneira, toda a tessitura minuciosa dos *moods* de Virginia Woolf, passo, graças à tesoura arbitrária e à cola individual de Luíza Lobo, a cortes, interpolações que destroem totalmente o ritmo, o suspense e o estilo da insuperável novelista inglesa. Assim, por exemplo, deslocam-se frases inteiras logo neste parágrafo inicial e se perde a substância abstrata, musical do texto original, com um “arranjo” pseudocartesiano de frase que engloba, linhas adiante, conceitos e esclarecimentos que fazem parte do andamento rítmico e bem arquitetado do relato. Muitas palavras são deixadas de lado. Serão intraduzíveis, embora tão essenciais para a compreensão do texto, de uma sutileza digna de uma composição de Debussy? Por que não traduzir, por exemplo, *the wheel of sensation* deixando em seu lugar um esquálido e inoperante “qualquer oscilação de sensações”? Além do que um olhar *candid* em inglês não quer dizer “cândido” em português. Os absurdos se multiplicam à medida que as páginas avançam. Quando em inglês se diz “*Any weapon that would have gashed a hole in his father’s breast and had killed him…*”, a autora, sensível ao sangue, ainda mais de um hipotético parricídio, transforma tudo em algo mais diluído e bonzinho: “Ou qualquer outra arma à mão que abrisse uma fenda no peito do pai e por onde a vida se escoasse...”

Ou ainda: impropriedades grotescas intervêm, rompendo a delicadíssima estrutura de termos de Virginia Woolf, até num fragmento de frase psicologicamente determinante quanto este:

Em inglês se diz “*But also with some secret conceit at his own accuracy of judment*”, que para simplificar tais labirintos da psique humana, fica reduzido a um mero: “Mas, sobretudo, por causa da certeza íntima que tinha da exatidão de seus julgamentos”. No mesmo parágrafo, a tradutora se atreve a uma intervenção pudica: Seus filhos “*sprung from his loins*” transforma-se inexplicavelmente em “desde a infância”!

Além das criminosas condenações arbitrárias que a tradutora concede, transferindo frases anteriores para um grupo de frases posteriores, é sempre a nuança, o matiz, que se perde – e o matiz em Virginia Woolf é tudo. Há assim (página 10 da edição brasileira) uma frase: “Faria alguma coisa para alegrá-los” que inexiste em inglês e que dá à personagem de Mrs. Ramsay uma personalidade diferente. E os erros vão crescendo de página a página: “*Which an old woman could take from a young man without loss of dignity and woe betide the girl – pray Heaven it was none of her daughters*! – *who did not feel the worth of it, all that, it implied, to the marrow of her bones*”. Absolutamente não é a mesma coisa que a tradutora colocou, desvirtuando a frase e eliminando frases até a sua completa incompreensão: “Que em sua idade poderia receber de um jovem sem perder a dignidade, enquanto a jovem rogava aos céus que não se desse o mesmo a suas filhas (não viam o verdadeiro e recôndito valor disso)”.

Em todo o livro há imprecisões graves: “*To see the same dreary waves breaking week after week*” não significa “ver sempre as mesmas ondas quebrando tristemente semana após semana”; pois *dreary*, aqui, está mais empregada como monótono, fatigante, tendo somente secundariamente a acepção de tristonho.

Seria inútil insistir no óbvio: o segundo placar assinala ainda uma derrota para *To the Lighthouse*, de Virginia Woolf, em suas traduções brasileiras. Muitas vezes um conhecimento insuficiente, seja da língua inglesa ou, simultaneamente, da língua portuguesa também, trazem o resultado final desastroso para o leitor que não souber inglês e se ativer apenas às idiossincrasias dos que se arvoram em tradutores e tradutoras, sem noções fundamentais de estilo em língua inglesa – quanto mais o estilo revolucionário de Virginia Woolf no *continuum* multissecular da literatura britânica.

Talvez uma última citação deixe claro que Luíza Lobo traduz como uma tradutora juramentada, mecanicamente, sem a mínima sensibilidade para as alterações de estado de espírito que, muitas vezes, no decurso de uma única frase, se manifestam. A autora inglesa, com seu ritmo difícil, pessoal, irretocável, coloca no meio de uma frase de encantamento e magia de uma criança a intervenção abrupta de um adulto, que pela sua intervenção paquidérmica destrói o encantamento fugaz: “*Prue ran full ti tinto them and caught the ball brillianty high up in her left hand, and her mother said: Haven’t they come back yet? Whereupon the spell was broken*”. Já a tradutora, rompenso a cesura, que há no meio da própria frase, banaliza-a, inventando uma nova sentença que essa, sim, rompe abusivamente e sem transições a magia anterior: “Prue percorreu com toda a velocidade ao seu encontro e pegou a bola brilhantemente no ar, com a mão esquerda, e sua mãe perguntou: - Eles já voltaram? – Contudo o encantamento se quebrou”.

É inútil. Seria como traduzir Debussy para realejo e rabecão, ou ouvir uma dupla sertaneja executar *Clair de Lune*. A magia se esvanece, a transposição para outra atmosfera, no caso de Virginia Woolf para um clima prosaico, ridículo, de mudanças aleatórias e grotescas se sentido, de nuances e de frases inteiras, resultou numa aproximação meramente física do Farol que continua, em português, diáfano e distante para todos que leiam apenas português, eclipsado pelas neblinas maléficas da presunção e da incompetência de quantos tradutores – aí de nós – dotados de boa vontade, mas nada equipados para esse passeio que desde 1938 é o enigma cuja esfinge tem devorado todos os seus afoitos exegetas pátrios. Não seria o caso de as editoras remunerarem melhor quem conheça literatura e as duas línguas ou ter um “auditor” eficiente de traduções na folha de pagamentos? Caso contrário, as traduções no Brasil serão sempre – com raríssimas e estoicas exceções – o resultado de acasos, dedicações mal remuneradas... o caos que testemunhamos.

## Virginia Woolf. Anotações vívidas de uma estilista perfeita

*Jornal da Tarde;*1986/12/27

Pobre Virginia Woolf! A maioria dos tradutores brasileiros passou com o trator de sua incompetência sobre seus jardins literários mais requintados como *To the Lighthouse* (Viagem ao Farol). Sua prosa cintilante de inteligência, *wit* e sensibilidade matizadíssima virou uma polpa pegajosa.

Agora, a vetusta Biblioteca Britânica adquiriu um original de 77 páginas escritas em 1940 pela extraordinária autora de *Mrs. Dalloway* e *The Waves* e só arrematadas em 1980. Este acréscimo inesperado e suas notas autobiográficas vem completar o que faltava na edição de *Momentos de Vida* sob o título de *Um Esboço do Passado* e ilumina ângulos novos da personalidade dessa escritora que revolucionou a literatura e a crítica literária inglesas, fortemente influenciada por Proust e o pós-impressionismo francês.

Cuidadosamente, como quem percorre um jardim íntimo, cujos labirintos misteriosamente se comunicam com os salões de discussões literárias da elite pensante inglesa no período da Segunda Guerra Mundial, levantam-se pistas aqui e ali. Todas ou quase todas ensombrecidas pela tristeza resignada de Virginia Woolf diante de sua infância e adolescência tiranizada por um pai arrogante, choramingas, autoritário e odiado/amado, o intelectual Leslie Stephens. Uma parte importante destas notas retrata, desconsoladamente, o inferno da vida familiar, o desamparo, a fuga para a introspecção e a literatura:

“Nossa vida era organizada com grande simplicidade e regularidade. Parece dividir-se em dois grandes períodos, não repletos de acontecimentos, mas de certa forma mais extraordinariamente naturais do que qualquer outro, pois nossos deveres eram muito simples e nossos prazeres absolutamente banais. A terra nos dava toda a satisfação que desejávamos. Um período era passado dentro de casa, na sala de visitas e no quarto de brincar, e outro nos Kensigton Gartens (parque de Londres)”.

Os acontecimentos que se desenrolam na parte inicial deste manuscrito são sombrios. As mulheres desempenham um papel de liderança que vai da mãe, uma beleza conhecida como tal em toda a Inglaterra, à irmã de Virginia Woolf, Vanessa, que também herdara do lado materno uma beleza de escultura grega; e Stella, a irmã “feinha”, desajeitada, sem imaginação, mas tocantemente dedicada à família e aos caprichos irritantes do pai, escroque emocional. A morte preside a quase todos os episódios dessa primeira fase. E a esplêndida autora inglesa reitera as intuições em seus livros de ficção – fortemente calcados na realidade que observara com cristalina precisão: “Nossas vidas são pedaços de um desenho”. Um desenho que ela tentava decifrar como quem ajusta um mosaico ao lado de outro. Temas de suas novelas reaparecem com frequência: a pintura, de desempenha um papel sutil em *Viagem ao Farol* como captação artística imperfeita de aprisionar o fugidio júbilo de um instante feliz. A morte sempre a morte – que ela enfrentara, já pessoalmente, em sua primeira tentativa de suicídio, e a morte de pessoas que puseram fim a suas vidas, como o soldado traumatizado pela guerra, em *Mrs. Dalloway*.

Conquanto estar páginas arrancadas do esquecimento e do pó de bibliotecas trancadas sejam vitais para completar a monumental biografia de Virginia Woolf que dela fez seu sobrinho Quentil Bell, dobra um sino remoto no coração destas linhas: “O efeito da morte sobre aqueles que continuam vivos é sempre estranho, e muitas vezes terrível, pela destruição de desejos inocentes”. Até a presença aureolada de encanto e ação prática da mãe desiludida de Deus aparece envolta como que na mortalha de uma fatalidade que não nos deixa escapar, façamos os esforços que quisermos, das malhas de uma melancolia a que estamos *a priori* condenados:

“Fazia visitas aos pobres, cuidava dos moribundos e sentia-se, afinal, dona do verdadeiro segredo da vida, que ainda não é conhecido por alguns, mas que cedo ou tarde virá a sê-lo: que a tristeza é aquilo que nos cabe na vida, e o melhor que podemos fazer é enfrentá-la com coragem”. Esse estoicismo de muitas décadas é absorvido pela filha que concebe a existência humana como uma proposição grega: o destino brinca conosco, a seu bel-prazer a deusa da Fortuna ora bafeja um, logo o deixa cair e não há como escapar, pois o livre-arbítrio é uma dolorosa ilusão: “O destino, que algumas pessoas acusam de fazer o que quiser com as vidas humanas...”

Virginia Woolf, que precocemente indagara *Why live?* (Para que viver?) e descobrira sob o mais belo e perfumado bouquê de rosas um escorpião mortal à espreita, tem sempre, mesmo nos supremos momentos de sua requintadíssima mestria artística, uma filosofia trágica. A mãe, por exemplo, “se mantinha extraordinariamente atenta a todas as mudanças que aconteciam à sua volta, como se ouvisse continuamente o tique-taque de um imenso relógio e nunca conseguisse esquecer que um dia ele ia parar para todos nós”. Ela outorga à mãe uma noção clara da futilidade de tudo, como um poeta barroco que deprecasse a vaidade estulta de tudo que breve perecerá no pó e no esqueleto. O que é a vida, afinal? Vista de forma completa (era) “composta de tolos, palhaços e rainhas maravilhosas, uma enorme procissão caminhando para a morte”. E de forma arrebatadora explodem linhas adiante, as reflexões céticas até chegar à borra da amargura:

“‘Vamos aproveitar ao máximo o que temos, pois não sabemos o que o futuro nos reserva’, era a razão que a levava a lutar incessantemente em nome da felicidade, da probidade, do amor; e os ecos melancólicos respondiam: ‘Que diferença faz?’ Talvez não haja futuro”.

Estas notas, porém, não se limitam às fases depressivas da escritora que, finalmente, vítima de suas crises nervosas agravadas pelos bombardeios nazistas sobre Londres, resolveu suicidar-se, costurando pedras pesadas nos bolsos de sua saia e se atirando a um rio próximo de sua casa – e deixando a seu fiel companheiro Leonard Woolf, talvez o mais sóbrio e eloquente bilhete de amor que um ser humano pode legar a outro.

Há também a Virginia Woolf do famoso grupo de Bloomsbury, com a elite pensante daquele Império Britânico, com resquícios vitorianos ainda, que lentamente entrava em declínio, dizimado pelas guerras mundiais e pela perda de suas colônias. As conversações do grupo não poderiam ser mais fascinantes, personagens magníficos como Henry James são retratados em seus aspectos de bondade natural, de preocupação com os outros, as discussões com Arnold Bennett (que no Brasil seria um dos rançosos “membros da Academia Brasileira de Letras”, convencidos da sua imortalidade como de seu valor intelectual) são trocas de ironia civilizadas:

“Desculpe, Sra. Woolf – disse ele –, por ter falado mal de seu livro a noite passada...

Gaguejava. E eu respondi com toda a sinceridade:

- O problema é meu. Se quero publicar livros, tenho de sofrer as consequências.

- Claro, claro – gaguejou ele. Acho que aprovou o que eu disse.

- Não gostei do seu livro – prosseguiu ele. Achei-o muito ruim... Gagueja novamente.

- O senhor não pode detestar os meus livros mais do que eu detesto os seus, Sr. Bennett – respondi”.

Aquele grupo excêntrico de intelectuais estaria na realidade organizando orgias para as quais era necessário que se chamasse a atenção da polícia? Ou quem sabe era uma seita satânica, dedicada a horrendas missas negras?

O grupo de Bloomsbury, com todo o seu esnobismo, discuta horas e horas sobre absolutamente tudo: Platão, Gauguin, sodomia, Proust, sobre a natureza do bem. Enquanto isso, se sucediam os chás com *ladies* hospitaleiras, visitas a galerias de arte, discussões francas sobre o papel do erotismo nas obras de D. H. Lawrence, encontros com o grande matemático e anarquista iconoclasta Bertrand Russel, que detestava o mito do trabalho como elemento enobrecedor do homem como um mero pretexto das classes dominantes para explorar os assalariados sem escolha; sucedem-se os mexericos entremeados com a efervescência intelectual, Virginia Woolf pronunciando conferências sobre mitologia grega para operários de fábricas...

Ler estas anotações vívidas da mais perfeita estilista da literatura inglesa em prosa de todos os tempos, talvez, é aspirar o perfume de um passado e revivê-lo na memória saudosa e arquejante. É como encontrar um sinal sutilíssimo do tempo em meio às páginas amarelecidas de um álbum de fotografias tiradas há muito tempo. Que maravilha!

# Marguerite Yourcenar

## Yourcenar na Academia. Um prêmio para a mulher.

*Jornal da Tarde;*1980/03/10

É inegável o aspecto feminista da admissão, após 345 anos de resistência, da escritora Marguerite Yourcenar, à vetusta em grande parte empoeirada e estéril *Académie Française de Lettres*. Fundada em 1635 por Richelieu, conta somente com quarenta integrantes, todos candidatos à imortalidade ridícula – a das “belas letras”. Olimpicamente, Marguerite Yourcenar desprezou essa láurea grotesca, que muitos consideram a Queda da Bastilha Masculina, tomada de assalto pelo talento singular de uma extraordinária escritora à margem dos modismos e dos embalsamamentos acadêmicos.

A entrada de Rachel de Queiroz para a risível Academia Brasileira de Letras não tem mais importância que a entrada de Marguerite Yourcenar para esse cenáculo de múmias, coroadas por premiúnculos ridículos do Clube Internacional da Admiração Mútua dos Medíocres. No caso brasileiro, Rachel de Queiroz ficou redimida do pecado de vestir o “fardão” em sua versão de fardo feminino porque seu romance precoce, *O Quinze*, já lhe perdoou *a priori*, qualquer veleidade futura que ela viesse a ter. Afinal, a Academia Brasileira é literalmente um saco de incongruências: nela cabe um ditador medíocre literariamente e funesto como sub-Maquiavel, Getúlio Vargas, como cabe um escritor de excepcional talento – José Cândido de Carvalho, autor de *O Coronel e o Lobisomem* e até um gênio, como Guimarães Rosa, que morreu talvez de enfarte ao constatar quão aplastantemente inócua e árida de ação inteligente é a Academia fundada, com idealismo, mas macaqueação europeia, por Machado de Assis.

E Marguerite Yourcenar? Marguerite Yourcenar nada mais é (será pouco?) do que um atual avanço avassalador da mulher no território da literatura e da filosofia especulativa através da linguagem. Década após década, a mulher conquista novos espaços pioneiros, arrebatando aos homens cada vez mais privilégios e vanguardas. No Brasil, Clarice Lispector subverte o conto, captando o metafísico com um vocabulário simples e descobrindo no aparente prosaísmo diário os interstícios de uma antimatéria delineada pela linguagem. Na Inglaterra, depois da tímida e *self-effacing* genialidade de Jane Austen ou da obra “varonil” de Emilly Bronte, *Wuthering Heights* (*Morro dos Ventos Uivantes*), processa-se a maior revolução estética da prosa com Virginia Woolf, muito mais arrojada e inovadora até do que o próprio Joyce. E na Inglaterra – talvez o país mais dotado para a literatura no Ocidente – eclode essa explosão nuclear do dizer que é Doris Lessing, sem dúvida, a maior escritora viva da parte ocidental do globo. No Brasil, Hilda Hilst se encarrega da mesma audácia e inventa ou reinventa a transliteratura como Jorge de Lima e sua *Invenção de Orfeu* na poesia.

Para nos atermos agora exclusivamente a Marguerite Yourcenar, sem falar da fecundação do pensar político que trouxeram ao mundo, Hannah Arendt, Rosa Luxemburgo, Susan Sontag. Ou, no plano sensível que rompe os limites entre Eros e Palavra, dialeto e conhecimento através da prosa, a Elsa Morante deslumbrante anterior a *La Storia*, a Elsa Morante de *L’Isola di Arturo* e *Menzogna e Sortilegio*, na literatura mais subestimada do Ocidente, a italiana, por ignorância e incúria nossas.

Marquerite Yourcenar nem se incomodou em abandonar a ilha em que vive, nos Estados Unidos, para postular a sua candidatura com visitas a integrantes da *Académie* que lhe poderiam granjear votos. Ela, *s’en foute*, não dá a mínima, como se diz na gíria, tanto para a Academia como para o feminismo. O que não lhe é indiferente são outras obsessões: defender a ecologia, associando-se a mais de 50 organizações dos EUA em defesa do ecossistema. Proteger os filhotes indefesos de focas massacrados cruelmente com golpes de bastão em meio à neve da América do Norte. E sobretudo lhe interessa, tanto quanto Borges, o mistério do passado, os labirintos que se bifurcam rumo ao Desconhecido, a linguagem sendo o archote da sua Gnose ou tentativa de espelhar-se na Natureza e descobrir a sua identidade. Por isso, seus livros são, literalmente, atemporais e independem da batalha ridícula que se travou em torno da sua eleição indesejada por ela: argumentou-se até juridicamente (!) que ela adquirira a nacionalidade estadunidense, como poderia, então, ser eleita para uma Academia Francesa?! Tolices. Marguerite Yourcenar nem ligou para essa luta frívola do *Tout-Paris* e partiu tranquilamente para a Guatemala e o México, para conhecer os vestígios das grandes civilizações maia e asteca trucidadas pelos espanhóis de Cortez.

Afinal, de que fala Marguerite Yourcenar? Fala de seus ancestrais, quer saber, através da memória dos séculos, que sangue herdou, que paixões, taras e virtudes sua genética física e espiritual lhe trouxe e fez dela a pessoa que é, com suas paixões, traumas e virtudes. Em seus livros eruditos, fruto de pesquisas longas e escrupulosas, ela reconquista, para o leitor do século XX, os imperadores de Roma e suas crueldades e perplexidades. Não o Calígula monstruoso de Camus nem o Nero de Suetônio ou Plutarco, mas Adriano e sua humilhação diante do seu poder absoluto sobre todos os súditos do vastíssimo Império Romano: é, porém, um poder que não inclui o poder sobre a morte: ele pode mandar matar todos os homens, mas o seu amado Antinous ele não pode recuperar para a vida. Enlouquecido pela dor da perda, ele manda celebrar exéquias divinas para o seu favorito, manda cunhar moedas em sua homenagem, erguer estátuas em sua honra, mas a morte pôde mais que o Imperador não mais Todo-poderoso como um Deus.

Ou então Marguerite Yourcenar se debruça sobre a esplêndida escritora sueca Selma Lagerloeff, do século XIX, traduz o poeta grego contemporâneo Constantin Kavafys e sua celebração whitmaniana do amor passageiro por um rapaz de passagem e dedica capítulos inteiro a Thomas Mann e sua iniciação mágica em *Doktor Faustus* e *A Montanha Mágica*, maravilhada com a alquimia do Verbo que de bíblico se torna não mais um princípio mas um fim em si mesmo: a Palavra é o Conhecimento hermético e esotérico.

Há leitores que preferem as elocubrações fantásticas de Marguerite Yourcenar sobre a obra visual de Piranesi, desenhista italiano do século XVIII que legou mensagens cifradas em sua anotação labiríntica sobre as prisões e suas circunvoluções em torno da tortura, do confinamento, do cérebro e da vontade.

Atualíssima, ela conta em *L’Œuvre au Noir* o itinerário tortuoso e atormentado de Zenão, a meio caminho entre a alquimia de transformar os metais vis em ouro e em curar a peste como médico e mago, mas sempre um homem revoltado, como o queria Camus, um homem adiante do seu tempo como Galileu, Cristovão Colombo, Einstein, Pasteur, Flaubert, Bach, Mozart, Shakespeare.

Dilacerada, acossada pelo Extremo Oriente, segundo a máxima da sabedoria latina que já conhecia a Luz que vem do Oriente, *ex Oriente fiat lux*, Marguerite Yourcenar em seu livro cintilante de beleza e profundidade filosófica, *Nouvelles Orientales*, apresente contos inesquecíveis sobre um pintor chinês, Wang-Fô, “que amava as imagens das coisas e não as coisas em si”, chegando, por meio de vários personagens fascinantes, ao luto da viúva Aphrodisia que se sacrifica diante da terrível deusa hindu Kâli, “nenúfar da perfeição” que lhe ensina por meio do sofrimento “a vacuidade do desejo”, como em um texto budista sobre Maya, a ilusão do querer humano mortal.

Múltipla, surpreendente sempre, a magnífica escritora de língua francesa traduz para o francês a alma dos *spiritual* negros norte-americanos, uma forma de Terceiro Testamento, que completa o Velho Testamento hebraico e o Novo, cristão, contado pelos quatro Evangelistas: é o Testamento da Fé vivida na mesma arena do Coliseu romano. É o Coliseu da escravidão nos algodoais do Sul dos Estados Unidos, mantendo intacta, em versos de força que o Tempo é incapaz de atenuar, a Fé transcendente e ativa em Jesus, na acérrima vida diária, que sempre lutou a favor dos pobres. É a Jesus que esses superiores cristãos, os negros escravizados, pedem a libertação, não das algemas da carne, mas a libertação pela Fé, amortalhados por Jesus no manto de glória que os fará entrar no Reino dos Céus. Marguerite Yourcenar revela o que nos é sonegado: o africano trazido para as Américas é que é o levedo, o fermento da grandeza futura das Américas, devido à sua potência de viver, à sua Fé transcendente e comovedora, digna dos cristãos jogados aos leões ou untados em óleo e transformados em tochas vivas para iluminar os banquetes e orgias dos imperadores romanos.

Mas, pensariam os desinformados, essa “alienada” só fala de épocas passadas? Não, com um veemente, mas sutil romance, *Denier du Rêve*, Marguerite Yourcenar fala de um (fictício?) atentado contra Mussolini e de um modesto trâmite monetário entre os homens: dez liras que ligam vidas desconexas entre si, que ligam solidões e vontades todas voltadas contra o ridículo ditador. Ela revela a podridão interna do Fascismo debaixo das bandeiras, da retórica bombástica e da morte do intelecto, da liberdade e do corpo que o Fascismo representou. Roma aparece não caricata como a queria *Il Duce* demagogo, mas como uma nova cidadela dos homens, uma Resistência surda e tragicamente impotente diante da Tirania Totalitária do Engodo. Roma antecede a Berlim e a Nuremberg de Hitler, como esboço não apenas do Mal, mas da Mentira e do aniquilamento do próximo.

Não constitui certamente surpresa constatar que a criação literária de Marguerite Yourcenar pega a totalidade das editoras brasileiras completamente desprevenida. Nathalie Sarraute por acaso foi traduzida? Virginia Woolf não teve seu livro perfeito, *To the Lighthouse*, conspurcado por uma tradução eticamente infame? Nabokov não foi vítima, no Brasil, de uma média de 10 erros por página em seu maravilhoso *Ada*, uma grande obra-prima não traduzida na realidade? Manuel Puig por acaso teve seu supremo momento, *El Beso de la Mujer Araña*, ignorado por todos os editores brasileiros? É uma maneira de emburrecer um povo com mais eficácia do que por meio da censura: a estupidez e a miopia, paradoxalmente, veem sempre mais longe. Subtraindo-se tais autores decisivos para a nossa época, as editoras empobrecem o povo brasileiro, paternalística e arbitrariamente, julgando-o incapaz de degustar tais maravilhas.

Há esperança, porém. Editoras novas surgem: quem sabe elas nos trarão, com desassombro, esses autores para o português, excelentemente traduzidos, e recuperarão para o Brasil que sai da noite da Censura Buzaid-Falcão a sua reintegração no seu espaço e no seu tempo? Marguerite Yourcenar, anotem as editoras inteligentes e não só mercenárias, é o primeiro nome a ser traduzido se quisermos que o Brasil pense, aja, crie e pense. Já tivemos o luto de Guimarães Rosa ter sido massacrado em suas “traduções” criminosas para o francês e o inglês. Não imitemos os Estados Unidos e a Europa no que vem de lá como importação inferior e desexemplo do que se deve fazer. Ou então imitemos Edoardo Bizzarri, que legou pelo seu amor ao Brasil o monumento insuperável de incorporar genialmente ao italiano *Grande Sertão: Veredas* e *Corpo de Baile*. Marguerite Yourcenar faz parte da sensibilidade mais profunda, eu diria mesmo dos arquétipos da literatura feminina, masculina, transexual, da nossa época. Calar a sua voz em português é uma estupidez e um crime, além de um suicídio editorial.

Ela é, biologicamente mulher, mas sua literatura nem andrógina é: seria restringi-la a rótulos de preferência erótica querer reduzi-la a arqueóloga do roubo infligido às minorias oprimidas – a mulher, o negro, o homossexual. Marguerite Yourcenar é só acidentalmente isso também, mas é sobretudo uma das supremas mentes e sensibilidades do século. Conhecê-la, traduzi-la é um ato de justiça e de enriquecimento para o outro. Quem a ler se sentirá imantado pelo seu dizer irrepetível, tranquilo e profundo como uma meditação budista.

## A agonia trágica e solene de Adriano. Num livro deslumbrante.

*Jornal da Tarde;*1981/01/10

“Sou como nossos escultores: o humano me satisfaz plenamente: nele encontro tudo, até o eterno” (Marguerite Yourcenar)

Para poucos, um livro deslumbrante. Tecido com a poesia, a filosofia, a sabedoria, a beleza, é uma aventura sem mapas pela galáxia da finitude humana, guiada pela bússola do mais clássico entranhamento ao pan-humano de Terêncio e de Platão:

“Acreditei, e nos meus bons momentos ainda acredito, que seria possível partilhar da existência de todos os homens e que essa simpatia seria uma das formas irrevogáveis da imortalidade.”

Um imperador morre lentamente, na Roma que subjugara as mais vastas regiões já dominadas por um único povo militarista, cruel e todo-poderoso. Dezoito séculos mais tarde e depois de quase trinca anos de criteriosas pesquisas, uma autora francesa, nascida na Bélgica e que voluntariamente mora nos Estados Unidos, escreve 287 páginas coruscantes de humanidade sobre essa agonia final, trágica, solene. Com um estilo eruditamente calcado nos melhores exemplos da Roma Antiga educada e saída de sua barbárie pela civilizada Atenas, Marguerite Yourcenar recompõe para o leitor incrédulo diante de tanta perfeição o mosaico das lembranças que por último acorrem ao cérebro do Imperador Adriano, numa epístola digna, em vários momentos, das *Meditações* hieráticas, de uma profundida insuperável, as *Meditações* cuja magnificência críamos ser irrepetível, a do Imperador-Filósofo Marco Aurélio.

Marguerite Yourcenar teve a felicidade – raríssima no Brasil – de encontrar uma tradutora ideal: Martha Calderaro, que dedicou 18 anos de sua vida na batalha de fazer, para o português, a transfusão sanguínea, vivaz, belíssima do original francês. Com essa dedicação e competência, *Memórias de Adriano* tornou-se também uma obra-prima na nossa língua.

É, antes de tudo, um livro extremamente rico e complexo para agradar a multidões de leitores. Intrínseca e esplendidamente aristocrático, esse livro não descerá nunca à lista dos mais vendidos e se inclui, desde a sua concepção e urdidura, entre aqueles que menos serão compreendidos por leitores fúteis e superficiais. No seu altivo e esplêndido isolamento atrai pouquíssimos que chegarão até ele, no entanto, há nestas páginas a pulsação ininterrupta de uma humanidade que ri dos séculos e contagia o leitor pelas suas reflexões além do tempo e do espaço. Suas raízes estão visceralmente em tudo que é humano: a guerra, o amor, a crueldade, a justiça, a liberdade, o poder, todos corroídos internamente pelo advento inescapável da morte.

Estas *Memórias* de tão insolente perfeição fazem parte, pelo espírito, mais à literatura greco-romana do que à francesa, semente que floresceu depois que a poeira do esquecimento a soterrou em curtas biografias, em citações sucintas e secas de historiadores presunçosos e incertos. Criação literária? Romance histórico? Classificações inúteis para um livro que é uma solene descida à memória, esse rio Estige no qual submergem, fúteis, vãs, todas as aspirações humanas rumo ao nada do mausoléu oco, da traça saciada, do verme vencedor do último assédio à carne e seus míseros despojos.

Marguerite Yourcenar empreende com a palavra aquele supremo encantamento, aquela magia privilégio das pitonisas de Delfos, de circundar todos os enigmas do ser humano daquele reflexo reluzente da ideia que se torna o Logos. Cada seção do volume contém meditações que pendem como pomos de ouro imunes ao tempo: hoje como há quase 2.000 ou 10.000 anos permanece o seu caráter sutilmente instigante porque perpétuo:

“Ah! Por que o meu espírito, nos seus melhores momentos, não possui senão uma pequena parte dos poderes assimiladores do meu corpo?”

“Foi nesse instante que uma melancolia momentânea comprimiu-me o coração: refleti sobre as palavras acabamento e perfeição, que contém em si a palavra fim. Talvez eu tivesse apenas oferecido mais uma ruína ao tempo que tudo devora.”

“A memória da maior parte dos homens é um cemitério abandonado, onde jazem, sem honras, as mortes que eles deixaram de amar. Toda dor prolongada é um insulto ao seu esquecimento.”

Cada recôndita fibra do pan-humano imutável através das eras que Marguerite Yourcenar toca, através do imperador moribundo, é revolvida e sopesada com a limpidez lapidar de um reconhecimento. Com uma finíssima ironia e uma intuição presciente da vida estuante, ela, escritora, não outorga à literatura nem aos livros a onipotência de ter decifrado o enigma humano. Por isso ousa, temerariamente, consignar:

“Adaptar-me-ia dificilmente a um mundo sem livros, mas a realidade não está ali porque eles não a contêm toda inteira.”

A ampulheta do universo de Adriano-Marguerite Yourcenar escoa no espaço minúsculo do tempo de uma vida humana a areia do amor a transformar-se em morte, a mutação em imobilidade, nessa alternância pungente entre arrebato e decomposição. O amor tem seus momentos de supremacia fugaz, de êxtase iniciático, de ponte entre um céu que o delírio do prazer promete ou relembra do Éden e a queda no limbo, vertigem triunfante afinal. São páginas que Stendhal aprovaria e que um delicado manual oriental de erotismo ecoaria fielmente. Se é um *hai-kai* em prosa o trecho de frase “A carne, esse instrumento de músculos, sangue e epiderme, essa nuvem vermelha de que a alma é o relâmpago”, digno de uma Bashô, haverá evocação mais voluptuosa na castidade cândida destas elocubrações que não admitem retoque nem abreviatura do frêmito da libido palpitante do que estas linhas aparentemente simples?

“De todos os jogos, o do amor é o único capaz de transformar a alma e, ao mesmo tempo, o único na qual o jogador abandona-se necessariamente ao delírio do corpo... toda experiência sensual nos coloca em face do Outro, acarretando-nos às exigências e às servidões da escolha. Não conheço, fora do amor, outra situação em que o homem deva decidir-se por motivos mais simples e mais inelutáveis. No amor, o objeto escolhido deve valer exatamente seu peso bruto em prazer, e é ainda no amor que o amante da verdade tem maiores probabilidades de julgar a nudez da criatura. A partir do desnudamento total, comparável ao da morte, de uma humildade que ultrapassa a da derrota e a da prece, maravilho-me ao ver renovar-se, cada vez, a complexidade das recusas, das responsabilidades, das promessas, das pobres confissões, das frágeis mentiras, dos compromissos apaixonados entre nosso prazer e o prazer do Outro, tantos laços impossíveis de romper e tão depressa rompidos!”

Sem transverter o amado em amada, como Proust fez em *A la Recherche du Temps Perdu*, transformando-o em uma pouco crível Albertine, nem sem apelar para os *mea culpa* jansenistas do protestante Gide a justificar sua inversão sexual, Marguerite Yourcenar descreve desassombradamente como num poema de Safo, a paixão do imperador pelo seu favorito Antinos. É impossível não transcrever pelo menos esta última citação, que corresponde, em prosa, a qualquer poema de amor homossexual ardente de Stefan George, o ascético sacerdote de Eros e da arte na Alemanha, nesta descrição arrepiante da beleza que levou Gustav von Aschenbach à morte em Veneza e destruiu Tróia por causa da beleza de Helena:

“Se nada disse ainda sobre beleza tão definitiva, não se deve ver nessa omissão a espécie de reticência do homem irremediavelmente conquistado. É que as fisionomias que procuramos desesperadamente costumam escapar-nos: existem apenas por um momento... Revejo uma cabeça inclinada sob a cabeleira noturna, olhos que o prolongamento das pálpebras faz aparecer oblíquos, um rosto jovem e amplo. O corpo delicado modificava-se sem cessar, tal uma planta. Algumas dessas alterações atribuem-se à passagem do tempo. O menino transformou-se; cresceu. Uma semana de indolência bastava para amortecê-lo; uma tarde de caça restituía-lhe a firmeza e a agilidade atlética. Uma hora ao sol o fazia passar da cor do jasmim à do mel. As pernas um pouco pesadas de potro alongaram-se; a face perdeu o leve arredondado da infância, cavando-se ligeiramente sob as maças salientes. Dilatado pelo ar, o tórax do jovem corredor ganhou as curvas suaves e macias de um colo de bacante. O trejeito amuado dos lábios revestiu-se de ardente amargura, de saciedade triste. Na verdade, o rosto mudava como se, noite e dia, eu o tivesse incansavelmente modelado.”

Como Marco Aurélio, este imperador-filósofo repelia o poder, aceitava-o, com relutância, como uma tarefa árdua, um obstáculo inevitável a transpor. O poder do Estado, do soberano máximo, não o empolga senão pelo lado sublime do poder: antípoda da corrupção, da adulação, da tirania, o poder que Adriano esparge é o da construção de estradas, de cidades, de sociedades livres onde a escravatura não mais exista ou seja sumamente abrandada; o poder é, sobretudo, a manutenção daquele hiato sagrado entre os combates – a paz. O poder não seria uma emanação de um Deus postulado como existente embora incognoscível? Ou, mais ceticamente, não seria a tentativa efêmera de apagar um ou outro erro humano na roda eterna de injustiças que como canga inextirpável aperta o pescoço dos homens e os leva sempre à tirania, ao domínio de um homem pelo outro, “o homem lobo do homem”. Roma afinal amamentada pela loba que estendeu suas patas e sua boca sanguinolenta por regiões tão vastas quanto a Bretanha bárbara, a nevoenta Panônia, a insubjugável Judéia? O poder retarda o aviltamento, mas *ad aeternum*: “O abrandamento dos costumes, o avanço das ideias no decorrer do último século são obra de uma minoria de bons espíritos; a massa continua ignara, feroz quando pode, em todo caso egoísta e limitada, e há razões para apostas que permanecerá sempre assim”.

O propósito nobre de Adriano, de humanizar o século, pela disciplina augusta, esboroa-se mesmo antes de sua morte, como o arcabouço de Roma ruía com ele e os monumentos mandados erguer em memória de seu amado Antinoos: as moedas cunhadas com o ser perfil adorado jaziam nas areias do Egito, pó vil misturado às hostes invasoras, misturado com as fezes e com os covis das serpentes...

Fecha-se o círculo, cumpre-se o fado inexorável: Adriano morre e sua morte é o exórdio de uma vivência desconhecida. A epígrafe se enlaça com as últimas frases:

“Pequena alma terna flutuante,

Hóspede e companheira do meu corpo,

Vais descer aos lugares pálidos duros nus

Onde deverás renunciar aos jogos de outrora...”

Ironicamente, *Memórias de Adriano* revela todo um labirinto inescrutável de enigmas. A sorte inaudita de encontrar uma tradutora brasileira ideal (há raríssimos senões de tradução que podem ser corrigidos numa segunda edição, poucos galicismos que se insinuaram neste autêntico e tocante *labour of love*). A erudição paciente, obstinada, de uma escritora que se funde com o que relata. A lucidez de uma editora que ousa publicar um livro invendável para as massas. E a charada indecifrável de uma evocação de Roma Antiga nada conter de sibarítico, nem de vulgar, nem de longinquamente obsceno. As notas da autora que acompanham o livro elucidam muito da sua elaboração sapiente e desvendam aspectos igualmente fascinantes dessa narradora singular.

Marguerite Yourcenar parta da premissa de que “a substância, a estrutura humana não mudam absolutamente”. Não se horroriza com a crueldade humana, mera antecipação do sadismo dos campos de concentração nazistas que hoje vão da Sibéria ao Uruguai e do aviltamento humano do transporte do gado humano africano atirado nos porões pestilentos dos navios negreiros. Sorri, imperturbável, diante dos movimentos feministas da mesma forma que descrê de qualquer partidarismo político, todos imantados pela incoercível vontade de mando. Prefere defender as focas e as baleias em extinção e as minorias à sombra das Ku Klux Klans. E guarda sobre a sua vida pessoal uma discrição até hoje inexpugnável. Conjectura-se apenas que seu grande amor tenha sido sua tradutora para o inglês, mas a dedicatória se refere apenas a G. F., sem uma única elucidação a mais.

Sua apatia pelos sectarismos políticos, porém, não eclipsa sua palpitante razão de viver e escrever: o anseio pela liberdade de todos os seres humanos: “O século II interessa-me porque foi, durante muito tempo, o século dos últimos homens livres. Pelo que nos diz respeito, já estamos talvez muito distantes desse tempo”. Com o mesmo velado sarcasmo ela mofa dos “retoques” que até a cultíssima Itália, de quando em quando, traz a monumentos históricos, com árvores abatidas para ceder lugar a vulgares quiosques-bar ou estacionamentos de automóveis, constatando que no mundo consumista, massificado e, portanto, imediatista e estúpido de hoje a beleza se afasta e a autenticidade se evapora, cedendo lugar a engodos ou a fábricas poluidoras.

O mesmo estilete de fina sátira corta as observações de sua infância em Bruxelas, onde a igreja onde ela foi batizada sofreu consertos grosseiros para não “destoar” de um monstruoso e imponente Centro de Televisão e Rádio, pomposo e de péssimo gosto. É com estoicismo sardônico também que ela desdenha dos documentos oficiais referentes à sua certidão de nascimento, já que o jargão administrativo e legal, com sua precisão e secura pedantes, mata qualquer vestígio de conteúdo humano, reduzindo tudo às cifras escritas à mão naquela época e, hoje, “atualizadas”, *comme il faut*, transformadas em cartões alimentadores de onívoros computadores, os minotauros das sociedades de tipo orwelliano que o século XX consagrou... É também em seu livro de recordações infantis e pesquisas de suas origens étnicas perdidas (*Souvenirs Pieux*) que ela sorri, benevolente, dos belgas que fortificavam as janelas de suas casas com lâminas de chumbo, defesa absoluta... contra as radiações atômicas!

Mas, se ela não adere a causas políticas como militante, nem por isso sua participação corajosa da denúncia do fascismo italiano pode ser jamais elidida depois da leitura de seu livro tragicamente político, *Le Denier du Rêve* (mais belo ainda que *Memórias de Adriano*? Seria absurdo impor um juízo de valor taxativo). Nesse relato do atentado a Mussolini e à fachada bombástica do *Fascio* e do *Duce* caricatural, ela ousa interrogar o que nenhum Chamberlain de seu tempo se atreveu sequer a formular: os trens que corriam supostamente “rigorosamente no horário” na Itália dos camisas-negras não conduziam indireta mas certeiramente aos campos de morte e extermínio de Sobibor, Treblinka, Dachau, Belsen, Auschwitz? Roma em 1933 com a retórica simiesca de Mussolini não é a *commedia dell’arte* farsesca, a burla trágica da Roma de Nero, a Etiópia servindo ao “Império” como os cristãos martirizados serviam aos imperadores dementes no Coliseu? O *denier* a que se refere o título do livro não é uma réplica profana das trinta moedas que venderam o Cristo? Aqui esse metal adquire o vigor de um elo ambivalentemente frágil e forte entre as vítimas do fascismo solidárias na sua ânsia de liberdade, na sua denúncia da farsa do *duce*, embora isoladas em seu desespero naquela época de renovado aviltamento, renovada escravidão de um povo de “santos, navegadores, artistas e guerreiros”.

Marguerite Yourcenar afasta o enxame dos que buscam nos livros um divertimento, um passatempo apenas, devido à sua maciça erudição também. *Sous Bénéfice d’Inventaire* aumenta o espanto do leitor que já deparara na bibliografia utilizada durante a longa confecção de *Memórias de Adriano* com uma lista de mais de uma centena de estudos doutíssimos, em alemão, grego, latim, inglês, francês, italiano. *Sous Bénéfice d’Inventaire* testemunha que a autora é também uma arguta ensaísta, à vontade no terreno das artes plásticas (como Baudelaire em sua época) como do das letras (como Virginia Woolf, durante as três décadas em que foi talvez a melhor crítica de literatura do jornal londrino *Times*). Piranesi e seus desenhos de prisões imaginárias, dantescas, saídas de uma imaginação aparentada com a de Kafka em *A Colônia Penal* ao mesmo tempo atormenta e fascina a sua atenção. Piranesi é visto, original e pertinentemente como um sucessor do Goya trágico dos *Disparates* e do marquês de Sade e suas alucinações eróticas, da mesma maneira que, no plano do código penal, Piranesi incita um grande jurista como Becaria a bater-se, solitário, pela reforma das prisões que aviltam em vez de reeducar os que nela ingressaram. Mais ainda: as prisões são o mundo, numa citação clássica de Shakespeare em *Hamlet*, as prisões são a corporificação do inferno de Dante encimado pela advertência mais funesta de que é capaz o cérebro humano: “Deixai toda esperança, ó vós que entrais”. Essa obcecação pela liberdade, essa sua claustrofobia sempre presente a leva a traduzir poemas do grande poeta homossexual moderno Konstantin Cavafy e a zombar do puritanismo dos historiadores que retrataram, com uma *pruderie* grotesca a época de Augusto: é mais imoral o amor entre duas pessoas acidentalmente do mesmo sexo ou o genocídio deliberado de um povo, de uma cultura, de uma raça, ela indaga? E traduz os *spiritual* dos escravos negros nos Estados Unidos sem hesitar de condenar a raça branca como a raça mais cruel, que subjugou o índio e o negro, fazendo de cobaias os asiáticos desde a guerra do ópio na China até a bomba lançada sobre Hiroshima e Nagasaki.

No crepúsculo literário da carcomida Europa de hoje, Marguerite Yourcenar é um dos últimos lampejos da *gloire* e da *grandeur* que De Gaule queria, inutilmente, recuperar. Sem atingir o nível de uma Virginia Woolf ou de uma Doris Lessing, numa literatura chocantemente pobre de grandes talentos literários femininos como a francesa, ela se destaca da aridez de compiladora apressada de obsessões pessoais que é, com todos os seus méritos, a áspera Simone de Beauvoir.

Marguerite Yourcenar, por uma dessas ironias deliciosas do destino, foi eleita para a insípida, sonolenta, machista e natimorta Academia Francesa de Letras: foi, sem dúvida, a primeira mutante, a primeira andrógina a ser admitida em velório tão vetusto quanto estéril. Seu estoicismo se não exclui um leve escárnio esboçado nos lábios não deixa, paralelamente, de conter sua essência aterradoramente trágica ao lado do misterioso, do impenetrável. Não sem razão a epígrafe de sua busca de uma genealogia perdida está cifrada na interrogação do zen-budismo japonês: “Como era teu rosto antes que teu pau e tua mãe tivessem se encontrado?”

## Uma viagem ao reino da dor, do amor, do poder, da morte.

*Jornal da Tarde*;1981/09/26

Algumas coisas há que todos os seres humanos têm em comum. Uma delas – talvez a mais importante – é a capacidade de sofrer. Está em nossas mãos o poder de diminuir inestimavelmente a quantidade de sofrimento e desgraça no mundo, mas não seremos bem-sucedidos nisso enquanto permitirmos que crenças irracionais opostas dividam a espécie humana em grupos mutuamente hostis. Uma humanidade sábia, em política como em tudo o mais, só poderá advir da lembrança de que mesmo os grupos maiores são compostos de indivíduos; que os indivíduos podem ser felizes ou desgraçados; e que cada indivíduo no mundo que esteja sofrendo representa uma falha da sabedoria humana e de toda a humanidade.

Bertrand Russel (*Ética e Política na Sociedade Humana*)

Descoberta no Brasil recentemente, na excelente tradução de seu *Memórias de Adriano*, por Martha Calderaro, Marguerite Yourcenar aprofunda agora com *A Obra em Negro*, na tradução igualmente extraordinária de Ivan Junqueira, sua visão filosófica do homem, da dor, do amor, do poder e da morte.

Ainda não se ressaltou a semelhança que existe entre o romance de Hermann Hesse, *Narciso e Goldmund*, e este seu vasto painel histórico do século XVI, com suas duas figuras-chave, a do jovem e ambicioso Henrique-Maximiliano Ligre, que parte para as aventuras militares e o alcance do poder, e a de Zênon, que busca a sabedoria oculta, a placidez das aldeias longe dos tumultos religiosos da Reforma e da Contra-Reforma, para tentar alcançar os processos alquímicos de transmutação espiritual. Enquanto um se recolhe à severidade do claustro, o outro percorre os caminhos da volúpia, da fome, da dor e da glória. Partindo dessas alegorias simbólicas, a autora francesa concentrou no meditativo médico Zênon todas as ideias e todos os ideais contrários aos fanatismos religiosos imperantes em seu tempo, amalgamando em um só personagem, Leonardo da Vinci, Giordano Bruno, Copérnico, Erasmo de Rotterdam – todos em busca de uma liberdade, uma justiça e um conhecimento absoluto, longe dos dogmas e das verdades impostas pela tradição.

No diálogo inicial entre Zênon e Henrique-Maximiliano, o simbolismo da escolha de caminhos é evidente: enquanto um peregrina rumo a Santiago de Compostela, onde secretamente o prior dos Jacobitas cultiva a alquimia, Henrique-Maximiliano quer disputar seu quinhão de terra e atingir, quem sabe?, a dimensão de um Alexandre, o Grande, ou a de um César. Mas, mesmo esboçado entre 1921 e 1925, *A Obra em Negro* já antecipa conflitos entre o homem e a tecnologia como o advento da máquina que deixava desempregados milhares de tecelões de lã e a extensão dos poderes mortíferos de um exército inimigo dotando-o de armas de fogo – situações que vividamente evocam o atual emprego de robôs nas fábricas de auto mísseis, a guerra química, a bomba de nêutrons. Semelhantes paralelismos brotam por todo o livro, como os temas da inflação, das guerras ideológicas, que de religiosas passaram para o plano político, o desemprego em massa, a ação da Igreja cindida pelas heresias, o temor do avanço dos turcos, a insubordinação popular contra a tirania dos príncipes. O pavor da automação já era nítido, nas condenações dos operários têxteis belgas da época:

“Quando Tomás viu que o tear funcionava dia e noite e executava por si só a tarefa de quatro homens, ficou calado – atalhou Colas Ghell –, mas ele tremia e suava como se estivesse com medo. E foi dos primeiros a ser dispensado quando me reduziram o grupo dos aprendizes. E os moinhos rangiam sem cessar, e todas as varetas de ferro continuavam a tecer sozinhas. E Tomás ficava sentado ao fundo do dormitório, junto da mulher com quem se casara na primavera, e eu os ouvia tremer como aqueles que sentem frio. Compreendi então que nossas máquinas eram um flagelo comparável ao da guerra, da carestia dos víveres, dos tecidos estrangeiros”...

Desse mundo que mal emerge da Idade Média e já depara com a ameaça mortal das fogueiras da Inquisição, um dos episódios mais pungentes é o da construção, na cidade alemã de Münster, de uma enorme Arca de Noé, que salvaria os justos do segundo dilúvio e que estava reservada aos que desprezavam a Igreja e sua venda de bulas papais tanto quanto as hipocrisias luteranas e calvinistas. Essa comunidade inicia-se com propósitos de fraternidade e amor: “Os frutos da terra pertenciam a todos como o ar e a luz de Deus; os que dispunham de roupa branca, louças ou móveis, os levavam para a rua a fim de que fossem partilhados com os demais. Amando-se com um rigoroso amor, todos se ajudavam, se criticavam, se vigiavam uns aos outros, para advertir-se de seus pecados; as leis civis estavam abolidas, abolidos os sacramentos, o açoite punia os blasfemos e os deslizes carnais; as mulheres ocultas em véus insinuavam-se aqui e ali como grandes anjos inquietos, e ouviam-se na praça os soluços das condições públicas”. Mas logo eclodiria a tirania de um usurpador nesse sonhado pedaço do Paraíso instalado na terra: “Matava-se muito; o Rei eliminava os frouxos e relaxados antes que infectassem os demais. Além disso, cada morte economizava uma ração”. Como um Khomeini cristão do Renascimento europeu, o Rei se julgava divinamente inspirado para interpretar sozinho as vontades daquele Deus com o qual ele se confundia e ordenara, absurdamente, “a demolição das torres, dos campanários e de quaisquer saliências que, nas empenas da cidade, sobressaíssem às demais, insultando assim a igualdade que deve reinar em todos diante de Deus”. Como os que hoje esquadrinham os gráficos astrológicos ou leem avidamente as profecias de Nostradamus, todos temiam os sinais do Apocalipse, do final dos tempos. Com olhar equânime, Maguerite Yourcenar mede as loucuras praticadas na Arca sediadas por forças da Igreja e da Reforma, temporariamente aliadas contra um inimigo comum, e não as considera piores que as ações ignóbeis dos soldados, dos nobres, dos burgueses, dos bispos com belas e discretas amantes mantidas em casas suntuosas. Destruída aquela Barca de Loucos, enjaulado o seu pretenso Rei, não era talvez mais hedionda ainda a intolerância protestante com seu bárbaro puritanismo hipócrita?: “A dar-se lhe crédito, a pureza evangélica ia de par em Genebra com a prudência e a sabedoria burguesas: os dançarinos que rebolavam como pagãos atrás de portas fechadas, os pirralhos gulosos que chupavam impudicamente durante a prédica seu açúcar e seus confeitos eram surrados até sangrar; os dissidentes, banidos; os jogadores e os libertinos, condenados à morte; e os ateus, claro está, destinados à fogueira. Longe de ceder aos impulsos lascivos de seu sangue, como o untuoso Lutero, que contraiu núpcias ao sair do claustro nos braços de uma freira, o laico Calvino esperou muito tempo até casar-se com uma viúva no mais casto dos matrimônios”.

Yourcenar (anagrama do nome verdadeiro de família da autora: Crayencour) demonstra mais uma vez seu desprezo pelo comum da humanidade, incapaz de pensar, de libertar-se de dogmas, e chafurdar século após século na intolerância, na ignorância, na pusilanimidade e na estupidez inextirpáveis. Espelhando as suas convicções, Zênon deseja a liberdade de pensar e de agir que as leis arbitrárias lhe proíbem: a máquina humana do corpo dissecado no mármore frio, a sístole e a diástole do coração, a seiva que percorre o interior dos vegetais, os segredos alquímicos das pedras, da água, do fogo, eram os temas que lhe pareciam da mais transcendente importância, pois dariam ao ser humano a possibilidade de refazer-se na sua estrutura espiritual. Como máximo ponto de interrogação nunca apaziguado, Deus. Existirá ou fomos criados por demiurgos imperfeitos e sádicos ou ainda Deus é uma noção absolutamente estranha ao homem e seus males e preces? “Cada noite passada à cabeceira de quem quer que esteja enfermo me recoloca diante de questões que foram deixadas sem resposta: a dor e seus fins, a benignidade da natureza ou sua indiferença, e se a alma sobrevive ao naufrágio do corpo”. Nossos sentidos, demasiado vulneráveis e frágeis, não alcançam fenômenos que não sejam imediatos e se estiolam com o tempo, esse aliado da morte, que acelera a passagem da vida como uma inclinação apressa a queda da areia dentro de uma ampulheta. A dúvida religiosa, na época das superstições vindas ainda da era medieval, dos embates entre a Igreja e a Reforma, a Igreja e a ciência de Copérnico e dos navegadores que descobriram as Índias e as Américas, a dúvida permanece como o motivo predominante: “Deve existir alhures não o que que nos excede em perfeição, um bem cuja presença nos confunde e cuja falta nos é intolerável”.

À maneira de Leonardo da Vinci, que em seus desenhos previra o advento do avião, dos submarinos, de armas poderosíssimas, Zênon especula se a humanidade, em séculos vindouros, não dominará uma técnica de morte planetária, dada a mediocridade da raça humana e o furor que sempre caracteriza a ação de grupos humanos contra outros grupos humanos. Tudo parece reforçar o ceticismo: não só o predomínio do mal e da bestialidade entre os homens e dos homens para com a natureza: postula-se na verdade a impossibilidade de sermos objeto de preocupações daquele conceito abstrato que englobamos na palavra Deus: “Todo o resto – quero dizer, o reino mineral e o dos espíritos – se de fato existe, é talvez insensível e tranquilo, para além de nossas alegrias e tristezas, ou para aquém destas. Nossas tribulações, senhor prior, provavelmente serão apenas uma ínfima exceção na oficina universal, o que poderia explicar a indiferença dessa substância imutável a que devotamente chamamos Deus”. Um a um, Zênon enumera os erros piedosos dos crentes: fora erro crer que a Terra e não o Sol estava no centro do universo; fora erro também o cometido por Demócrito, de crer na infinitude dos mundos, ou Averróis, crendo numa divindade que atuasse friamente no interior de um mundo eterno, ou, como Orígenes, asseverar a imortalidade da alma, erros puníveis pelas religiões ditas cristãs com as tortura e a morte praticadas em nome de um Deus que pregara o amore a bondade entre o homem e seus semelhantes.

Em *A Obra em Negro*, a escritora, recentemente admitida entre os “imortais” da Academia Francesa, não se preocupa minimamente com técnicas novas de narrar. Longe dela qualquer experimentação estilística: seu relato é sempre um grande mural pintado com tintas vivas e abrangendo toda uma época da humanidade como cenário. Zênon, o alquimista que buscava solitário a pedra filosofal, é o arquétipo ao mesmo tempo da liberdade de pensamento e da pesquisa científica, da busca de um Absoluto talvez oculto em algum texto esotérico indecifrável para o vulgo e é um testemunho de luta audaciosa contra os que querem fazer calar a carne e sues deslumbramentos, ele próprio reconhecendo que a Inquisição tanto o poderia condenar por blasfêmia por ler a Bíblia em sua edição Vulgata como por pecado de sodomia, como sucedeu a Leonardo da Vinci, expulso de Florença e refugiado na corte milanesa dos Sforza.

Desvelam-se cenas magistralmente decalcadas dos mestres flamengos da pintura neste romance erudito, difícil, de pouca ação exterior e todo voltado para meditações filosóficas: a rudeza campônia dos quadros de Bureghel, o demoníaco e o paradisíaco de Bosch criam painéis riquíssimos do final do século XVI na Bélgica, até o final, solene, austero, augusto no seu estoicismo e coerência, operando-se, surpreendentemente, *A Obra em Negro* da forma menos suspeitada e mais cabal. Um livro que exige uma longa exegese, uma lenta leitura, nesta cuidada e primorosa tradução, ele reitera, na verdade, a insistência renovada da autora na independência do indivíduo livre, infenso a qualquer jugo, artístico, religioso, político, uma independência que se estende à busca dos prazeres sensuais como uma via de conhecimento e de autossuperação, já que parte integrante, inalienável, de uma liberdade maior, mais ampla, que sempre o obscurantismo triunfante asfixiou: “A ousadia do filósofo que preconizava a livre prática dos sentidos e lidava sem constrangimento com os prazeres carnais, exasperava a multidão sujeita neste plano a muito de superstição e de hipocrisia. Pouco importava se o homem que ali se expunha fosse ou não mais austero e por vezes mais casto do que seus intransigentes detratores; admitira-se que nenhum fogo ou suplício terrestre seria capaz de punir licença tão atroz, justamente porque a audácia do espírito parecia agravar a do próprio corpo”.

## Yourcenar, sempre pioneira. (segunda metade do artigo cuja primeira parte inserimos na seção acima consagrada a Virgínia Woolf)

*Jornal da Tarde;*1982/01/23

Marguerite Yourcenar tornou-se uma nova religião e Martha Calderaro é a sua profetisa. Depois do sucesso retumbante e tardio de *Memórias de Adriano*, e de Zênon, o alquimista, vem-nos um trabalho escrito – precocemente, sem dúvida – em 1929. Realmente, apesar da sua linguagem velada, *Alexis ou Tratado do Vão Combate* (editora Nova Fronteira, tradução de Martha Calderaro) é uma obra pioneira pela audácia do seu tema e pela linguagem velada que ousa usar já há mais de 53 anos atrás.

Goethe argumentava que a verdade e a poesia se entrelaçam para formar uma terceira proposta: a da obra de arte, soma da realidade vivida pelo poeta e a soma de suas experiências em forma de drama, poema, memória, romance. Até que ponto Marguerite Yourcenar tem a ver com o que escreve e com a sua vida particular, reflexo da sua vida de artista, mas a esfera particular vetada a quem quiser bisbilhotar a sua vida íntima?

Em nenhum momento – a não ser, exclusivamente por sua criação literária, geralmente ambientada em épocas longínquas e que exigem demoradas pesquisas históricas – ela se confessou, nem quanto à sua maneira de escrever, nem quanto às esferas mais íntimas da sua vida, exceto, talvez, no prefácio que após a esta obra escrita – nota-se – em sua juventude.

Em primeiro lugar, se o romance em si revela uma ingenuidade e uma timidez hoje quase incompreensíveis depois das obras de Jean Genet, Marcel Proust, D. H. Lawrence, Henry Miller – sem falar na divulgação das obras demenciais do Marquês de Sade, o prefácio, escrito muitas décadas depois da incepção do livro de uma quase adolescente (ela tinha 24 anos de idade apenas ao escrevê-lo), contêm o lado amargo da experiência advinda depois dos decênios de publicação de *Alexis*. O ceticismo da autora se refere na contestação, desde os primeiros parágrafos, de qualquer mudança importante que tenha havido nos costumes, hoje enfeixados vagamente na lei da “moral e bons costumes” que pode ser interpretada ao bel-prazer de qualquer autoridade política, religiosa ou pode até cair sob a jurisdição de partidos políticos e do Grupo de Senhoras de Santana em Defesa da Moral.

Yourcenar constata, em 1963, que de 1929 até então durante esse intervalo de tempo, tanto as ideias como os costumes sociais e as reações do público modificaram-se, embora um pouco menos do que se possa supor. De fato, nesse intervalo sobrevieram as punições inenarráveis impostas a qualquer variante sexual nos campos de concentração nazistas bem como, na década de 50, o *Wolfenden Report*, apresentado ao Parlamento e aprovado pela rainha Elizabeth II, descriminalizou todas as atividades não heterossexuais; vários Estados norte-americanos aboliram as sanções penais contra tais práticas quando não constituíssem ultraje ao pudor e se desenrolassem entre adultos que mutuamente consentissem na relação a dois. Até a Associação Psiquiátrica Norte-Americana dignou-se a não mais considerar “um crime” ou “uma perturbação neurótica” a transgressão dos parâmetros sexuais convencionados como os únicos válidos pela maioria.

Confirmando a sua visão pessimista de que, embora, juridicamente, muita coisa possa ter-se modificado e tenha havido até uma aceitação, pelo menos aparente, da sociedade majoritária com relação a essa minoria desprovida de direitos, ela insiste: “Se bem que o assunto, considerado ilícito antigamente, tenha sido abundantemente tratados em nossos dias e inclusive explorado pela literatura, tendo adquirido, dessa forma, uma espécie de meio-direito de cidadania, parece, com efeito, que o problema íntimo de Alexis não é hoje menos angustiante ou menos secreto do que outrora”. Mais argutamente ainda ela ressalta: “Parece também que a facilidade relativa (tão diferente da verdadeira liberdade) que reina sobre o assunto em alguns meios muito restritos, não tenha feito outra coisa senão criar no público em geral um mal-entendido, ou uma prevenção a mais... os costumes, diga-se o que se quiser, mudaram muito pouco”.

Em seguida ela enumera uma série de obstáculos para a primeira libertação, a da linguagem, reflexo de uma situação estável: “enquanto o mundo das realidades sensuais permanecer cerceado e castrado por proibições”. Para logo, com lucidez, ela interligar os problemas da liberdade sexual e da liberdade de expressão. As épocas se sucedem, mas as mentiras, a hipocrisia, as dissimulações continuam, padrões vitorianos de que nem, ela acha, certas experiências pioneiras científicas de sexólogos do tipo de Kinsey-Report ou dos sexólogos Masters and Johnson nos libertaram. “A meta mais alta, a de conciliar, sem baixeza, a carne e o espírito” permanece eivada de barreiras, a menos das quais não é o conformismo.

Certamente, na França, desde os tempos de André Gide, aludiu-se a uma modalidade de vocabulário abstrato, que contava com a perícia e a cumplicidade do leitor na decifração de termos e textos diáfanos que mais encobriam do que elucidavam as questões a tratar.

*Alexis* quer registrar uma voz. Uma voz anti-Gide, daí o subtítulo claramente atigideano, pois se o romancista atormentado de *Les Faux Monnayeurs* antepusera a tudo um volume escrito na adolescência, *Tratado do Vão Desejo*, Yourcenar, mais cética, subintitula o seu de *Tratado do Vão Combate*. De que combate e de que vão desejo se trata? Da proposição temerária de que: “Tanto mais que há um fundo de puritanismo na preocupação de separar o prazer do restante das emoções humanas, como se ele não merecesse o seu próprio lugar”.

O livro inteiro é uma carta de despedida dirigida por Alexis à sua mulher, optando por uma cisão entre o prazer, desfrutado independentemente do amor, e as conveniências de um casamento. Marguerite Yourcenar atribui a todo um século romântico a idealização da pessoa amada, quando ele, em suas próprias palavras, prefere o prazer, independentemente dos deveres que este implica: “A procura de uma liberdade sexual mais completa e menos corrompida por mentiras”.

Essa separação digna, nobre, é um reforço da busca de si mesmo como o distanciamento menos egoísta que pode apresentar, altruisticamente, à mulher que abandona: “Existem certos momentos em nossas vidas em que somos, de maneira inexplicável, e quase aterradora, o mesmo ser em que um dia nos transformaremos”. Para Alexis, tornou-se definitivamente uma, indivisível, a sua constatação de que os díspares elementos que compõem a nossa vida não podem ser rotulados discricionariamente: isto é permitido; isto, não. Nem mesmo a arte é um substituto do que é insubstituível: o frêmito da vida. Os livros – ele conclui melancolicamente – “os livros não contêm a vida. Contêm apenas as suas cinzas”. Por isso os livros libidinosos e sem escrúpulos, que lhe estavam proibidos na biblioteca do avô – Laclos, Sade e outros – não contêm a profundidade com que os assuntos sensuais exigem ser tratados, já que decidem da infelicidade ou da efêmera aventura humana: “Livros que não costumavam colocar nas mãos das crianças. Estes não me agradavam. A volúpia – já o suspeitava – é assunto demasiado grave; deve tratar-se com seriedade tudo aquilo que é capaz de causar sofrimento”.

Toda esta longa carta é um auto-reconhecimento: doloroso, mas capaz de revelar a quem se examina os seus pontos reais, a sua autenticidade. Desde cedo ele não notara simplesmente que “não era como os outros”. Graças a um processo de auto-exame, ele não demora a concluir que “Eu me via transformado naquilo que eu era realmente porque todos nós seríamos transformados se tivéssemos a coragem de assumir a nossa própria personalidade”.

Às noções incutidas pelas Igrejas, de que o sentimento de culpa anuncia o estão de pecado em que estamos, ele opõe uma helênica sabedoria, antes da codificação da carte pela “bula” eclesiástica, que lhe ensina que antes do pecado há a volúpia e é a volúpia que nos torna conscientes de sermos, antes de tudo, um corpo. Ademais: um corpo dotado de leis próprias, de vontades, sonhos e até uma existência totalmente independente do confessionário. A Bíblia, a noção de danação, os conselhos para a prática da abstinência violam as leis, anteriores, do corpo. Não há um terceiro caminho; ou ele assume “que suas inclinações são mais poderosas – embora possam até parecer criminosas – e uma renúncia completa e talvez anti-humana”. Feita a escolha, a decisão é iluminadora. “Não soube, ou não ousei descrever-te, a adoração ardente que me inspiram a beleza e o mistério dos corpos nem (muito menos) como cada um deles, quando se oferece, parece trazer até mim um fragmento da juventude eterna... É que sou demasiado sensato para acreditar que a felicidade floresce apenas à margem de um erro e que o vício, não mais que a virtude, só pode dar alegria aqueles que o têm. Prefiro o erro (se é erro) à negação de si mesmo que é o limite da demência. A vida me fez aquilo que sou, isto é: prisioneiro (se assim se quer) de instintos que não escolhi, mas aos quais me resigno e me entrego”.

Mesmo a cuidadosa tradução de Marha Calderaro deixa transparecer a delicadeza de sentimentos, as reticências de um texto já envelhecido na sua timidez em aceitar diagnósticos e ditames. Hoje, sem dúvida, apesar de toda a sua delicada discrição, Marguerite Yourcenar ousaria bem mais, depois que Baudelaire foi condenado pelo Ministério da Justiça francês por *Les Fleurs du Mal* e especificamente por *Les Femmes Damnées*. Alexis é assim menos do que um livro ultrapassado, um testemunho corajoso de uma época em que estava vivo ainda o processo contra Oscar Wilde na Inglaterra e o seu “amor que não ousa proclamar o seu nome”. De qualquer forma, é um livro involuntariamente otimista, pois ao consignar o silêncio que se abatia sobre as variantes escritas (não praticadas) já deixava antever um Reich e sua revolução do orgasmo e um Gay Movement nos EUA na luta das minorias eróticas por seus direitos pisoteados igualmente pelos eclesiásticos, partidos políticos, autoridades civis e militares e pela maioria esmagadora de todas as instituições que tutelam as vidas de seus cidadãos, incidindo em crimes contra a economia popular, o erário público, crimes de poluição e corrupção diários. Mas, ao contrário de Marguerite Yourcenar, é possível crer-se numa reforma dos costumes, num abrandamento da hipocrisia e da mentira e, quem sabe?, num futuro sem data em que todos possam aceder, sem prejuízo da coletividade, à expressão de sua autenticidade, integrados no trabalho comum em prol de uma sociedade integracionista e não discriminatória?

## E fica o brilho de Marguerite Yourcenar.

*Jornal da Tarde;*1987/12/19

Ontem, às nove horas da noite, em um pequeno hospital da costa Nordeste dos Estador Unidos, morria de hemorragia cerebral Marguerite Yourcenar. Escritora cuja fama só alcançou aos 78 anos de idade, obteve enorme repercussão no Brasil devido aos 18 anos de trabalho amoroso que lhe dedicou sua excelente tradutora, Martha Calderaro, com sua obra ficcional inspirada em um imperador romano que existiu realmente, intitulada *Memórias de Adriano*. O tempo parece não desempenhar um papel preponderante nem em sua vida nem em sua abundante criação literária: este romance epistolar imenso lhe custou 27 anos de cinzelamento, estudos, pesquisas, correções. *Memórias de Adriano* talvez passasse despercebida quase se sua autora não tivesse sido a primeira mulher a ingressar na Academia de Letras da França, em 1980. Sua admissão a este cenáculo grotesco, fundado pelo maquiavélico Cardeal Richelieu, há 352 anos, foi circundada de episódios do mais chocante ridículo. Seu grande defensor, o medpiocre escrevinhador Jean D’Ormesson, a saudou com retórica retumbante e equívoca: “Teríeis, Madame, sido acolhida por esta augusta Academia mais cedo se a Mãe Natureza vos tivesse feito homem!” e a encenação de *opera buffa* não parou aí: sem poder envergar o fardão acadêmico nem carregar com dignidade o espadachim pesado, o costureiro Yves Saint-Laurent, presente à cerimônia junto com o então presidente da República, Giscard D’Estaing, criou para ela uma espécie de toga monacal, misto de *chador* muçulmana e hábito de carmelita descalça, coroado por um medalhão, substituição da espada, do imperador Adriano.

As más línguas cochichavam: “É a primeira vez que a Academia recebe uma homossexual como membro”, mexerico que a escritora afastava sempre de si como um enxame de moscas importunas: “Só porque moro há 40 anos com minha tradutora norte-americana, Grace Frick, julgam que sou uma discípula de Safo!” Outras vozes tentavam torná-la uma insensível aos acontecimentos dos comuns dos mortais, ao Povo com P maiúsculo, ao que ela retrucava que, apesar de sua origem nobre, jamais tivera qualquer noção de sentimento de classe e muito menos de luta de classes. E havia ainda a circunstância de que a nova “imortal” já se referira com desprezo à Academia, considerando-a publicamente “um clube arrogante de velharias tediosas”, prometendo nem angariar votos para sua admissão aos 40 integrantes desse seletíssimo círculo de mediocridades nem fazer parte de uma única de suas sonolentas sessões...

Marguerite Yourcenar (1903-1987) temperava sempre de ironia as entrevistas que concedia, principalmente às revistas ditas “feministas” como *Elle*: como se pode falar de “literatura feminina”? Qual é a visão “feminina” da hipotenusa? Por que criar mais um gueto? O ideal feminino era imitar os grandes homens de negócio e morrer de infarto no auge de suas carreiras? E soerguia, altiva, a cabeça para afirmar que não, não era feminista absolutamente: que se lutasse pelos direitos jurídicos da mulher, de acordo, mas daí a tornar a mulher uma imitadora vã das metas masculinas ia uma grande distância.

Considerava mais urgente e abrangente lutar pelos direitos civis de todos os grupos minoritários: os homossexuais, os índios, os negros, os judeus, mas, enfatizava, sem deixar de acusar o fanatismo judaico sempre que ele se apresentasse como usurpador de uma superioridade que não possuía de fato. Evidentemente, cada entrevista desta mulher orgulhosa e intransigente, que parecia detestar “agradar” ao interlocutor ou aos leitores, era uma catástrofe. Ela vivia no mundo da lua? Por que em seus romances o homem é, com uma ou duas exceções, sempre homossexual? Por que ela raramente fala do presente e vê em tudo a presença esmagadora do passado?

Marguerite Yourcenar, porém, não parava na letra “f”, seguindo a marcha *plus que lente* do dicionário paquidérmico da vetusta *Académie*, em preparo há mais de três séculos: *femme* (mulher) era uma palavra demasiado exígua para ela que queria traçar o mapa de todas as civilizações, dos romanos e árabes aos celtas e à Itália sob o terror do fascismo, no século XX. *Le Denier du Rêve* (*O Denário do Sonho*) é um de seus livros mais trágicos: une personagens díspares através de uma moeda humilde, o denário do título, todos co-envoltos numa abortada tentativa de se tirar a vida do *Duce* Mussolini, na Roma de 1929, com suas bandeiras ao vento, suas palavras ocas e grandiloquentes, suas poses de palhaço, seu “império” feito de retórica e sonhada desde o balcão de onde se dirigia ao “povo” na *piazza Venezia*.

A ironia ferina de Yourcenar se caracterizava pelo desdém cáustico, como quando considerou outra Marguerite escritora. Marguerite Duras, autora de uma frivolidade moram sem nome: *Hiroshima, mon amour*, o que para ela equivalia à tolice de se escrever, por exemplo, “Auschwitz, meu chuchu” (em francês: “Auschwitz, *mon chou*), banalizando o terror que os seres humanos podem infligir a outros seres humanos indefesos, no Japão, na Europa ou onde for. Para ela, ao contrário, a História humana, incapaz de dar lugar a otimismos nem a superficialidades tão do gosto de certos pensadores do *XVIème arrondissementI,* um dos bairros mais ricos e chiques de Paris, a História era sobretudo uma “escola de liberdade”. Através de cada época temos a noção dos valores que esse período histórico atribui à vida e ela volta sempre às eras passadas – à Antiguidade clássica, à França anterior à invasão romana, à Flandres do Renascimento – pois o presente nada mais é do que a reiteração do passado: o amor, a tirania, a tolerância, a liberdade, a morte mudam jamais?

Com suas próprias palavras, o descrédito do futuro do ser humano:

“Ah, sim, ele (meu pessimismo) é bem forte. Em um século em que os desertos aumentam, em que a chuva ácida destrói as florestas, em que foram extintas 82% das espécies animais, em que houve duas grandes guerras e cerca de 25 guerras regionais que conduziam, todas, ao risco de uma nova guerra mundial, não há com o que ficar contente.”

Mesmo seu ceticismo não a impedia de continuar lutando e crendo, por mais absurdo que pudesse parecer: Marguerite Yourcenar pertencia a mais de 50 organizações como a *Greenpeace* ou a *World Wildlife Foundation* (Fundação Mundial em Prol da Vida Selvagem), defendia as baleias e as focas do extermínio nas imensidões geladas do Canadá ou do Alasca, assim como no Quênia assinava petições para a preservação dos elefantes e das girafas.

Nem nos elogios póstumos ela teve em Jean D’Ormesson um admirador inteligente: desde Sartre, dizia o acadêmico confuso, desde Aragon a literatura francesa não tinha um gênio como Mme. Yourcenar, cuja morte o enchia de luto. O que deve ter sido o elogio-gafe do ano: a obra literária de Sartre jaz mais mumificada que Lênin no mausoléu do Kremlin e de Aragon o surrealismo francês guarda no máximo o nome. Enfim, ela estava acostumada a esses tropeços, em sua solidão na ilha de temperaturas invernais de menos 40 graus centígrados onde morava e nunca confiara na inteligência como um bem distribuído fartamente pela natureza, pelo acaso ou pelos deles aos bípedes implumes. A obra de Yourcenar distingue-se, em seus melhores momentos, por uma elegância marmórea, um aticismo solene, conciso, filosófico. Muitas vezes já se procurou, em vão, uma raiz unicamente cristã em seus escritos. Ela é muito mais pagã, muito mais helênica em sua atitude diante da paixão, da beleza e do nada. Mesmo a perfeição desperta sua melancolia diante da marcha do efêmero de tudo: ter amado é oferecer à memória uma ruína que o tempo, ávido, devora. O êxtase evoca o próprio fim, a beleza lembra a mutabilidade de tudo, rumo ao limbo, ao esquecimento, à morte.

Para ela o amor envolve simultaneamente a alma e o corpo, mas sem as mortificações da carne e sim com o júbilo da carne a degustar o prazer pelo prazer, sem culpas, sem noção de pecado nem de castigo. Estas são, porém, noções da verdade e da sabedoria destinadas a poucos: “A massa continua ignara, feroz quando pode, e há razões para se apostar que permanecerá sempre assim”.

Ensaísta arguta, tradutora do poeta grego Kavafy, penetrante crítica de Mishima, comenta a espiritualidade dilacerante dos *spiritual* negros norte-americanos, assim como estabelece relações insuspeitadas entre o desenhista insigne italiano Piranesi, do século XVIII, com sua série atormentada de “Prisões” e Goya, o Inferno de Dante e o inferno contemporâneo de Kafka. Seu gosto estabelece sempre uma hierarquia intrinsecamente aristocrática entre os autores: não tem tempo a perder com alguém inferior a Henry James, a uma Virginia Woolf.

Terão rufado novamente os involuntariamente hilariantes tambores da Academia Francesa agora que ela morreu, como soaram à sua entrada? Para ela seria uma ironia a mais a enfeitar sua vida de beleza misturada com disparates. Atualmente, quando a Europa sofre seu mais profundo ocaso literário, com centelhas agonizantes aqui e ali, a prolongar o seu triste crepúsculo, Marguerite Yourcenar deve ser vista, não sob o prisma da pobreza artística da Europa de hoje. Nem sob a perspectiva apenas da sua criação literária. Ela, iconoclasta sempre, não considerava que os livros fossem objetos sagrados, dignos de culto. Pois nem os livros podem conter inteiramente a pulsação estuante da vida. Com a publicação póstuma de sua obra deixada inconclusa virão os relatos de sua vida, de suas recordações, de suas convicções. Ela retratou fielmente os guerreiros celtas que, quando acossados pelas marés, armavam-se como para uma batalha e entravam mar adentro para desafiar a fúria das tempestades. É uma digna imagem de si própria, a crer que o fulcro das questões sociais e políticas é sempre o da ética, da dignidade humana em seu combate sem cessar pela restauração da Natureza, por meio da ecologia, e pelos direitos humanos, sem fronteiras nacionais nem ideologias dogmáticas. Se fragmentar o embate de todos os seres humanos. Mesmo sem uma crença específica em Deus, não podemos deixar que nossas vidas sejam tragadas pelo que ela chama de “o caos inútil”. Como ela confessou surpreendentemente a seu entrevistador Matthieu Galey em *De Olhos Abertos*:

“Tenho a impressão de ser um instrumento através do qual passaram correntes, vibrações. E isso vale para todos os meus livros, e eu diria mesmo para toda a minha vida. Talvez para toda a vida; e os melhores dentre nós talvez não sejam, nem eles, mais do que cristais atravessados. Assim sobre os meus amigos, vivos ou mortos, repito com frequência a admirável frase que me disseram ser de São Martinho, o filósofo desconhecido do século XVIII, tão desconhecido para mim que jamais li uma única linha sua e jamais verifiquei a citação: ‘Há seres através dos quais Deus me amou’. Tudo vem de mais longe e vai mais longe que nós. Em outras palavras, tudo nos supera, e nos sentimos humildes e maravilhados por termos assim sido atravessados e superados...”

# Doris Lessing

## Doris Lessing, brilhante. Apesar da má tradução

*Jornal da Tarde;*1973;Artigo sem data. Suponho, contudo, que o ano de publicação seja este, pois a tradução mencionada foi publicada nesse ano)

“O homem branco... poderá me ensinar como fazer uma camisa ou a ler e escrever, mas meus ancestrais e eu bem que lhe poderíamos ensinar algumas coisas também, se pelo menos ele nos desse atenção e se permitisse a si mesmo sentir plenamente. Não existe mais a África apenas para o branco vir a ele para lhe dar lições e controlar a sua alma e seus recursos naturais sem concordar em aprender também dela.” Ezekiel Mphlele

Pobre Doris Lessing! Está sendo vítima, no Brasil, de traduções maçantes ou incompetentes ou apressadas ou todas ao mesmo tempo em certos casos. O que fazer? Quando se dará a oportunidade de se retraduzir bem a sua magnífica, majestosa prosa? Agora a editora Record arbitrariamente amalgama seis contos reunidos sob o título de *This Was the Old Chief’s Country* e três das novelas da coletânea *Fice* e o resultado, além de abusivo, é tragicômico, pois esta deve ser a primeira tradução esquizofrênica que se faz da admirável autora de *Shikasta*. De fato, na tradução brasileira (de Carlos Evaristo Marques), o leitor alternadamente tem lampejos do que possa ser a grandeza original de Doris Lessing e arrepios de rejeição diante das calamidades cometidas contra ela. Dever ser uma forma nova de *know-how* brasileiro digno de um congresso de psiquiatria literária.

Os exemplos são abundantes e aflitivos, desde o quase inocente “*it doesn’t help*” traduzido como “não ajuda”, quando deveria ser “não adianta” até transformar “*insurance policies*”, meras “apólices de seguro” em “políticas de seguros”, ainda bem que Deus nos preservou de uma “polícia de segurança”! E não nos quedamos mudo diante da inventividade do tradutor ao ler a frase: “... nunca tivera anteriormente nada a tratar com africânderes e o que lhes sabia a respeito era por ouvir dizer...” E “Mas que tinham sido nascidos para curar”?!

Diante deste texto trepidante em português, pelas surpresas que inflige ao leitor, presa de uma montanha-russa de erros e acertos, não se deve, porém, desistir. O vigor, a inteligência, a sutilíssima sensibilidade de Doris Lessing sobrevivem a mais essa erosão ecológica de suas frases. Aqui e ali se entreveem momentos tocantes desse primeiro painel da Rodésia, publicados quando a escritora inglesa estava ainda na década dos 30 anos de idade, em 1950, 1951, e lhe valeu precocemente o prêmio Somerset Maugham em 1954. Como ela afirma, com toda a segurança da sua vivência africana e seu militante combate contra o racismo e o colonialismo europeus naquele continente:

“Acredito que a principal dádiva da África aos escritores, tanto brancos quanto negros, é o próprio continente, sua presença que, para algumas pessoas, é como uma antiga febre, sempre latente no sangue, ou como um antigo ferimento pulsando nos ossos quando o tempo muda. Não é um lugar para se visitar, a menos que se tenha escolhido tornar-se depois, para sempre, um exilado do silêncio inexplicavelmente majestoso que paira um pouco além das fronteiras da memória ou do pensamento. A África lhe dá o conhecimento de que o homem é uma criatura minúscula, entre outras criaturas, em meio a um vasto panorama.”

*A Terra do Velho Chefe*, título que se deu a estes contos, alterando o original que seria *Esta foi (ou era) a Terra do Velho Chefe*, não é apenas uma das primeiras rebeliões contra o odioso preconceito branco dirigido aos nativos da África Negra. Como ela próprio ressalta, a presunção e a arrogância é que sustentam a desumanidade básica de qualquer preconceito e há sempre atrofia da imaginação do se negar a ver o próximo a não ser por estereótipos de critérios que se pretendem absolutos, universais, uniformizadores de todas as culturas do mundo: os critérios do homem branco. Ao lado de outros grandes escritores brancos que revelaram à Europa a monstruosidade nazista do racismo, como E. M. Forster, Allan Patton, Nadine Gordimer e J. M. Coetzee, Doris Lessing, existem apreensão psicológica do comportamento humano sem endeusamentos de qualquer segmento racial nem uma visão “piedosa” dos despojados de seus mais elementares direitos humanos. Há uma ferina ironia na descrição dos colonos ingleses que tentam pateticamente reconstruir em pleno ambiente africano mansões que reproduzem as casas abastadas, de estilo gótico ou normando, dos bairros ricos de Londres. E há uma compreensão densamente humana dos valores autóctones dos “nativos”, sem jamais surgir uma literatura esquematizada entre os “bonzinhos” e os “maus”.

Os holandeses, sem dúvida, estão entre os mais bárbaros racistas: tratam os negros como animais, em contraste com os ingleses que, quando pensam no assunto, dão de ombros: “Os pretos são crianças”... Evidentemente, a simpatia, o calor humano, a sincera curiosidade pelo mundo não-europeu contagiam logo o leitor – não por constatar a apavorante injustiça diária cometida contra os colonizados apenas, mas por rir da imensidão da caricatura humana que o branco passa, involuntariamente, a apresentar de si mesmo. A bondade não basta para se vencer o muro da incomunicabilidade de culturas conflitantes: é preciso uma *empatia* que literalmente nos permita *ver o mundo com os olhos de outrem, sem prejulgá-lo*. Esses contos, de uma exuberante descrição da natureza, de uma intuição cuja argúcia a tornam uma legítima descendente de Jane Austen, dão a Doris Lessing o tom de uma matizada melancolia saudosa pelo empobrecimento que a destruição de culturas traz ao patrimônio da civilização humana, a ruína da África tribal, violada em sua integridade pela invasão do homem branco. Esses contos lhe dão um tom premonitório, profético de que não poderia perdurar por muito tempo o domínio da África por seus opressores.

“Não há Feitiçaria à Venda”, “O Pequeno Tembi” e “O Formigueiro”, entre vários outros desses contos perfeitos *em inglês*, bastam, mesmo nesta tradução acometida de artrose reumática degenerativa, para testemunhar suas verdades óbvias e paralelas. Uma delas, a beleza e a profundidade da literatura, do pensamento e da sensibilidade de Doris Lessing. A segunda, óbvia para qualquer leitor medianamente alfabetizado: a de que as editoras brasileiras não perdurarão muito tempo se continuarem a publicar semi-massacres de uma obra esplêndida, ofendida em sua integridade pela ignorância, pela péssima remuneração dos tradutores entre nós. A menos que elas considerem seu lucro o de destruir, para o leitor que não tem obrigação de saber inglês, uma das criações artísticas e filosóficas mais inquietantes deste século: ou será uma forma dissimulada de desleixo ou de um “racismo” cultural?

## Trágica, lúcida, renovadora. Doris Lessing

*Jornal da Tarde;*1976/11/13

E, mais uma vez, a Roleta Sueca de Literatura parou no número errado. Caprichosa, a bolinha do Prêmio Nobel caiu diante do nome do novelista norte-americano Saul Bellow. Cega, a Loteria Sueca oscila como a espada da Justiça entre o gênio e a mais poeirenta mediocridade, todos iguais perante a Academia de Estocolmo.

Por isso esse pêndulo, hoje desacreditado, às vezes, por acaso, confirma a grandeza atemporal de um Thomas Mann, de um William Faulkner, de um Samuel Beckett. Como, também por acaso, escava profundas camadas de insignificância para delas exibir ao mundo a obscuridade invencível de não-autores como Laxness ou Lagerkvist.

De fato, só a roda indecifrável da Fortuna pode explicar o esquecimento a que o Prêmio Nobel de Literatura relegou, não se sabe segundo quais critérios da Fantasia, os perenes renovadores do romance e do teatro modernos e da poesia do século XX como Ibsen, Tólstoi, Joyce, Proust, Kafka, Virginia Woolf, Rilke.

O Prêmio deste ano da Graça de Nosso Senhor, de 1976, porém, levanta novas dúvidas: além de cego, o Prêmio Nobel de Literatura seria também consciente ou inconscientemente machista?

Não é uma pergunta impertinente. Desde 1901, ele revelou apenas mulheres que se distinguiram por sua excelsa ausência de ter o que dizer e como dizê-lo. Ignorando as mulheres que trouxeram para a Literatura linguagens e temas tão novos e revolucionários como a bomba atômica ou a pílula anticoncepcional, o Nobel se obstina em reconhecer méritos em poetisas e escritoras aparvalhadas. E vem o Prêmio Nobel aureolar de uma glória inexistente uma mulher que é mais mãe piegas do que poetisa, como a chilena Gabriela Mistral. Ou elevar à categoria de valor uma romancista de retórica *Kitsch* muito próxima do *best seller* hollywoodiano como a americana Pearl Buck ou mediocridades patrióticas como a sueca Selma Lagerloff ou latinas, como a italiana Grazia Deledda. Depois que a ONU comemorou o Ano da Mulher com fanfarras inúteis, em 1976 critérios (quem sabe chauvinistas?) deixaram de lado nada menos que Doris Lessing. Embora a Literatura não seja um jogo de pôquer ou de figurinhas raras, ela tem critérios de aferição, e, se houvesse justiça, a decisão unâmime reconheceria que Saul Bellow é um escritor importante, não há dúvida possível. Mas reconheceria igualmente que Doris Lessing é a continuadora da esplêndida renovação literária iniciada com Virginia Woolf (nunca contemplada com o Nobel) e que hoje em dia prossegue com a norte-americana Joyce Carrol Oates, a italiana Elsa Morante e a brasileira Clarice Lispector.

Por enquanto, no Brasil, para o grande público, Doris Lessing é apenas um nome. No entanto, para os que conhecem a sua perturbadora criação literária, o seu estilo vibrante e inédito de dizer, o Nobel só pode causar irritação ou escárnio.

Como de praxe, os editores brasileiros começam a revelar os grandes artífices da Nova Literatura deste século divulgando primeiro seu último livro. Por esse motivo, nas estantes de nossas precárias livrarias, é possível encontrar com uma capa imbecil, as *Memórias de uma Sobrevivente* (Editora Nova Fronteira, 207 páginas, tradução de Clarice Lispector), de Doris Lessing, romance altamente autobiográfico que ela publicou há dois anos em Londres. Essas magníficas *Memórias de uma Sobrevivente* são a soma final de toda a sua longa criação literária, décadas a fio. Culminam os temas abordados em livros anteriores como o topo de patamares atingidos antes em *Briefing for a Descent into Hell*, *The Summer before the Dark* e a sequência que focaliza os Filhos da Violência como *Martha Quest*, *A Proper Marriage*, *A Ripple from the Storm*, *Landlocked* e *The Four-Gated City*.

No original inglês, *The Memoirs of a Survivor* (edição inglesa da Pan Books Limited, na coletânea subintitulada Picador) contém a quintessência do cosmos trágico e lúcido de Doris Lessing. Sua preocupação com a barbárie que se apoderou da civilização planetária aflorou em seus livros muito antes de chegarem às manchetes dos jornais as notícias dos sequestros aéreos, dos crimes do terrorismo de direita e de esquerda que empilham cadáveres da Argentina ao Líbano, da Irlanda à Angola.

Muito antes de a parapsicologia merecer os foros de “ciência” e chamar a atenção da douta Academia Soviética de Ciências, em Moscou, ou da pioneira Universidade de Duke, nos Estados Unidos, já Doris Lessing aludia, nos contos de *The Habit of Loving* ou de *The Black Madonna*, a aquele plano metafísico do ser humano. Como ela indaga nestas fascinantes *Memórias*: haverá seres incorpóreos, talvez extraterrestres, entidades que observam os seres humanos e suas ações sem sabermos se somos estudados por inteligências e percepções maléficas, benéficas ou neutras?

Na Inglaterra, Doris Lessing, há no mínimo vinte anos, é reconhecida unanimemente como a maior escritora viva que escreve em inglês. Mas até em Londres os seus traços biográficos se perdem sempre em resumos de poucos linhas. Sabe-se assim que Doris Lessing nasceu em 1919, na Pérsia (atual Irã) e que cedo foi para uma fazenda na Rodésia em que a minoria branca “liderada” por Ian Smith tenta perpetuar seu domínio racista sobre a maioria negra, a Rodésia, ex-colônia britânica encravada entre Angola, Moçambique e a África do Sul.

Doris Lessing foi, na juventude, militante da esquerda. Seus artigos como jornalista e ensaísta engajada estão dispersos, embora desde 1957 ela tenha soado o alarme para um mundo surdo, na reportagem enfurecida que escreveu sobre o domínio branco escravocrata da Rodésia intitulada *Going Home*.

O rótulo simplista de socialista ou comunista, porém, não abrange a multiplicidade de facetas que coexistem na personalidade prismática de Doris Lessing. Senão, como explicar a sua profunda análise psicológica de personagens complexos, geralmente reduzidos a bonecos do tipo “mocinho” e “bandido” nos autores supostamente “engajados” e frequentemente enganados simplesmente? Como conciliar seu “comunismo” *sui generis* com sua afirmação constante, de livro para livro, , de que há um aspecto transcendente, metafísico, da dimensão humana, os fantasmas e ambientes de outros mundos que surgem até nas *Memórias*, com sua parede que se abre para uma atmosfera não regida nem pelo Tempo nem pela Morte?

Exigindo do leitor uma atenção concentrada, ela narra nestas *Memórias* acontecimentos aparentemente triviais, mas que são focalizados simultaneamente em vários níveis. Em Doris Lessing se encontram afinidades com grandes escritores de língua inglesa. Com Carson McCullers ela se detém nos marginais da sociedade, neste caso as crianças, os miseráveis, os boêmios. Mas seu horizonte não se limita absolutamente a um diagnóstico seco de uma situação de injustiça social, de uma justaposição de classes opulentas e classes espoliadas e miseráveis.

Ela enriquece a perspectiva sociológica com uma descrição psicológica digna de um Henry James. Os fantasmas, a desmesurada ambição humana pelo poder, pelo dinheiro, pelo luxo, pelo privilégio, obtidos ao custo da morte moral, da ausência total de escrúpulos – são todos “personagens” insistentes e instigantes de seus livros. Com outro novelista (totalmente desconhecido no Brasil), William Golding, ela compartilha a noção inquietante de que a civilização é sempre e apenas uma fachada, um verniz inconsistente, que se rompe ao mínimo contato com o instinto, fazendo explodir a selvageria potencial em todo ser humano logo que as convenções sociais se afrouxam, em tempos de crise, de guerras, de revoluções, de fins de uma era histórica. Portanto, estas admiráveis *Memórias de uma Sobrevivente* têm muito a ver com *The Lord of the Flies*, de William Golding. Na semana passada a Editora Nova Fronteira lançou dele *O Deus Escorpião*, tipicamente sem se referir à sua obra-prima, *The Lord of the Flies* (O Senhor das Moscas).

Em *The Lord of the Flies* Golding transmite ao leitor a sua sombria visão de crianças que, vítimas de um naufrágio, passam a viver numa ilha deserta e logo transformam a coletividade numa comunidade do terror, da violência, do crime gratuito e não punido. Doris Lessing, em *Memórias de uma Sobrevivente*, esmiúça também em páginas apavorantes a desagregação de uma sociedade precárias, cercada por guerrilheiros negros, talvez pelo colapso do reconhecimento mundial de validez para uma “nação” em que uma minoria branca impõe leis monstruosas à maioria de tribos africanas nativas. Doris Lessing, como Golding, comunica uma leitura macabra da teoria da sobrevivência do mais apto anunciada pela teoria da “evolução” de Darwin. Macabra porque o supostamente mais apto, o que sobrevive é quase sempre o mais cruel, o que tem menos critérios éticos, o que é mais ignorante e primitivo, o mais insensível e mais infra-humano.

As *Memórias de uma Sobrevivente* abordam, consequentemente, um local que se encontra geograficamente nos mapas da África Austral e uma época atual: a Rodésia de hoje colocada em cheque pela intransigência das minorias brancas em dividirem o poder com a esmagadora maioria de negros sem direitos e considerados intrinsecamente “incapazes” de sequer compartilhar o poder com seus “senhores naturais”, os brancos.

Partindo destes dados concretos, verificáveis, Doris Lessing tece considerações devastadoras sobre a adaptabilidade insuspeitada do ser humano ao advento da barbárie e da anarquia, do crime e da ausência de qualquer lei fora do instinto de conservação individual e grupal.

De sua janela na cidade dia a dia mais e mais cercada pela fome, pelo corte de eletricidade, pela ausência de esgotos, pela escassez de alimentos, ela vê o mito da “civilização” se esboroar como um prédio implodindo pelas suas próprias mentiras e pelo seu sinistro ritual de convenções e contradições impostas pelo racismo. Mas coexiste com esse desmoronamento da estrutura social a permanência de uma outra realidade paralela a ela: a ultra realidade? A hiper-realidade? Misteriosa e insondável que se manifesta cada vez que a parede de seu apartamento se abre e lhe dá acesso a salas, quartos e climas imponderáveis, uma espécie de Inferno gélido e que não é regido nem pelo relógio nem pelo conceito humano de espaço.

Justaposto ao pano social e ao plano surrealista faz-se sentir o plano psicológico, cifrado na adolescente Emily, que desde o início do livro é entregue à narradora por um desconhecido que deixa a cidade condenada. Emily é o símbolo de vários conceitos. Ela é Eva, ela é a Mulher como preservadora da espécie e dos rituais tribais. Ela é a tentativa frustrada de romper a hierarquia social e é também a decepção amarga de verificar que em qualquer sociedade histórica criada pelos seres humanos há sempre “os que mandam e os que obedecem”. Emily é no início uma esperança *hippie* ou anárquica de se abolir a propriedade privada, abolir o poder político, tirar a humanidade do beco sem saída de uma tecnologia que polui a paisagem e desumaniza brutalmente o convívio entre homens e mulheres, crianças e velhos, moços e pessoas de meia-idade.

Emily é jovem e, abandonados os rótulos de uma sociedade “civilizada”, agora em escombros, ela regride no tempo. Chega até a era das cavernas, quando seu companheiro caça e ela fica na gruta, cuidando das crianças e cozinhando os animais abatidos pelo macho. As diferenças sociais, impostas artificialmente pela camada de dominadores em fuga, se esboroam, mas ela procura uma ordem nessa estrutura por si só amorfa. Doris Lessing faz então observações extraordinariamente agudas sobre a paralela desagregação da linguagem que acompanha o retrocesso social. Se na sociedade anterior os pobres viviam à margem da palavra, com um vocabulário tão restrito quanto o número de proteínas e calorias ao alcance de sues salários, agora é toda a sociedade que volta ao estágio pré-verbal do homem. Numa coletividade desafiada pela tarefa diária e urgente de sobreviver, que importância pode ter a palavra? E que diferença pode haver entre os que nunca possuíram um vocabulário rico e preciso e as hordas nômades que se comunicam apenas para assegurar o dia a dia precário e imprevisível do estômago e do sexo?

Demasiado sutil e abissal em seu exame minucioso do animal *homo sapiens*, Doris Lessing não prega uma moral. Não prega nada. Não ensina nem se erige em juiz, apenas constate e adverte. O leitor é um coespectador dessa regressão histórica de uma comunidade humana da sociedade de consumo para sociedade tribal da pilhagem e do crime institucionalizado como norma, a fraude como meio de estar vivo amanhã.

Frequentemente, o estilo de Doris Lessing recorda, guardadas as devidas e inevitáveis proporções, o estilo de Virginia Woolf: pela sua multiplicidade de referências, pelo equilíbrio desafiador entre raciocínio e intuição, pela complexidade de sua textura narrativa, pelo seu lirismo baudelairianamente sombrio. Estas vibráteis *Memórias de uma Sobrevivente* documentam de forma clara a cabal a riqueza e a mudança de enfoque de sensibilidade que as mulheres têm trazido à Literatura neste século. Patenteiam até que ponto as escritoras mantiveram a Literatura viva, sobrevivendo, graças à intuição e à inteligência especulativa, ao cerco que o sexo dominante lhes impôs e ao qual elas, como artistas e como pensadoras, conseguiram escapar.

Logicamente, o Prêmio Nobel perde seu impacto e sua importância quando se faz o mais ligeiro confronto entre a mensagem – importante – de Saul Bellow e o recado – decisivo – de Doris Lessing, se é que se pode usar de uma terminologia tão banal na aferição de valores literários e éticos transmitidos por dois artistas tão diferentes.

De qualquer forma, ler estas *Memórias de uma Sobrevivente* é também uma forma de se ser contemporâneo e de concluir que a palavra sobrevive, não é uma arma arcaica diante da imagem televisiva ou cinematográfica, não é a inerte vítima da hecatombe eletrônica. Porque através da linguagem Doris Lessing escreve, precisamente, as memórias de todos nós.

## Múltipla Doris Lessing

*Jornal da Tarde;*1982/07/31

“Quando é que tempestades de sangue e destruição não estavam continuamente varrendo o mundo?” Doris Lessing

Os contos da magnífica escritora inglesa seguem, paralelos, as inquietações e sinuosidades dos temas e estilos de seus grandes romances. Embora com grande lentidão, esses relatos fascinantes começam a ser traduzidos no Brasil, como as histórias que foram produzidas originalmente desde 1958 a 1972, enfeixadas na publicação da Editora Record: *A Tentação de Jack Orney* (333 páginas), continuação da série iniciada pela mesma editora com *O Quarto 19*.

Nos acontecimentos curtos narrados aqui, as mesmas características dos painéis maiores: a sutil ironia (“era um escriturário com perspectiva”), a coerente luta pela nova posição da mulher na sociedade (“Assim, não deverá concluir-se que a admiração compassiva por mulheres que viveram uma vida sem homens e sem apoio talvez necessite de certa revisão?”), até os temas apaixonantes dos últimos livros como *Shikasta*, em que a Terra está ameaçada de autodestruição e seres preocupados e caridosos, de outros galáxias, verificam, perplexos, como os humanos não se importam com o futuro da espécie e do planeta (“Observando o comportamento desses habitantes (da Terra), não só por astro-observadores, como por nossos aparelhos automáticos lançados a intervalos neste último ano, contagem de tempo deles, nossos Comissários de Negócios do Exterior decidiram que eles não tinham a menor ideia do que os ameaçava, que a sua tecnologia, ainda que muito avançada sob certos aspectos, continha uma grande lacuna, a qual se podia definir precisamente por esta área de ignorância: não saber o que lhes estava reservado. Essa lacuna parecia impossível. Muito tempo gastaram nossos técnicos procurando determinar que tipo de cérebro poderiam ter essas criaturas para tornar possível tal contradição – como já foi mencionado, uma tecnologia tão avançada numa área, e nula em outra”.)

Doris Lessing, nascida na Pérsia, atual Irã, mas desde cedo ambientada na África Negra da Rodésia (hoje Zimbábue), satiriza também, com deliciosa eficácia, o comportamento dos líderes africanos que imitam servilmente os costumes britânicos e tentam negar os defeitos humanos que os negros têm em comum com os antigos romanos e todos os demais povos e raças do mundo: a luta pelo poder, a rapacidade e a hipocrisia pan-humanas, por exemplo. Em “Do lado de fora do Ministério” representantes de uma nova nação africana perdem tempo em mesuras e salamaleques enquanto se preparam para apresentar ao governo britânico o esboço da Constituição do Estado recém-descolonizado. A mesma mesquinhez dos partidos políticos europeus transparece na discussão entre as facções ali representadas: “Não foi a primeira vez que um líder do nosso povo recebeu dinheiro dos brancos e foi repudiado pelo nosso povo”. Não: a mesma hipocrisia, a mesma corrupção, a mesma demagogia enganadora passam para os recém-libertos, em seu ferino duelo verbal: “O que devo dizer ao Ministro? Que meus adversários políticos não se envergonham de envenenar um homem enfermo num hospital? Devo dizer-lhe que tenho de ter um provador para minha comida, como um potentato oriental?” “Não, não lhe posso dizer tais coisas – eu ficaria desarmado, pois ele observaria: de negros selvagens capaz de lançar mão de veneno, o que se pode esperar?” “Duvido que ele dissesse isso – observou o Sr. Kwenzi. Seus próprios ancestrais consideravam o veneno uma arma política válida, e não há tanto tempo assim...” “Talvez o senhor devesse contar ao Ministro que encomendou um colete à prova de bala, como um gangster americano?” O ridículo da situação culmina com o final, quando a contagem mecânica de tempo se torna o parâmetro para essa nova sociedade: “A pontualidade, como todos nós sabemos, cavalheiros, é a pedra fundamental da eficiência, sem a qual é impossível governar um Estado moderno. Não é verdade, Sr. Kwenzi? Não é verdade, Sr. Mafente? Não é verdade, Sr. Devuli?”

Obliquamente, Doris Lessing demonstra que o ranço do colonialismo mental, da macaqueação de atitudes, paralisa a autenticidade de uma cultura negra autóctone, que o relógio como critério da eficácia, da produtividade, da regulamentação uniforme e totalitária da vida humana – são todos sintomas de bloqueio de costumes anteriores à chegada do homem branco e redundam apenas na aceitação passiva dos modelos que têm a Europa como único metro e portanto desvirtuam as alternativas sociais e culturais da África aborígene. Profunda conhecedora dos movimentos de libertação do continente africano e da psique humana em sua versão negra, ela já em “*The grass is singing*” (“A canção da relva”, em sua tradução pouco feliz para o português) aludira ao problema subjacente a esse choque de culturas e de *ethos*: o racismo. A personagem principal de “*The grass is singing*”, Mary Turner, casada com um branco ao qual é indiferente e que também é um abismo de indiferença diante de suas angústias de mulher subjugada, repele racionalmente a atração que sente pelo mordomo de cor, condenando *a priori* uma relação de amor e compreensão por causa dos preconceitos de cor que claramente aprisionam o comportamento humano e a medida de felicidade e autorrealização amorosa de indivíduos separados somente pela epiderme mais clara ou mais escura. Mas nunca ela é dona da verdade, limita-se a *sugerir*, esse verbo tão inglês e que ela usa com tanta frequência e propriedade: pode-se *sugerir* que os modelos brancos, europeus, não são nem os únicos nem os melhores para toda a Humanidade? Pode-se *sugerir* que as relações entre os seres humanos não podem ser melhor regidas através da compreensão entre as raças? Seria lícito *sugerir* que a posição da mulher como robô doméstico a marginaliza e destrói suas melhores potencialidades como ser sensível e inteligente?

Além do tom magistralmente caricatural através do qual ela desenha o grotesco das situações humanas com traços finíssimos, meramente alusivos, a multifacetada escritora inglesa cativa pela sua adesão íntima a tudo o que escreve. A rigor, Doris Lessing, nunca descreve de fora: está sempre participante, implicitamente dentro das pessoas e situações humanas que apresenta ao leitor. De fato, sua trajetória pessoal já a levou a ser uma comunista militante e depois a abandonar os dogmas partidários, já a fez transferir seu feminismo combativo e que ocupa todas as centenas de páginas de *The Golden Notebook* a uma cautelosa observação da evolução dos vários feminismos, de Betty Friedan a Kate Millett e das três Marias portuguesas. Demasiado honesta para aderir a uma visão cristalizada, estática, imutável da História, mesmo nestes contos em parte antigos, ela se mostra não hesitante quanto aos princípios éticos a que sempre aderiu – *deve* haver justiça social, *deve* haver uma distribuição mais equitativa de papéis a serem desempenhados pelo homem e pela mulher no século XX –, mas sua preocupação desemboca em *como* chegar a esses objetivos. Sua resposta parecer ser a de não aceitar receitas prontas, a de se auto-interrogar permanentemente: será *este* o caminho melhor? Não haverá opções melhores?

“A nossa amiga Judith”, que abre esta coletânea, é exemplar como concisão, insinuação zombeteira e profundidade de análise psicológica. Judith representa, quase exponencialmente, a mulher “emancipada”, ao lado das tias da narradora, que participam da caridade da igreja local, escrevem cartas de protesto ou apoio ao secretário (no Brasil seria ministro) do Interior e incentivam os “valores jovens” nas artes. Ao lado de Judith há a mulher convencional, que *parou de viver* até o marido voltar de uma viagem de três semanas à Austrália. Mais ainda: Judith é a mulher emancipada, sim, mas *em transição* para uma posição que ainda não existe e que será definida pelas pressões e fatores que forem surgindo paulatinamente na sociedade em busca da igualdade de direitos e que são imprevisíveis. Ela encara os italianos, durante sua estada em Florença, com os estereótipos da ótica tradicional inglesa e questiona esse posicionamento preconceituoso: "A respeito da Itália, diz que a razão de os ingleses gostarem tanto dos italianos é porque fazem com que eles, os ingleses, se sintam superiores. O povo italiano não tem disciplina. E esse é um motivo mesquinho para um povo amar a outro.” Mesmo a fratura entre sentimento e razão, cifrada na frase: “Mas se a gente não pode confiar no que sente, no que confiar, então?” e na sua resposta: “No que se pensa, era o que eu esperava que dissesse”, é uma síntese maravilhosa da obra empreendida há quase 200 anos por outra admirável escritora inglesa, Jane Austen. Doris Lessing deixa entrever essa cisão entre intuição e raciocínio, entre os dois polos no qual se apoiava a tragédia grega, segundo a definição de Nietzsche ainda quando lúcido como filósofo: Apolo, o deus da medida, da ordem, da hierarquia, e Dionísio, o deus do instinto, das paixões incontroláveis, do caos. Da mesma maneira que questiona o papel a ser atribuído pela mulher a si mesma neste final de século, a autora não se omite quando se trata de escarnecer das pequenas vaidades femininas: “Como queira – replicou ela, lânguida. Agora estirara-se de costas e abanava ambas as mãos diante dos olhos para secar o verniz das unhas, embora este tivesse sido aplicado três dias antes.” A frivolidade com que o adultério é encarado em “Um para o outro” é uma zombaria das oportunidades que o abandono do puritanismo oferece tanto à mulher quanto ao homem: nenhum dos dois, porém, sabe desenvolver as possibilidades latentes numa relação nova. Ambos se limitam a repetir o padrão monótono do uso de um corpo, sem afeição nem profundidade que legitimem uma escolha conscientemente em oposição à regra imutável e tradicional da monogamia insatisfatória, mas que não pode ser desafiada, teme-se impunemente.

O último conto, que dá o título ao livro, “A tentação de Jack Orney”, é transplantado para um protagonista masculino, um resumo irônico da própria vida da narradora. Na Europa ocidental de hoje a atitude de Jack Orney, como “progressista” engajado e obediente ao Partido Comunista, suscita sorrisos de incredulidade diante de tamanha falta de atualização histórica, de tanta aderência inflexível aos ditames de uma ideologia sectária e inquestionável. No Brasil de hoje, não faltarão os rótulos apressados e impensados de “reacioanarismo” e “alienação” a um personagem que, como a própria Doris Lessing, atravessou a crise de desertar o sacrossanto Partido Diretor de Todas as Ações e Reflexões de Nossa Vida e ingressar na dúvida, no legítimo ceticismo quanto à eficácia e à autenticidade de normas imutáveis em um mundo mutante, em férvida transformação. Jack Orney tem a consciência, perturbadora, da inocuidade de um grupelho de idealistas organizarem uma simbólica “greve de fome” pelos milhões de famintos da Índia ou de Bangladesh. Evoluído, Jack Orney mantém-se, obviamente, ateu: ficar junto ao leito de morte do pai moribundo é, sem dúvida, fruto de uma superstição religiosa herdada do medo que os seres humanos têm de morrer. No entanto, seu arejamento se detém diante de mulheres que se atrevem a viver sozinhas e ele, escrupulosamente, anota em sua agenda, junto com outros pensamentos, a vergonha que deveria sentir por uma reação tão machista e conformista. Jamais, porém, deixa de captar as diferenças sociais presentes até no ritual da agonia final antes da morte: o asilo em que seu pai apodrece não é o mesmo que recolhe os velhos pobres e sem economias próprias ou ajudados pelos filhos. É esta multiplicidade de enfoques simultâneos dos personagens de Doris Lessing que acrescenta uma dimensão magnífica a seu panorama de um *avatar* ou a essa série de metamorfoses que as pessoas atingem, à medida que o tempo escorre. A ciência, por exemplo, é um valor enfático, que merece a confiança cega de todos diante de seus pronunciamentos, ou a ciência deve ser vista sob um prisma pragmático da sua utilidade para minorar os males do ser humano e sua mísera condição? E ainda: as suas inúmeras viagens por países exóticos como o Equador, a Coréia, a Nigéria não lhe apresentavam mais um ponto de interrogação honesta: essas culturas que se desviam dos padrões europeus devem todas, uniformemente, adaptar-se às diretrizes da cultura branca, marxista, ou, quem sabe, elas interpretam a vida e a morte de forma que ele simplesmente não podia aceitar como válida?

A “tentação” de Jack Orney, como a da própria contista, é a tentação de um inusitado e sumamente inquietante contágio: "Será que me deixei contagiar por Deus?" Para quem vivia, dia a dia, um racionalismo tão sem *non-sense*, seria uma vergonhosa capitulação! E, concomitantemente ao perigo dessa “queda” no irracional, de que zombara a vida inteira, não havia também o perigo de dar ao seu esquerdismo militante uma explicação psicológica, um complexo de culpa ou de expiação junguiano ou adleriano? Não, isso seria aderir a uma das teses mais arqui-sabidas dos reacionários!

Aquela “doença” vergonhosa como a lepra, a hipótese metafísica da *possibilidade* de que existisse um Deus, apesar dos milenares e cotidianos horrores que os seres humanos se infligem uns aos outros, à Natureza e aos animais, começa a insinuar-se no plano irracional e frequentemente mágico do inconsciente. Doria Lessing fizera do sobrenatural a sua ruptura com o mundo político e suas previsões fatídicas e inapeláveis em seu deslumbrante *Memórias de uma Sobrevivente*. A parede que se abria diante da protagonista e que mostrava cenas ou do passado ou do futuro ou de uma transrealidade desafiadora assume para Jack Orney a forma dos sonhos que o acossam cada vez mais. Os sonhos, cheios de terror, da noção da passagem inexorável do tempo e da mortalidade quase mediata de tudo e de todos, os sonhos incutem em sua psique atormentada a certeza de que breve o efêmero da sua vida, das suas ambições e até dos próprios sonhos se esvairia no esquecimento total. A morte põe abaixo suas defesas racionais e lhe incute um pavor inesperado e enigmático. Talvez o sonho fosse a revelação mais importante da sua vida, afinal, estéril? O sonho o capacitaria a decifrar a charada da morte? “Sentou-se na cama do pai, no lugar que Ann tinha ocupado, e viu que o velho estava-se acabando. Jack não poderia dizer como sabia, mas sabia que a morte se daria nesse dia: ocorreu-lhe que, se não houvesse tido aquele sonho, não o saberia; sem o sonho, não estaria condicionado para saber”. A vacuidade da sua vida, seu itinerário político inútil lhe surgem como emblemas do desperdício e do horror: como contraponto da morte e do massacre de milhões de pessoas na Índia ou na África pela guerra, pela fome, se soma a sua apavorante jornada pela morte adentro, pelo reconhecimento adentro da infecundidade do seu exemplo: os jovens não tinham aprendido a lição do socialismo: “Mas, dessa vez, o ‘abismo’ era muito pior porque uma nova espécie de desespero penetrava no consciente da humanidade: as coisas eram muito desesperadoras, o futuro da civilização dependia de os homens serem capazes de criar novas formas de inteligência, de aprender com a experiência... O pior de tudo era que ‘a juventude’ não tinha aprendido... ele podia constatar uma mensagem principal: o motivo do fracasso do socialismo em suas realizações era óbvio. Algum processo, algum mecanismo, agia para tornar inevitável que cada movimento político se rompesse, se dividisse, depois se subdividisse em grupos, seitar, partidos menores, cada qual dominado, pelo menos temporariamente, por alguma presença forte, um herói, ou pai, ou guru, uns criticando e insultando os outros”. Seus contemporâneos, curvados sobre livros, parecem-lhe dementes, incapazes de pensamentos novos de novas formas de agir. Todos auto-hipnotizados pelas palavras como *mantras* e *mandalas* das quais contudo não surgia solução alguma!

Jack Orney enfrenta o repto que, no meio do caminho da sua vida, a transcendência lhe armou uma arapuca. Como Doris Lessing hoje em dia aderindo ao Sufismo da sua Pérsia natal, esse terremoto espiritual é um grito da consciência digna de um Kierkegaard ou de um Dostoiévski golpeando a cabeça contra o rochedo do binômio: Deus e o Mal. E é um dos momentos supremos da arte do conto deste século, escrito por uma de suas plasmadoras mais geniais e abissais já surgidas numa literatura que, ela também, se metamorfoseia como toda grande literatura e passa a ser Epifania, Gnose, Graça teologal, travessia para uma consciência espiritual tão dolorosa quanto verdejante de esperança e promessa.

## O teorema espacial de Doris Lessing. Longo e belo.

*Jornal da Tarde;*1983/02/12

Doris Lessing demonstra, como um teorema de alta matemática, que a Literatura detém um dos poderes mais radicais, tornando-a temida e banida por todos aqueles que se recusam a ver a realidade: a Literatura *modifica* a percepção do mundo de quem lê.

Um livro – nefasto como *Minha Luta* de Hitler ou admirável como *Viagem ao Farol*, de Virginia Woolf – altera profunda e definitivamente a realidade imediata. A Editora Nova Fronteira teve uma nobilitante audácia em publicar no Brasil *Shikasta* (451 páginas), o último livro da deslumbrante, da inquietante escritora britânica, sem dúvida a única sobrevivente, hoje, daquela que foi a grande literatura europeia. Desde que surgiu nos países de língua inglesa em 1979, *Shikasta*, com o subtítulo de *Canopus em Argos*: *Arquivos*, vem causando o maior furor. Estupefação nos meios literários: Doris Lessing “aderiu” àquela que o *establishement* literário considera um gênero “inferior”: a “ficção científica”! Sereníssima como a República de Veneza, Doris Lessing retruca com um muxoxo diante e de tanta incompreensão: “O que estou fazendo agora é ficção espacial, não científica”. É uma diferença sutil, mas decisiva. Alguns ótimos autores, reconhecendo a importância da ciência, da tecnologia, em nossas vidas diárias, passaram a imaginar seres extraterrestres, futuros mundos galácticos que o ser humano conquistaria no espaço sideral: Bradbury, Asimov e *tutti quanti*. *Shikasta*, realmente, nada tem a ver com essas projeções em que a ciência e a tecnologia contemporâneas desempenham um papel crescentemente plasmador da vida na Terra e em outros planetas.

Reconhecendo que, depois que os Estados Unidos enviaram astronautas à Lua e que a URSS transmitiu para todo o mundo a constatação de Gagarin de que a Terra é azul, Doris Lessing confrontou a pequenez da Terra com a História do homem e da mulher nesta Terra, desde que emergiram da caverna ancestral, acenderam a primeira fogueira e plantaram a primeira gleba de terra. E conclui, lucidamente: “Nós *habitamos* este planeta, mas não *somos* deste planeta apenas”. Nada de sua visão profunda tem a ver com as meias-verdades histéricas de um von Daenicken a vender no mercado suas “provas” de que a raça humana veio de outras galáxias. A palavra grega *theorein* é um verbo que significa simplesmente olhar alguma coisa. Dela se deriva outro termo: teorema, que é um princípio, verdade ou lei que já foi comprovada, matematicamente, como tal. Portanto, a autora olhou para a Terra, para a raça humana, para a sua dolorosa História milenar e começou, neste livro que é o primeiro de uma série já de cinco livros, a saga da sobrevivência da Humanidade, *mesmo* daquele outro teorema realista, embora apavorante: *mesmo* depois da Terceira Guerra Mundial, que não é só iminente como inevitável, afirma. O que conta, para ela, são menos os 99% da Humanidade, que perecerão de forma monstruosa: o que conta é aquele pequeno punhado de 1% de pessoas que reconstruirão o mundo.

Como?! Indagam, estupefatos e com ar de evidente superioridade, os críticos literários dos grandes suplementos literários, do *New York Times*, do *Times* londrino e *reviewers* de infinitas revistas e jornais dos Estados Unidos, da Inglaterra, da Austrália, da Nova Zelândia, etc. John Leonard, um dos críticos mais temidos pela agudeza de seus acertos literários (que fazem esquecer seus erros de avaliação também literária), retrocedeu, com um sorriso de zombaria. “*Miss* Lessing é sem dúvida uma das *mentes* (grifo meu) mais fascinantes que escrevem em inglês neste século, mas *Shikasta*, francamente...”

*Shikasta*, segundo Leonard, era apenas um relato minucioso e, subentendia-se, tedioso, da desumanidade do homem para com o homem. Ora, para isso não era preciso desperdiçar o talento de uma grande escritora, de uma das supremas mentes da Humanidade de hoje. A insistência na citação da palavra mente é importante, porque os críticos como John Leonard, apesar de seu discernimento, cometem o erro de julgar que a Literatura seja apenas um exercício, um trabalho, um testemunho, um *statement* mental. Para Doris Lessing (como para Platão) não há cisão entre a mente e o coração ou a mente e a alma (como ensinam as grandes religiões do Oriente). Daí a incompreensão: como se explica que a trajetória maravilhosa de uma grande pensadora percorra fases tão enriquecedoras como a revolta virulenta denunciadora do racismo dos brancos contra qualquer povo “de cor”, depois da batalha incessante pelos direitos da mulher, plurimilenarmente pisoteados pelo homem, seguida da constatação, com o psicólogo inglês Laing, de que o mundo à volta do esquizofrênico é que está insanavelmente louco e de repente... isso?! *Shikasta*?

Sim, só que não de repente. *Shikasta* coincide com a culminação, com o ápice da maturidade da resoluta aliada das minorias indefesas, pois *Shikasta* é o fruto maduro da iniciação da autora nos exercícios espirituais do Sufismo. O Sufismo não é suscetível de ser descrito com meia dúzia de frases, mas parte da sua substância, se pudermos dizer assim, é a noção de que o ser humano emerge como quem se banha no célebre rio de Heráclito: a vida é passagem, ou como diria Guimarães Rosa, no final de *Grande Sertão: Veredas*: Travessia.

Se nenhum dos romances anteriores, *The Children of Violence* (também conhecido como *Martha’s Quest*), *Memoirs of a Survivor*, *Briefing for a Descent into Hell*, fora apenas *mente*, mas sempre, simultaneamente, *feeling*, emoção, coração, comoção, identificação com o outro, por que seria diferente no caso de *Shikasta*? Doris Lessing *percebera* racionalmente a existência de uma insuportável humilhação dos negros pelos brancos na Rodésia onde seu pai, desgostoso com a Inglaterra, comprara uma fazenda e ao mesmo tempo *identificara* seus sentimentos humanos com os humilhados e envilecidos por uma minoria indigna de qualquer sentimento e mesmo de qualquer inteligência.

Depois, em *The Golden Notebook*, ela argumentara, minuciosamente, contra os privilégios do homem à custa do silêncio e da anuência temerosa da mulher. Fora comunista quando a Europa parecia sucumbir debaixo das botas da *Wehrmacht* hitlerista a “anexar” os Sudetos, a Áustria, a Polônia. Até 1956, quando, no XX Congresso do partido Comunista, Kruchev abriu uma pequena janela sobre os pavorosos campos de concentração de Stalin, os *Gulags*, que encerram os “poupados” dos 60 milhões de fuzilamentos. Aí ela abjurou, enojada, do Comunismo, tão brutal quanto o nazifascismo, do qual, aliás, em que se distinguia?

As teorias de Laing (e, indiretamente, as de Lacan também) a levaram a estudar o ser humano racional e sensível *enlouquecido* por uma sociedade repressiva, como já tinham deposto sobre essa anomalia Freud, Jung, Adler, Reich, toda a psicologia moderna. Agora, com *Shikasta* Doris Lessing, essa raríssima perfeição de beleza e profundidade, de estilo e de meditação, vê toda a humanidade ameaçada por Shamat, o espírito do Mal, da destruição, que cobiça e esmaga a Terra, ou seja, Shikasta. No entanto, há um Espírito Superior, Canopus, que infiltra na Terra condenada seres do seu reino superior espiritualmente e que salvarão os seres humanos da hecatombe universal. Isto é, serão salvos apenas os escolhidos dentre a massa de egoístas, entorpecidos pelo materialismo, pela noção bestial de “superioridade” racial, pelo prazer do consumo pelo consumo, pelo prazer orgiástico, pelas drogas, pela violência, pela atitude tipificada, pelo advogado que nestes dias de hoje defende o criminoso de guerra Altmann, refugiado na Bolívia: “Podem ficar certos de que meu cliente não se suicidará. O povo alemão é um povo superior”.

Doris Lessing não é maniqueísta. Ao condenar, veementemente, a primeira hecatombe (a segunda seria a final, a atômica), que a raça branca, que os europeus trouxeram para todos os continentes que dominaram, ela não exclui a vingança futura dos segmentos não-brancos da Humanidade contra os brancos, escravizando-os, tiranizando-os, quando não os exterminando ou retirando-lhes qualquer noção de autoestima. Não: ela pondera sempre os vários lados de qualquer questão: os negros foram escravizados pelos árabes, pelos portugueses, pelos demais brancos com a ajuda, indispensável, de negros que venderam seus irmãos ou inimigos tribais. A civilização branca deve ser colocada no Tribunal da História e eticamente não pode ser absolvida como coletividade. Mas há brancos que *não* são racistas, ela especifica, e a civilização branca não é *só* o chicote, o pelourinho, as 14 horas diárias de trabalho impostas aos operários durante a Revolução Industrial Inglesa ou, sua suprema expressão, a bomba atômica. Ao lado do horror há antevisões do paraíso que para ela nunca é perdido, mas é sempre futuro também: Bach, Mozart, Pasteur, Jean Moulin, Shakespeare, Gandhi, São Francisco de Assis, enfim, todos os atos de amor e de elevação que *não* podem ser negados simplistamente por outras raças sem incorrer no mesmo erro dos “arianos”.

*Shikasta* só tem contra si, talvez, a extensão de seu relato, feito por meio de relatórios de enviados à Terra por Canopus. É o que os franceses chamam de um *grain de beautê*, uma pequena pinta que não desfaz a beleza de um rosto de traços e cútis perfeitos. Praticamente cada página, se lida atentamente, revelará, contudo, momentos da mais alta literatura do século XX, mesmo quando inferiormente traduzidos do original:

“O que eu disse àqueles shikastianos foi o seguinte:

Antes da Catástrofe, no tempo dos Gigantes, que tinham sido seus amigos e mentores, e que lhes haviam ensinado tudo o que sabiam, Shikasta era um mundo agradável e alegre, onde era raro o perigo e a ameaça. Canopus alimentava Shikasta com um ar rico e vigoroso que mantinha todos saudáveis e seguros, e, acima de tudo, fazia com que todos se amassem. Mas, por causa de um acidente, essa substância da vida não podia mais chegar até o planeta como antes, tendo sido reduzida a quantidades mínimas. O suprimento desse ar tinha um nome. Chamava-se SOWF – substância do sentimento de comunhão –, naturalmente eu despendera tempo e esforço para inventar uma única sílaba que fosse facilmente memorizada. O pequeno jato de SOWF que chegava até o planeta era a coisa mais preciosa que possuíam e evitaria que voltassem ao nível dos animais. Disse que havia um abismo entre eles e os outros animais de Shikasta, e o que os fazia superiores era seu conhecimento do SOWF, o SOWF os protegeria e preservaria. Deviam reverenciar o SOWF... Se eles, que estava ali sentados à minha frente, escutando essas preciosas revelações, não se protegessem ficariam piores do que animais. Não se deviam prejudicar usando excessivamente a substância de Shikasta. Não deviam usar seus semelhantes. Não se deviam transformar em animais que vivem só para comer e dormir – não, uma parte de suas vidas devia ser reservada para a lembrança de Canopus, a lembrança da substância do sentimento de comunhão que era tudo o que possuíam.

E havia mais, e pior. Havia inimigos em Shikasta, povos malvados, inimigos de Canopus, que estavam roubando o SOWF. Esses inimigos escravizavam os shikastianos sempre que podiam. E o método que usavam era o de encorajar as qualidades que Canopus detestava. Tinham prazer em ferir os outros, em usar os outros – tinham prazer em qualquer manifestação da ausência da substância do sentimento de comunhão. Para vencer seus inimigos, os shikastianos deviam amar uns aos outros, ajudarem-se mutuamente, considerarem-se todos iguais e nunca tomarem os bens ou a substância dos outros... Foi o que eu disse a eles, dia após dia, enquanto a Assinatura cintilava com a luz do céu noturno e das chamas que dançavam na fogueira.”

Nas suas projeções Doris Lessing vê com nitidez a violência da raça branca, a destruição da semente de amor do Cristianismo primitivo pelos dogmas e interesses terrenos da Igreja Católica e das igrejas ditas evangélicas ou protestantes, todas incapazes ou desinteressadas em se opor à escravização de povos e culturas inteiros, em se opor às ditaduras de Hitler ou da URSS, em sustar ou diminuir a destruição dos recursos finitos da Terra pela aliança que governa as nações: a aliança entre o poderio bélico e as indústrias que o alimentam em tempos de guerra e o substituem em parte pelo consumismo desenfreado e desprovido de sentido nos tempos de paz. Não há nenhuma incoerência, porém, na sua nota firme de crença na reconstrução dos escombros da destruição nuclear, de uma humanidade melhor, por ação de milhares de seres humanos, aquele 1% que sobreviverá ao choque dos mísseis entre Washington e Moscou, Pequim e Nova Delhi, Londres e Buenos Aires, Paris e Bonn:

“... Portanto, esta é a condição dos shikastianos agora, poucos ainda, mas em breve mais e mais, e logo – multidões.

Nada do que tocam ou veem tem substância, e assim eles repousam, em imaginação, no caos, procurando forças nas possibilidades de uma destruição criativa. Estão vazios de tudo, menos do conhecimento de que o universo é um motor ruidoso de criatividade e, eles, manifestações temporárias do mesmo.

Criaturas infinitamente danificadas, reduzidas e degeneradas, afastadas das suas origens, quase perdidas – animais, que perderam o caminho determinado para eles por seus mentores, estão sendo levados para trás e para longe de tudo que tinham e agora não têm onde se firmar a não ser nos extremos mais ultrajantes da paciência. Uma paciência humilde e irônica, que aprende a olhar uma folha, perfeita por um dia, e a ver nela a explosão das galáxias e o campo de batalha das espécies. Os shikastianos, nesse fim ignóbil e horrível, enquanto lutam, procuram, correm entre seus artefatos desmoronados, esquálidos, erguem as mentes para os píncaros da coragem e da... vou usar a palavra fé. Depois de pensar sobre o assunto. Com cautela. Com um respeito exato e esperançoso.”

## Doris Lessing de 1952: apenas uma lembrança arqueológica?

*Jornal da Tarde;*1983/05/14

“Pois há duas maneiras de se ler: uma aprofunda e intensifica o que já se sabe; da outra derivam-se novos fatos, novas perspectivas para se inserir no tecido de nossas vidas. Doris Lessing

Publicar no Brasil, em 1983, um romance que a grande escritora inglesa Doris Lessing publicou em 1952 (e não em 1964, como induz a crer a editora Record) é importante, por traçar o passado da escritora, mas no caso da ardente feminista, ex-“agitadora” comunista e adepta das teorias revolucionárias do psicólogo Ronald Laing sobre loucura e repressão, não será um trabalho arqueológico, de uma camada que Doris Lessing já abandonou há muito tempo? Trinta anos, na carreira de uma romancista que hoje tem mais do dobro dessa idade, significam às vezes não se reconhecer no livro inicial a autora preocupada com outros temas na sua evolução ulterior. Tal é o desequilíbrio dos lançamentos editoriais no Brasil que não obedecem a nenhuma cronologia, não fornecem dados atualizados sobre escritor algum (como mencionar uma editora concorrente que imprimiu outra obra do artista?!) nem dão à obra a uniformidade de estilo, perdida quando entregue a bons e maus tradutores de quantos esmolam uma remuneração nas antessalas de nossos editores.

*O Sonho de Martha Quest* (título talvez mais *glamouroso* e comercial do que o sóbrio original inglês: *Martha Quest* ?...), Editora Record, 328 páginas, tradução de Laetitia Vasconcellos, não tem nada a ver com a atual Doris Lessing? De certa forma, trata-se quase de outra autora. Não há nada de paradoxal na verificação: neste primeiro romance que, com outros três, forma um ciclo intitulado *Children of Violence* (Filhos da Violência) com *A Proper Marriage*, *A Riple from the Storm* e *Landlocked*, a jovem Doris Lessing descrece a fazenda na antiga Rodésia (atual Zimbábue), na África Negra, em que foi morar com os pais, e as cidadezinhas dos colonizadores europeus, quistos encravados no imenso território roubado por sua vez dos “descobridores” portugueses por Cecil Rhodes. Alguns dos motivos constantes da literatura escrita tão soberbamente por Doris Lessing já afloram: a defesa de ideias de esquerda, a luta pela igualdade racial, a insistência na emancipação da mulher, o horror à hipocrisia legada pelo império britânico vitoriano a seus súditos, o falso puritanismo, a cobiça material desmesurada, a antipatia entre os colonos ingleses e os holandeses, que eclodiria na guerra dos boers, na África do Sul. A África do Sul, aliás, aquela região da terra onde Adolf Hitler e sua teoria da “supremacia” de uma raça sobre as demais (neste caso a branca sobre as de cor) permanece implantada até hoje, século após século, a África do Sul parece constituir mais o modelo para essa colônia de um fanático *apartheid* contra os negros, mas se trata da Rodésia como era administrada durante o período de Ian Smith e seus antecessores fascistas.

Entre a afasia geral que se apoderou da outrora esplêndida literatura britânica, com a mediocridade instaurada de u Graham Greene, de um Anthony Burgess, de uma Iris Murdoch, Doris Lessing destaca-se nitidamente pelo vigor das suas convicções, pela novidade do seu texto, pela força dos ideais pelos quais combate, livro após livro. *Martha Quest* sobressai, 30 anos após a sua publicação, não por ser o segundo romance de uma principiante (depois de *The Grass is Singing*, em português batizado de *A Canção da Relva*...) mas por delinear com temerária originalidade a desobediência aos critérios padronizados. Essa desobediência não é o resultado apenas de uma observação sutilmente inteligente da realidade, mas contém também uma ironia finíssima e diferente por si só. A ironia de uma escritora: será este o elemento “feminino” que distingue possivelmente a sua ironia da ironia de um escritor: é feita *à margem* dos acontecimentos, é introspectiva, no entanto, nem por isso menos ácida, justa, certeira: lembra em vários trechos os comentários zombeteiros e delicadíssimos de uma Jane Austen anotando a inescrupulosidade, o orgulho e o preconceito dos que decidem, à revelia dos que sofrerão os efeitos da arbitrariedade de suas decisões tão egoístas e calculistas. Seria absurdo considerá-las apenas como anotações e sarcasmos da vítima, pois de Jane Austen e inícios do século passado até hoje a mulher, escritora ou não, convenceu-se cada vez mais de que vive numa prisão, ditada pela aparência, pela riqueza, pela supressão da sua personalidade, uma prisão da qual ela já tem uma consciência, por mais nebulosa que seja, de dever romper para realizar-se como ser humano independente.

Para Doris Lessing meramente abanar a cabeça, discordar de uma situação não basta: ela *põe em prática* seu anticonvencionalismo a fim de não se tornar outra mulher sufocada pelo *status quo* e um *status* social que carregará como troféu, como se tivesse vencido uma corrida de obstáculos: fisgar, finalmente, um marido. A menina de 15 anos que lhe serve de *alter ego*, a Martha Quest inicial, lê livros sobre sexo e se interessa por arte moderna não figurativa, para espanto e indignação dos pais, conservadores frustrados que, jogados para fora da concorrência mais feroz da Inglaterra, vem ser “brancos pobres” a considerar os nativos “inferiores” e sonhar com um relevo social e decisório que jamais tiveram na metrópole. *Martha Quest* distingue-se da maioria das condenações do imperialismo, porém, por não apresentar um quadro sem matizes: todos os de cor são boníssimos, os brancos, todos carrascos incorrigíveis. Talvez a sua abordagem contenha, ao lado de uma visão profundamente satírica daquela sociedade que macaqueia a sociedade “alta” de Londres, uma angulação intimista daquele labirinto em que os ingleses mergulham no tédio e discriminam contra “a grosseria” dos “camponeses rudes” que são os colonos holandeses. Ao mesmo tempo desprezam os negros “incorrigíveis, preguiçosos, sem se orgulhar do trabalho que fazem nem executá-lo com precisão e capricho”. E os judeus? Uma aglomeração incômoda, um pouco como os gregos, “todos brancos”, sem dúvida, mas os judeus são um “grupo estranho”, de religião e sobretudo propósitos indesvendáveis, quem sabe “ameaçadores”? E os mediterrâneos, ora, como os latinos, mais caricaturas do que pessoas, com seu lado pitoresco mas no fundo todos cidadãos, perdão, súditos, de segunda ou terceira categoria de Sua Majestade: úteis pelo seu trabalho mas inapresentáveis e infrequentáveis por gente de nível “mais elevado”> Deus secretamente não delegara aos ingleses “tomarem conta” do mundo?

São as castas de uma sociedade esquizofrênica que Martha Quest/Doris Lessing percebe desde cedo: em suas longas conversações os representantes dos ingleses e dos holandeses evocam recordações não do seu passado, de seu comportamento, mas de suas respectivas e rígidas tradições e portanto os longos diálogos de mútua tolerância não constituíam uma amizade real, sólida, temperada anos a fio, mas apenas diálogos ocos de qualquer sentido ou qualquer sentimento, pois tudo o que era importante não se mencionava, não “ficava bem”... Aquelas séries de esnobações de uma nacionalidade que se considera “superior” à outra, as mentiras, omissões, conciliações insatisfatórias entre a verdade e a sua versão “melhorada” – tudo isso desembocava na discussão única e eternamente repetida sobre as empregadas, a cozinha, as “grandezas” imaginárias de cada nação europeia de que elas, matronas inabaláveis, provinham, ou à elevação fictícia de sua “posição social” em Londres ou em Amsterdã. É típico este trecho de meditação precoce da adolescente Martha:

“Ela era adolescente, portanto, inevitavelmente predisposta a ser infeliz. Era britânica, portanto, inquieta e sempre na defensiva; vivia naquela quarta década do século XX e, portanto, inexoravelmente acossadas pelos problemas de raça e de classe e forçada a repudiar as mulheres algemadas, acorrentadas, do passado”.

A “novidade” quase “indecente” da menina-moça que raciocina e sente é a de se dar com os judeus, “que afinal, são intrinsecamente sujos e infrequentáveis, além de todos saberem que os judeus querem é dominar o mundo inteiro”, é a de revoltar-se contra o futuro que repetiria o tédio e a irrealização da mãe, sonhando com uma Inglaterra como quem sonha com o príncipe encantado ou com uma fortuna a ser ganha na loteria; sobretudo, antecipando-se de várias décadas ao grande líder negro norte-americano, assassinado quando das lutas pela igualdade de acesso à educação, aos transportes, aos restaurantes, Martin Luther King. Como ele, Martha Quest/Doris Lessing tem um sonho nobre, idealista, até hoje irrealizado: sonha com uma sociedade *realmente* humana que destrua para sempre as noções que separam os seres humanos numa hostilidade tão letal quanto absurda: um mundo sem as palavras *raça, negro, branco, nação, mestiço, mulato, judeu, inferior, superior, “assunto de homem”, “não é lugar para mulher”*. Mais ainda: da leitura do grande coração inglês de Charles Dickens, condoído das crianças abandonadas nas ruas de Londres, à mercê de bandidos, a leva a transplantar a compaixão do romancista inglês para a paisagem africana: e por que o infeliz, desgraçado Oliver Twist branco, favelado e sem direitos não poderia assumir, na África, o aspecto da criança negra, exposta à brutalidade e indiferença da “Casa Grande” branca dos invasores? De fato, os jornais africanos não abordavam nem os problemas dos proletários nativos nem os das crianças e mães solteiras: os negros não existiam, como a paisagem além da próxima montanha, que obsta a visão além daquele horizonte estreito e deliberadamente cruel.

Os preconceitos não só raciais mas também religiosos e o mito da nação como representante de uma civilização incomparavelmente superior têm de ser abolidos para que a sociedade possa autenticamente ser chamada de *humana*, ela afirma reiteradas vezes. A remuneração injusta paga aos negros e às mulheres brancas, a promiscuidade sexual imposta aos negros e negras pobres pela classe “dominante”, branca, a hipocrisia dos segmentos que compõem aquela justaposição de ódios e cobiças mas nunca uma comunidade que tivesse interesses coletivos comuns – tudo isso vai paulatinamente revelando ao leitor seu amadurecimento, paralelamente a seu desligamento da família que “faliu” segundo um código grotesco de “sucesso econômico” que se impôs como única “meta”. Essas constatações, nunca pronunciadas como sermões moralistas, mas como dolorosa realidade vívida e atuante, a separam do mundo imaginário, da utopia eternamente perseguida: “Aquele reino de emoções generosas e trocadas mútua e livremente para o qual ela tinha nascido – e não só ela, mas todos os seres humanos; pois naquilo em que ela acreditava tinha sido construído para ela pelos livros que tinha lido e aqueles livros tinham sido escritos por cidadãos daquele outro país: pois como podemos nos sentir exilados de alguma coisa que não existe?”

Há todo um itinerário demarcado neste romance da fase inicial da assombrosa autora de *The Golden Note-Book* e *Memoirs of a Survivor*: o curso futuro de suas incursões no mundo mágico, multidimensional, do fantástico, dos momentos fulminantes de misticismo, de comunhão poética com a natureza, de descidas corajosas até a mente enlouquecida – um de seus temas mais insistentes – de um feminismo lúcido e nada panfletário, de amor por culturas e raças opostas à raça e à cultura branca, de crença obstinada em um mundo melhor, mais habitável para todos os seres humanos. Falta ainda, é claro, o salto mortal que representará *Shikasta*: mas *Shikasta* é mesmo um livro, no sentido corriqueiro da palavra? Ou será mais uma revelação tão poderosa quanto qualquer texto religioso: a Bíblia, o Talmud, o Corão, o Baghavad-Gita?

Se é uma Doris Lessing pregressa que estre primeiro romance de uma série de quatro romances enlaçados pela mesma temática desenterra quase que arqueologicamente três décadas após a sua divulgação, é também um maço de páginas que – mesmo que ela não tivesse escrito as demais obras-primas que a tornam o maior escritor vivo da cultura ocidental – se distinguiriam do conformismo literário transformado em “nomeada” pela ausência de outros valores na literatura inglesa atual. Teria sido mais auspicioso e teria feito mais sentido publicar os quatro romances do ciclo *Children of Violence* do que apenas este, que nas livrarias brasileiras coexiste, de forma surrealista, com *Shikasta* e sua inauguração da ficção *espacial*, que parte da informação brasileira desavisada teima em confundir com a “ficção científica” de um Bradbury ou um Asimov. Esse confronto insólito tem, no entanto, seu aspecto positivo: denota a coerência, decênios a fio, de Doris Lessing, a sua fidelidade a uma série de crenças e convicções que constituem o seu código de honra, o seu ideal utópico, talvez inalcançável, mas pelo qual se deve lutar sem nunca esmorecer. Como Hannah Arendt assinalou, com relação ao carrasco nazista Eichmann, que em defesa alegou apenas um robótico “eu estava cumprindo ordens”, o mal é, quando examinado de perto, supreendentemente banal. E banal deve soar igualmente a definição do ideal de Doris Lessing, de seu longo e fascinante percurso desde os romances da década de 50, como *Martha Quest*, até *Shikasta* e os que publica atualmente: é a ação altruísta em prol do próximo que dá sentido à vida, é a devoção a um ideal como o do amor que justifica moralmente a nossa sobrevivência. A palavra *amor* não será a mais desgastada na vasta coleção de clichês que agitou o século XX? Contudo, o amor, a fé, a coragem, a esperança são todos sinônimos de uma testemunha *ativa* do seu tempo e da condição humana como a encontrou e diagnosticou sem conformismo. Doris Lessing participou sempre da transformação ética do mundo que encontrou e que lhe causou repugnância, e sua adesão não se limitou a palavras e queixumes. Se *Martha Quest* é a primeira medida da intensidade de um talento e de uma tenacidade *moral* inquebrantável, hoje podemos distinguir como que duas Doris Lessing: a da fase em que *agia* com o fito de mudar as injustiças gritantes de uma sociedade arrogante, estúpida, maligna, indiferente, participando de comícios, de partidos, de manifestações e de uma literatura honestamente *engajada* no melhor e mais exaltante sentido do termo. E a par dela como uma que uma Doris Lessing já profética, a contemplar com dor, melancolia mas decisão e pugnacidade o futuro sombrio que o passado e o presente da humanidade desenharam nas manchetes alarmantes dos jornais e nos noticiários da televisão. Por certo um mundo trágico de guerras, de ambição desmesurada, de intolerância religiosa, racial, sexual, de minorias que se levantam em defesa de seus direitos, tudo somando uma humanidade enlutada por 1/3 da população mundial enfronhada sangrentamente em guerras intermináveis de El Salvador ao Irã-Iraque, do Camboja-Vietnã à Rússia-Afeganistão. O ódio será o apocalipse nuclear, castigo da cegueira humana, ela prevê: mas na batalha cósmica, que ultrapassa as fronteiras da Terra, há uma certeza abstrata, ilógica, de que o que chamamos de o Bem triunfará no final.

## Doris Lessing, derrubando mitos.

*Jornal da Tarde;*1984/02/11

Das células de um corpo vivo à teoria de Trotsky de que uma revolução política não se mumifica mas é uma “revolução permanente”, da biologia até um dos mais famosos pensamentos de Heráclito, segundo o qual nunca podemos banhar-nos duas vezes no mesmo rio, pois suas águas fluem e não serão mais as mesmas, a mudança é um traço que rasga toda a existência viva e, impreterivelmente, se torna sinônimo da própria vida em si. A prodigiosa escritora inglesa Doris Lessing, que o Brasil vem conhecendo aos poucos, suas obras pingadas de lento conta-gotas, cumulativamente combateu como antirracista, pró-judeus, comunista, feminista: cada livro seu documenta vividamente esse percurso íngreme de militante. O título *Exilada em seu País* (Editora Record, 269 páginas) não consegue reproduzir exatamente o matiz sinistro do original inglês: *Landlocked* que tem o duplo significado de confinamento forçado e de parto. Pois se trata realmente das duas realidades.

Foi na Rodésia, hoje Zimbábue, que ela se sentiu prisioneira de uma reclusão: a de ser mulher, a de ser branca, a de não pertencer à cultura autóctone daquela nação africana. E foi nessa Rodésia efervescente que essa inconformista corajosa, coerente, viu ruir sua crença dogmática na superioridade intrínseca do marxismo. Contrapôs às imagens heroicas, estoicas, da batalha de Stalingrado, os horrores perpetrados por Stalin e que pouco a pouco penetraram até na longínqua África Negra e que, esperemos, na próxima caravela, chegarão até o Brasil, quase 30 anos depois de Kruchev os ter denunciado e documentado minuciosamente no XX Congresso do PCUS, em 1956.

Doris Lessing sorria se lhe aplicassem imediatamente um dos dois únicos rótulos existentes na farmacopeia ideológica dos nossos tempos: se não era comunista obediente e fervorosa, sem fazer perguntas... é óbvio que ela só podia ser reacionária, fascista, vendida ao capitalismo ou, crime dos crimes, social-democrata ou trotskista, inomináveis delitos de opinião. A trajetória lúcida e coerente de Doris Lessing vem revelando, volume após volume, quanto a artista inteligente e sensível em nossa época se afasta mais e mais do panfletarismo, da polarização estulta, do sectarismo binário. Ela soma ao ódio ao colonialismo bárbaro imposto pelos europeus aos negros da África, o colonialismo machista que amordaça a liberdade e vontade femininas ao arbítrio do macho prepotente. Defende suas teorias de destruição de um sistema social e estigmatizado pela injustiça, pela crueldade e pela estupidez e vai cada vez mais longe e mais profundamente. A psiquiatria que confina, à força, nos hospícios, os dissidentes da sociedade “normal”, não são os verdadeiros são os que “enlouquecem” diante da bestialidade insana do mundo “lá fora”? A antipsiquiatria de Ronald Laing a impulsiona nessa direção. A sua aproximação recente com o sufismo (um ramo da religião muçulmana que capacita o ser humano a conquistar o livre-arbítrio através da tenacidade, do desapego e da renúncia) e as misteriosas aparições nunca "explicadas" de Objetos Voadores Não Identificados a levaram a criar a ficção espacial. Não se trata de “ficção científica”, como ela está cansada de insistir: *Shikasta* (Editora Nova Fronteira) especula sobre a vinda à Terra de seres mandados de galáxias evoluídas e, em termos humanos, benignas, para anular os efeitos devastadores que fizeram a humanidade decair ao nível da fome, da guerra, da robotização, do desespero, da violência.

E *Exilada em seu País*, publicado originalmente em 1958 e NÃO em 1965, como faz crer a Editora Record, embora chegue tarde ao Brasil, teve a compensação de chegar traduzido por uma excelente tradutora: Lia Luft. Deve ser esta a solução, talvez, para a tradução no Brasil: confiá-las a escritores, como aconteceu com as traduções magníficas de Proust e Virginia Woolf feitas por Manuel Bandeira, Mário Quintana, Carlos Drummond de Andrade e outros. Escritora sensível, densa, Lia Luft já tinha traduzido magistralmente, do alemão, uma obra sumamente difícil: *Anesteria Local*, de Guenther Grass (*Oertliche Betaubung*, no original). Ela capta um sem-número de sutilezas de Doris Lessing, a ponto de o livro se tornar transparentemente em uma obra-prima em português também, com seus lances de ironia, de finíssimo *humour* e reiterada, penetrante, abrangente poesia, como por exemplo: “A expressão do seu rosto... era esse o cerne do sonho”; ou “Fechou com a mão a boca do cachorrinho branco e parou num canteiro de flores debaixo da janela, *o frio aroma de violetas*  (grifo meu) subindo de onde seus sapatos mergulhavam num solo úmido” São raros os deslizes da tradutora, como interpretar “*gallant*” como “galante” apenas. Na realidade em inglês a palavra tem dois significados: além de “galante” quer dizer “valoroso”, “destemido”, “bravo” no sentido militar ou de feito civil heroico, que é o sentido que Doris Lessing dá, várias vezes, a esse termo neste livro e que foi incorretamente traduzido, um erro menor.

Seria quase impossível enumerar os “temas” deste livro: continuando os três anteriores, focaliza Martha Quest (haveria intencionalidade no sobrenome : Martha Quest, que quer dizer Busca, Indagação?) à procura de um amor absoluto; da realização prática de seus ideais de arrancar o domínio odioso da minoria colonialista branca de coma dos ombros da desvalida população negra, espezinhada, esmagada, anulada; o sonho de uma sociedade igualitária para todos, independentemente da cor, da religião, do sexo; a efetiva liberação da mulher do tacão machista capaz de sufocar seus talentos debaixo de vetos caprichosos,, sádicos e injustos por parte dos que “usam as calças e mandam para serem obedecidos”; o ideal do comunismo que faria ruir, finalmente, o capitalismo criminoso e odiado.

*Exilada em seu País* é o ponto do rompimento da autora, nesta cristalina autobiografia, com as certezas graníticas e nunca questionadas antes. O conhecimento estarrecedor das prisões stalinistas, os relatos que pouco a pouco se acumulam sobre o *Gulag* e os milhões de mortos que exigiu desde sua instauração o bolchevismo em 1917, enxerta a primeira dúvida: seria o comunismo russo o regime ideal, se recorria a esses métodos para se manter no poder? Os “camaradas” – aquele punhado de gregos, poloneses, holandeses, ingleses, cujo total talvez não chegasse a dez ou doze rebeldes – tentam resgatar o sonho que se esfarrapa: a partir de 1949, com a chegada dos comunistas ao poder na China, aquela civilização “nobre, antiga, sábia” seria o rumo a seguir, em vez dos desvios e erros da nação atrasada que era a Rússia, incapaz de adotar o comunismo eficazmente. E Hiroshima e Nagasaki indagam outros “camaradas” menos idealistas: não estava comprovado que os socialistas concordaram com sua destruição atômica?

Os russos, que só combateram algumas horas o Japão já exangue, não se tinham apoderado das Ilhas Kurilas japonesas para nunca mais devolvê-las?

Doris Lessing tem, a mais, a grandeza de compadecer-se de um povo bestializado por um psicopata como Hitler. As imagens cinematográficas mostram jovens alemães com os pés apodrecidos de gangrena na neve de Stalingrado (hoje de nome trocado para Volgogrado), mostram crianças fugindo em pânico das bombas e uma população civil faminta, aviltada. A voz do locutor inglês que ironiza o *Herrenvolk* – a raça de super-homens germânicos, arianos, que Hitler jurou tomaria conta do mundo e varreria do globo as “raças inferiores” – tem um efeito contrário: traz, para além da ideologia, a compaixão, a empatia humana, solidária com outro ser humano. Os prisioneiros dos campos de concentração irmanam-se, estranhamente, às mulheres que fogem com os bebês enregelados, mortos, nos braços, diante da sanha dos tanques russos em Berlim, do estupro cometido pelas tropas russas sob o olhar benevolente dos comandantes em Moscou. O sofrimento iguala os negros despojados de sua dignidade pelos “senhores” brancos na África Negra aos alemães que ensandecidos optaram pelo Partido Nacional-Socialista e suas promessas de glória, grandeza e um Terceiro Império (*Reich*, em alemão) que o *Führer* demente como Calígula prometeu que duraria 1000 anos e se esfacelou depois de 12 anos e cerca de 80 milhões de mortos.

De forma inesquecível, Doris Lessing derruba os mitos da classe dominante, os brancos com sua “moral” vitoriana hipócrita, seus ritos grotescos do que “se faz” e “do que não se deve fazer”, juízos rígidos, imutáveis, inquestionáveis. Duas ilustrações bastam para que se tenha uma vaga noção da grandeza da percepção e da demolição verbal de que Doris Lessing é assombrosamente capaz. Referindo-se à própria mãe, escreve: Em resumo, a sra. Quest era como noventa por cento da humanidade: se passava uma tarde fazendo geléia, enquanto sua mente estava cheia de pensamentos de inveja, rancor ou de uma violência sensual, então passara a tarde fazendo geléia”.

E antecipando-se ao terrorismo organizado, banal, de hoje, que vai das prisões de Khomeini ao “Sendero Luminoso” do Peru ou à guerra civil de El Salvador ou à ferocidade argentina exercida contra “*los desaparecidos*”, tal qual George Orwell, em *1984*, macabramente previra:

“Há homens que, se você os mandar matar cinquenta homens a tiros, ficam deitados a noite toda preocupados porque podem ter matado um a menos... o papel mostraria que havia um homem a menos. Bem, é disso que falamos agora, da atitude burocrata diante do assassinato. Os pequenos empregadinhos de escritório que estão no poder são perigosos”.

## Doris Lessing, grandiosa. Vital.

*Jornal da Tarde;*1984/05/12

De que Doris Lessing você está falando?

No Brasil, a pergunta tem sua razão de ser. As nossas editoras vêm publicando a esplêndida autora inglesa da maneira mais caótica possível. A editora Record, por exemplo, dedica-se à sua série de romances da década de ’50, portanto, de há 30 anos atrás. Enfeixadas sob o título abrangente de *Children of Violence*, relatam, em cinco volumes, o gradual afastamento de Martha Quest da sua Rodésia natal, onde mora, ainda adolescente, numa *farm* dos colonizadores ingleses, completamente exilada dos grupos africanos autóctones do lugar, considerados pouco mais do que bestas de carga. De livro em livro (são cinco no total), porém, a menina-moça sensível desabrocha, torna-se conscientemente marginalizada pela sociedade classista e racista: seu pequeno grupo de amigos são judeus, anarquistas, comunistas, defensores dos direitos dos nativos e da mulher.

Mais tarde, à sua militância comunista inflamada, é que Doris Lessing irá acrescentar a sua combatividade em prol dos direitos femininos espicaçados milenarmente pelo homem em *The Golden Notebook* (*O Caderno Dourado*, entre nós). Pouco a pouco, porém, Doris Lessing irá demonstrar um interesse absorvente pela antipsiquiatria de Laing e, em grau menor, de Foucault e Lacan com *Briefing for a Descente into Hell* (Roteiro para uma Descida ao Inferno). Já em *Memórias de uma Sobrevivente* (*Memoirs of a Survivor*) é que ela deixará entrever claramente a sua dimensão mística, ao relatar o abandono da Rodésia pelos colonizadores brancos e a lenta reversão dos adolescentes em tribos com rituais selvagens, o empobrecimento da linguagem, a queda da barreira entre os sexos, a pilhagem e uma organização cultural primitiva e destruidora.

O que vem acontecendo com as editoras brasileiras é que não se respeita a mínima cronologia, de maneira que os livros antigos, de 30 anos atrás, se misturam com os livros publicados há apenas 4, 3 anos. Assim, a Editora Record se especializa em coletâneas esparsas de contos como *A Tentação de Jack Orney*, enquanto a Editora Nova Fronteira traduz as suas mais recentes criações, abarcadas sob o título genérico de *Canopus em Argos: Arquivos*, que já incluem *Shikasta*, o primeiro e magnífico volume, e *O Casamento entre as Zonas Três, Quatro e Cinco*, o 2º tomo. É interessante notar, porém, que nenhuma editora lançou os textos complementares da sua coleção africana como *The Sun Between Their Feet* e *This was the Old Chief’s Country*.

O que resulta dessa desordem? Uma visão não só parcial como distorcida da admirável escritora inglesa.

Alguns exemplos a esmo: Doris Lessing deixou de ser comunista, queimou sua carteirinha do PC desde o Congresso do PCUS em 1956, quando Kruchev revelou quem era Stálin, o Paizinho dos *Gulags*, mais tarde pormenorizadamente descritos por Solzhenitsyn. Outro: Doris Lessing interessou-se pelo sufismo, aquele ramo medieval do Islamismo que incorpora exercícios espirituais e que a desiludiu de qualquer visão materialista da vida.

De que Doris Lessing se trata agora, com a publicação do terceiro volume daquela que ela renitentemente chama de *ficção espacial*, para diferenciá-la da *ficção científica* de Isaac Asimov, Ray Bradbury, Arthur Clarke e outros?

*As Experiências Sírias* (Editora Nova Fronteira) é uma continuação do primeiro livro, *Shikasta*, em que um ser doutra galáxia vem, inutilmente, salvar o planeta Terra da dominação crescente do planeta maléfico, Shammat, que infiltra entre nós número cada vez maior de seus emissários para disseminar a escravidão, a peste, a poluição, a desertificação, a violência entre os seres humanos.

Desta vez não é o enviado Johor que vem fazer seu relatório das peripécias entre os desolados habitantes de *Shikasta* (a Terra), com suas civilizações agonizantes e sua iminente absorção por uma galáxia maléfica.

Já no soberbo prefácio, Doris Lessing alude à cosmologia que criou. Se, quando era mias jovem, tudo lhe parecia fácil, tanto do ponto de vista religioso quanto político, à medida que o tempo passa, ela se dá conta da complexidade das situações humanas. Pode ser, ela especula, que o nosso conceito a respeito do tipo de espécie que somos, neste planeta, seja tão impreciso, quanto a visão de mundo que têm, por exemplo, os habitantes da Nova Guiné, na nossa escala de valores. Ou seja: que o que pensamos de todos nós e sobre a nossa situação no mundo não corresponda à verdade, seja uma visão errada. E coloca a questão-chave: muitíssimo – talvez mesmo o essencial – do que não nos é permitido saber, como cidadãos comuns, é privilégio de uma casta, de uma junta. E compara a atitude das pessoas comuns com as dos físicos. Ora, quantas ideias absurdas ou tidas como absurdas nos ocorrem com respeito à educação que recebemos, rígida, oficial, sempre dentro de certos limites. Já os físicos, não! Para os físicos, ela sublinha, nada é considerado louco nem absurdo! Podem falar (sem ser trancafiados em hospícios) de buracos negros que engolem estrelas e constelações inteiras, de áreas das galáxias a serem atingidas por meio desses buracos negros nas quais predominariam mais as leis universais do tempo e do espaço como nós as conhecemos.

Os físicos, ela se refere ainda a eles, são os únicos a poderem falar, naturalmente, de universos paralelos que nos são invisíveis e nos quais os universos abarcam tempos que correm *ao contrário* dos nossos tempos ou que espelham os nossos. E cita o inventor Haldane, que na sua obra *Bichemistry in Gentics* (A Bioquímica na Genética) afirmou, depois de décadas de trabalhos científicos reconhecidos mundialmente:

“Atualmente, a minha suspeita é a de que o universo é não só muitíssimo mais estranho e insondável do que nós supúnhamos, mas também muito mais estranho do que pudéssemos supor que fosse!”

Isto é: quaisquer suposições ou afirmações *científicas* são adotadas como verdades inquestionáveis por que aos escritores, que lidam justamente com a imaginação, seria proibido especular sobre os reinos do mal e do bem, que existem desde as histórias mais antigas de Gilgamesh, de Caim e Abel até os níveis mais populares das fitas de “mocinhos" e “bandidos” no Oeste dos *cowboys* norte-americanos e nas comuns novelas de detetive?

A única coisa que Doris Lessing tem certeza de saber resume-se a poucas frases: nas antigas cosmologias não terá havido a intervenção de civilizações extraterrestres infinitamente mais avançadas do que nossa que tenham agido sobre a Terra e seus habitantes? O que significam, na realidade, nossas noções do “bem” e do “mal”

Ela crê que a Terra *já foi* usada por outras criaturas mais adiantadas, que aqui levaram a cabo diversas experiências. Crê que a dimensão dos edifícios nos afeta de maneira que ignoramos e que perdemos uma ciência de que dispúnhamos no passado: quem sabe não estamos escravizados sem o saber? Ou, ainda: o que chamamos de “envelhecimento” não constituirá uma vida que vivemos no passado e nos atinge agora biologicamente, mas à qual não estamos ainda adaptados psicologicamente? Os artefatos de todos os tipos com que lidamos sabe-se lá se terão outras funções das quais nem suspeitamos? A raça humana que futuro terá? E podemos desacreditar de todas as centenas de milhares de visões dos objetos voadores não identificados, vistos por pessoas que *não são* loucas, de perfeito juízo, até na Rússia, visões detalhadas e confirmadas por cientistas sérios?

Nesta inspeção da Terra, que nos tempos áureos se chamava Rohanda e agora é Shikasta (o planeta que falhou), uma das supremas autoridades das galáxias mais avançadas, Sirius e Canopus, se deparam com uma Terra presa da *Doença Degenerativa*: o orgulho, a avidez por coisas e prazeres materiais, o racismo, as hierarquias baseadas no poder, no dinheiro, na ditadura.

Esta *patologia social* causa, inevitavelmente, uma *inversão evolutiva*. As populações crescem, desordenadamente, aos milhões e milhões por ano e nenhuma tecnologia pode remediar essa situação, pois todos os que nascem afirmam desde cedo o seu *direito* à “boa vida”, isto é: ter só direitos, e esses direitos são crescentes, com relação a tudo que é bom e causa prazer, mas sem despender esforços, sem trabalhar, sem obedecer a leis comuns a todos, sem reconhecer obrigações e exigindo como seu *Direito de nascença* todas as liberdades sem deveres quaisquer. O resultado é que uma insânia geral se apodera dos habitantes: morrem de decepção, de falta de força de vontade, de falta de um propósito na vida, de epidemias cujas causas não podem ser esclarecidas com exatidão e morrem também durante maciças ondas de loucura que abrangem populações inteiras. São o resultado da mistura com os bárbaros shammatianos que lhes dá aquele ar paranoico, furtivo, submisso, de uma espécie que logo findará vítima do desânimo.

Ambien II, a enviada de Sirius e narradora do livro, como o Gulliver de Swift, passa por reinos extremamente dessemelhantes. Há o planeta dos homens-insetos, que só se alimentam de ar, comunicam-se por telepatia e usam seus tentáculos como sensores. Outros planetas, como Adalantaland, regidos por uma rainhas bondosa, pacífica e justa, são arrasados por uma tropa de homens-cavalos destruidores, ao passo que outro astro, Koshi, submete as mulheres ao papel de escravas, privando-as de toda e qualquer dignidade, com seus prédios feitos de dez e onze andares a fim de que as populações de baixo pudessem ser facilmente vigiadas pela polícia ubíqua, a miséria mais abjeta é imposta sem cessar pelos ricos decadentes do momento. Aproximando-se do império em que governa o Grande Irmão, na novela *1984* de George Orwell, ali cada perfeição se transforma no seu oposto que é Shammat. Você quer saber o que é Shammat quando você indaga pelo amor e sem demora aparece o ódio; se você disser paz, logo em seguida surge a guerra – isso é que é a essência de Shammat.

Como já no primeiro volume, em que as raças subjugadas historicamente pela raça branca instauram um tribunal mundial para julgamento da destruição de todas as civilizações que os conquistadores brancos arrasaram na Índia, na África, nas Américas, aqui também ela dá ênfase à crueldade e brutalidade da raça branca cuja única divisa é sempre: “Qualquer coisa que existir é intrinsecamente minha.” E mais ainda: “Qualquer coisa que não for idêntica a mim é primitiva e ruim, pois essa é a natureza shammat da própria raça pálida.”

Ambien II, mandada por Sirius, encontra três vezes o dominador branco, usando três pretextos e posições diferentes para apropriar-se de tudo que lhe parecer de valor e exterminar ou escravizar todos os povos “inferiores” que caírem sob seu domínio. Primeiro como padre, fomentador de guerras de religião e inquisições para apoderar-se dos tesouros dos astecas e dos incas, entre outros. Depois como pirata disposto a saquear qualquer navio, qualquer galeão, qualquer porto, a fim de enriquecer-se e prestar homenagem à sua ou seu “soberano”. E, por fim, como um presidente dos Estados Unidos ou premier da União Soviética ou talvez mesmo como um arrogante cientista, a decidir dos bilhões de vida sobre a terra, tornando os poderes destruidores da tecnologia moderna meras “balelas”, plenamente “confiáveis” pelo povo que o escuta boquiaberto e impotente.

Na sua simbologia da televisão, ela a considera apenas como um mero transmissor de mentiras, de falsas verdades, de visões completamente sectárias de situações políticas, sociais, econômicas, culturais.

É tudo um ópio acalentador para que os povos de todas as nações adormeçam “sem causar problemas” às autoridades e sem acesso a informações vitais para a sua sobrevivência individual e coletiva.

E Doris Lessing distingue entre o indivíduo, que já não tem mais voz audível nem levada a sério, e o que ela chama de *group mind*, isto é: o pensamento coletivo predominante. Qualquer desvio desse padrão uniformizado, que não pode absolutamente ser transgredido, será punido com o exílio, a morte, o ostracismo...

A romancista – a mais importante deste nosso final de século, sem dúvida – aborda muitíssimos outros aspectos da viagem interplanetária que não podem ser tocados aqui por questão de espaço. Entre eles: a degenerescência da Terra a partir da Primeira Guerra Mundial; a perversão das religiões, metamorfoseadas em instituições laicas em luta pelo poder com impérios e repúblicas; a existência de discriminação racial ou com relação à mulher como sintoma de que uma sociedade está profundamente afligida por um mal fatal, a decadência; e sobretudo o estado de ignorância a que as massas são submetidas voluntariamente pelos donos do poder do momento, a ponto de ninguém poder dizer que age espontaneamente, de acordo com a *sua* escolha e a *sua* consciência livre.

Um voo tão assombroso – e tão *já futuro* com relação ao presente – reforça, de livro para livro, a preeminência de Doris Lessing como a mais perceptiva, mais aguda e mais espiritualizada de todos os autores dotados de originalíssima imaginação neste século. A sua é uma fábula *moral*, no sentido de igualdade das raças e da mulher em relação ao homem, de predominância da tecnologia sobre os destinos de uma Humanidade que jamais foi consultada sobre os desígnios finais dessa tecnologia clandestina, de degenerescência espiritual de uma sociedade baseada só na soberba e na avidez? Pelo menos, é a fábula moral mais consequente e mais urgente do nosso tempo.

## Doris Lessing. Uma rapsódia esplêndida, prisma da condição humana.

*Jornal da Tarde;*1985/03/23

Doris Lessing, mais do que qualquer autor vivo, desdobra em seus romances um leque amplo, prismático, da condição humana neste final de século. O último volume, o quinto, de sua série *The Children of Violence* (Os Filhos da Violência), demonstra – se fosse necessária uma prova – como a prodigiosa autora inglesa se antecipa às questões que incendeiam a nossa época.

A decadência da Europa, simbolizada pelo declínio do Império Britânico dizimado pelas guerras de libertação do colonialismo: “Aquele era um país absorvido num mito, dopado, dormitando, sonhando... poderia agora pegar um jornal ou ouvir um rádio sem sentir-se no meio da revolução russa ou algo semelhante, no que tinham de cataclísmico? Ela não teria sido capaz de entender o simples fato de que, em essência, nada mudara muito naquele país – bastava ouvir as pessoas nas docas e nos cafés para ver que não mudara...” Toda uma concepção de civilização naufraga, como nos capítulos iniciais de *A Laranja Mecânica* de Anthony Burguess, escrito anos depois do aparecimento deste livro que encerra a série – *A Cidade de Quatro Portas* (Editora Record, 516 páginas), em 1968:

“Era tudo tão feio, tão feio; que raça era aquela que enchia seu rio de lixo e excremento, deixando tudo isso escorrer tão fétido entre os edifícios que cristalizavam o seu orgulho, a sua história?”

Nesse final da década de 60 Doris Lessing ainda se inquietava com o furor político, recém-expulsa da Rodésia, onde vivera 25 anos, considerada agora “uma imigrante indesejável”, pois era comunista:

“Alguém teria um jornal que se inquietava com o advento do socialismo vermelho na Grã-Bretanha (a autora se refere ao *Labour Party*) e como as classes trabalhadoras estavam ficando gordas e cheias de luxos e como as classes superiores estavam caindo na pobreza.”

O comunismo pouco a pouco vai, de livro em livro, mostrando não sua face radiosa, publicitária, oficial, mas seu lado stalinista, horrendo, totalitário. Doris Lessing manifesta um ceticismo crescente diante da “redentora” bolchevista e seus campos de concentração descritos subsequentemente por Soljenitzyn em *O Arquipélago Gulag* e se afasta dessa mentira do fascismo de esquerda: “Eu era comunista apenas porque era contra o hediondo racismo e a opressão das mulheres”.

O racismo, o esmagamento das mulheres, a discriminação contra os homossexuais apresentam-se sucessivamente nestas páginas de ironia sutil, de um desencanto que não tolda, porém, a combatividade: é preciso lutar, apesar da mesquinhez dos inimigos, ca cegueira dogmática dos opositores. E denunciar o nacionalismo xenófobo que usa na guerra, mas discrimina, tapando o nariz dos judeus:

“Thomas era um soldado. Thomas era um jardineiro, Thomas era um comerciante. O marido de sua mulher e o pai de sua filhinha. Era um exilado, Thomas Stern, judeu-polonês de Sochaczen, expulso da Europa para a África devido a um movimento de guerra. Quando puseram seu nome em documentos, tornando-o parte do Corpo Médico de Zambeze (nome que a autora inventou para designar a Rodésia dominada pelos brancos antes de se tornar o atual Zimbábue), escreveram: Thomas Stern, polonês, estrangeiro. Quando os alemães mataram a família dele do gueto de Varsóvia, podiam ter escrito (será que tinham registros?) “Sara Stern, Abrahan Stern, Hagar Stern, Reuben Stern, Deborah Stern, Aaron Stern...” Thomas era filho e irmão desses mortos.”

O leitor sente como, de um capítulo a outro, quase, se preparam os livros que brotarão dessa semente inicial: a apreensão com a loucura, a aproximação gradual com a antipsiquiatria, a ficção espacial, a existência de seres intergalácticos, a inevitabilidade da hecatombe final: a terceira, a definitiva guerra mundial nuclear... A família também, como fonte de neuroses incuráveis, fazia parte da caixa mágica chamada “o comunismo”, de onde se podiam tirar todas as soluções instantâneas para todos os problemas humanos:

“Ah, às vezes penso que o comunismo para pessoas fora de países comunistas era um tipo de papel tornassol, uma mochila de onde a gente tirava o que quisesse. Mas para nós não havia frases sobre a família como tirania tremenda, instituição amaldiçoada, espécie de mecanismo de destruição... E por isso abolimos a família. Em nossas mentes, e quando a guerra acabasse e o comunismo estivesse por toda a parte, a família estaria acabada. Sabe... abolida por decreto. Cláusula 25 da nova Carta Magna. “Decretamos o fim da família”. E então haveria a idade de ouro, sem família, sem neurose. Porque a família era a fonte da neurose. O pai seria um garanhão e a mão uma incubadora, sendo as crianças entregues a uma instituição ao nascer... as crianças seriam salvas.”

O desejo febril de mudança se mantém incólume: “Os bebês nascem neste mundão, nisto que existe aí. Um bebê nasce com infinitas possibilidades de ser bom. Mas não há escapatória, e como ter de entrar numa mina, uma mina terrivelmente escura, e depois lutar para subir, sair. E seus pais são parte disso, daquilo que você luta para escapar.” E ainda: “De que adianta pensar que deve haver algo errado comigo? É preciso assumir o que se é, como se vê as coisas. O que mais se pode fazer? E também tive o outro lado, o espelho: toda a minha vida acreditei que em algum lugar, em algum momento, não era assim, não seria preciso ser assim.”

A transformação pode ver não só de um comportamento novo, mas também da percepção de tudo o que não foi tentado nem aprovado, mas só recebido com chacota, descrédito, risos, mas que um dia revelará sua veracidade: a percepção extra-sensorial, a psicocinese, as galáxias povoadas de civilizações ininteligíveis por nós em nosso estágio de atraso cósmico...

A vida dos *inferiores*, da *classe* do *subproletariado*, também reaparece com insistência: o exército de caminhoneiros que parte para a morte por assaltos nas estradas ou para entregar riquezas das quais não participam nem fracionariamente, o amontoado de legiões de faxineiras que preparam os prédios elegantes, altaneiros, de brilho metálico, glacial, cinzento, e limpam tudo para outro batalhão: o dos funcionários, administradores de fortunas alheias, todos nós no turbilhão do que se chama em inglês *the rat race*, a corrida sem sentido dos ratos presos em caixas sem saída, labirintos nos quais são mantidos para que cientistas os estudem, determinem seu comportamento, tilintem as campainhas e apitem as fábricas para recompensá-los com o mínimo de salário, “posição na sociedade”, a ilusão de poder, a ilusão de decidir alguma coisa. Marionetes manipulados por empresas gigantescas e ocultas.

Como que a mente humana foi programada para separar tudo: as classes, as raças, os bairros, as nações, as economias, o nível de instrução, os sexos, as crenças religiosas. A aparência, estar “bem-vestido”, “decente”, “apresentável”, comporta-se como uma pessoa “de classe”, “ter a conduta condizente com a de uma mulher branca, inglesa, eficiente”, conta decisivamente:

“Era o país onde as pessoas não se comunicavam na escuridão que as separava. Ela abriu a boca para dizer que pensava um bocado no problema das classes... mas fechou-a outra vez, embora Phoebe tivesse visto que ela ia falar e ainda esperasse. Não tinha nada a ver com classes. Na África, como branca, preta, deveria ter disso assim e assado. Havia algo na mente humana que separava e dividia. Ficou sentada, olhando a sopa e pensando: se eu começar essa rotina de refeições, sono, ordem, a bela beirada na qual vivo agora se tornara embotada, perdida. Pois a visão que agora tinha da natureza da separação, da divisão (qualquer grupo de palavras teria servido para expressar isto, nenhuma de verdadeiro valor), era clara e nítida – sentada ali, enquanto a sopa lançava uma fumaça apetitosa nas suas narinas, ela compreendeu realmente (mas de maneira nova, num lampejo de visão) como os seres humanos podiam ser tão absolutamente separados por uma leve diferença na textura de suas vidas, que não podiam sequer falar uns com os outros, tendo de ser cautelosos ou inimigos.”

Sem usurpar ao leitor a surpresa e o deleite final, e quando sobrevém a catástrofe que Doris Lessing entrevê a espiral da metamorfose inexorável de toda uma arquitetura social e cultural:

“Mas esse tempo de conformidade branca e insular com seu repugnante amálgama de igreja, realeza, indústri, as artes respeitáveis e as artes outrora não-respeitáveis (qualquer variedade *pop*) junto com a ciência oficial e a medicina oficial, também eram uma anarquia que piorava a cada mês.”

Essa esplêndida rapsódia se funde pouco a pouco no réquiem pela civilização europeia no desmoronamento interno e externo de um mundo avassalado pelo cataclisma da Terceira Guerra Mundial. E surgem as mensagens estranhamente militantes de todos os que ainda dizem “não!” ao domínio das minorias, de povos sobre povos “inferiores”, enquanto a sabedoria do Extremo Oriente vai permeando a agressividade da tecnologia destrutiva branca. Mas por que revelar o final?

Em antecipação a *Shikasta*, em certo sentido o livro mais importante e profético de todo este século, o sufismo citado por Doris Lessing já é um dos caminhos e serve de sinalização e epígrafe para quem busca orientação para fora do caos político, militar, religioso e econômico de hoje:

“Era uma vez um louco a quem mandaram comprar farinha e sal.

Ele pegou uma tigela para carregar o que compraria.

- Cuide para não misturar as duas coisas – disse aquele que o enviara, - Quero as duas separadas.

Quando o dono do armazém media o sal, após encher a tigela de farinha, o louco disse:

- Não mistura isso com a farinha; veja, vou mostrar onde deve colocá-lo.

E virou a tigela com o fundo para cima onde deveriam pôr o sal. Naturalmente a farinha caiu no chão. Mas o sal fora salvo.

Quando voltou até o homem que o enviara, o louco disse:

- Aqui está o sal.

- Muito bem – disse o homem – mas onde está a farinha?

- Devia estar aqui – disse o louco, virando a tigela.

Quando fez isso, o sal caiu no chão e, naturalmente, viram que não havia farinha.

(História educativa dervixe, de *O Caminho do Sufi*, de Idries Shah.)

## Doris Lessing, a dama de ferro da literatura inglesa.

*Interview;*1985 (nº80)

Doris Lessing, a inclassificável “*enfant terrible*” e irrequieta *Dame of British Writing* contemporâneo, não se adapta a nenhum dos clichês literários do *Establishment* inglês. Ela, que anteriormente já revolucionara os mais inflamáveis temas da vida moderna – o racismo, a conceituação da loucura com uma supra lucidez, o feminismo, a importância *schocking* de que os depoimentos das empregadas domésticas (!) e dos tidos como loucos eram parte integral da busca do conhecimento social e do indivíduo –, incansável, revolucionou a própria conceituação de Literatura com seu último livro, *Shikasta*.

Se, no Brasil, como já de praxe, ela, e inúmeros outros autores decisivos do nosso século, só fora apresentada ao público leitor através de estilhaços de más ou péssimas traduções de suas obras – umas da década de 1950, outras, de agora, outra ainda de 1962 –, a reviravolta de 180 graus na sua criação única eletrizou tanto os leitores brasileiros quanto os de língua inglesa, desde 1979, com o aparecimento do que ela denomina de sua “ficção espacial” (“*space fiction*”).

Distinção importante: *Shikasta* tem, só aparentemente, alguns traços em comum com a chamada “ficção científica” de *2001: Odisséia no Espaço*. Os *sci-fi*, como os americanos os chamam abreviadamente, abrangem, para citar só os mais famosos, o engenhoso Asimov, autor de *Eu, Robô* em que suspeita que o atual prefeito de Nova York não seja um ser humano: é um extraterrestre com aparência enganadoramente idêntica à de um homem como todos os outros. Ray Bradbury, em um de seus contos inesquecíveis, entre tantos perfeitos, apresenta uma cena do futuro dos Estados Unidos: o racismo conseguiu exilar todos os cidadãos negros, confinando-os num planeta remoto da nossa galáxia. Agora, astronautas brancos da Nasa desembarcam naquele esquálido lugar de desterro para pedir humildemente aos negros que voltem à América: as cidades estão destroçadas, a vida se decompôs em seguida a todos os erros do homem branco. Explosão acidental de uma usina atômica? O consumismo e o comunismo levados às últimas consequências da loucura e da destruição mútua? O autor não especifica que tipo de catástrofe se abateu sobre a mais poderosa Nação da Terra.

Mas e os robôs? E os Estados totalitários de *Fahrenheit 451* que proíbem os livros, que incineram em grandes fogueiras, levando as pessoas a decorarem Goethe, Shakespeare, Cervantes, Tólstoi, etc? E a dominação por computadores sinistros como o Hal de *2001* de Arthur Clarke dotados de inteligência sobre-humanda? *Shikasta* (nome que a autora inventou para designar o caótico planeta Terra como o conhecemos hoje, no final do século XX) abrange tudo isso e muito mais.

Ao lado da Terra dilacerada por guerras intermináveis (Iraque/Irã; Rússia/Afeganistão; Eritréia/Etiópia) e cento e tantos outros conflitos “menores”, do Salvador à Índia dos Sikhs; ao lado dessa Terra eviscerada de suas florestas, com seus rios, mares e plantações devastados pela poluição pelos agrotóxicos, o deserto do Saara avançando 5 km por ano em toda a sua imensa faixa horizontal dos países árabes do Norte rumo à raquítica África Negra – ao lado de tudo isso, ou como sua causa oculta, existem outros planetas preocupados em salvar ou destruir a Terra. Doris Lessing confessa ao iniciar este livro – que sem exageros talvez seja a Bíblia galáctica do século dos mísseis, dos computadores, da pílula anticoncepcional, dos fanatismos raciais, nacionalistas, religiosos, ideológicos – que tinham criado “ou talvez encontrado um novo mundo, um reino onde o destino mesquinho dos planetas, para não falar dos indivíduos, é apenas um aspecto da evolução cósmica expressa pelas rivalidades e interação dos grandes impérios galácticos: Canopus, Sirius e seu inimigo, o Império Puttiora, com o planeta criminoso Shammat”.

Antes de ser encarcerado como louco pelo Governo norte-americano, o pensador e filósofo austríaco judeu Wilhelm Reich, psicólogo que rompera com Freud e fugira ao mesmo tempo das perseguições do Partido Nazista e do Partido Comunista de seu país, formulara teorias parecidas. Para ele, depois da explosão da bomba atômica no deserto de Alamo Gordo, no Novo México, EUA, em 1945, os planetas de nossa galáxia, e possivelmente até de outros sistemas fora do sistema solar, tiveram sua atenção aumentada ou despertada com relação ao minúsculo e inquietantemente irresponsável planeta Terra. Segundo Reich, as lutas entre o Bem e o Mal, para falar de maneira maniqueísta, existem também no Cosmos e a Terra estava sendo bombardeada pelas forças malignas de corpos celestes que passaram a emitir para a Terra nuvens imperceptíveis pelos grosseiros instrumentos humanos, mas capazes de disseminar na Terra guerras, fome, ódios, angústia, a desertificação, o aumento alucinante da população mundial e do terro em um mundo cada vez mais ingovernável. Para contrabalançar essa ameaça crescente, planetas “bons” enviaram espaçonaves e seres extraterrestres com aparência humana para apaziguar e salvar a Terra duplamente suicida e assassina. Teria Doris Lessing lido Reich, com o qual a sua “ficção espacial” apresenta tão surpreendentes semelhanças? Talvez não.

Porque ela vai muito além de Reich: para ela não só a literatura foi ultrapassada pelos eventos surrealistas que diariamente a imprensa mundial registra com distraído assombro. Além de “a realidade equiparar-se às nossas fantasias mais desenfreadas”, ela acredita “que é possível, e não apenas os escritores, nos ligarmos a uma supermente ou não-mente, ou inconsciente, ou seja lá o que for, e que isso pode explicar grande parte das improbabilidades e ‘coincidências’”.

O leitor brasileiro que tenha acompanhado, em inglês, o prodigioso itinerário ficcional de Doris Lessing não se assusta com a transformação, nem mesmo com a ruptura radical que essa inédita e revigorante “ficção espacial” de Doris Lessing nos trouxe agora, quando a literatura europeia não parece reagir nem mesmo aos últimos balões de oxigênio nem à maciça ingestão de comprimidos geriátricos antiesclerosantes. Realmente, o roteiro dos seus escritos anteriores deixava entrever essa preocupação cada vez mais planetária e metafísica, até mesmo teológica e filosófica que crescentemente marcaria sua deslumbrante criação transliteraria para não usar o pedantismo “metaliterária”.

Em *Martha’s Quest* ela denunciara simultaneamente, na década de 50, o racismo dos colonizadores ingleses da Rodésia (atual Zimbábue), colônia inglesa roubada a Portugal, para a qual sua família se transferira quando ela era ainda a menina Doris Tayler, bem como acusara o pisoteamento – indiscutível – dos direitos da mulher. Classificada em bloco com os “comunistas”, ela declina dessa honra: “Eu me aliara a eles (os comunistas) apenas porque eram os únicos a combater o racismo e a opressão da mulher”, confessaria francamente. Mais tarde, de volta a Londres, divorciada do insípido marido alemão Lessing, cujo sobrenome no entanto conservou, o livro *The Golden Notebook* (*O Carnê Dourado*) seria o ápice de sua solitária luta por um feminismo que nada tem a ver com o histerismo cacarejante de uma Betty Friedan, nem de uma Germaine Greer ávida de dinheiro e *éclat* na imprensa boquiaberta. Não: a sua reinvindicação feminista é, aprofundando a tese das três Marias portuguesas que deram o toque final à múmia do salazarismo putrefato, uma reinvindicação lúcida, minuciosa, baseada em milhares de anos de dominação da mulher através da História forjada pelos homens. Portanto, Doria Lessing fala do direito fundamental da mulher de SER alguma coisa mais do que um robô doméstico, hierarquicamente entre a geladeira e o forno de micro-ondas; algo mais do que a mãe mammissima, tetas assexuadas por onde escorre o leite do amor humano, “repouso do guerreiro”, segundo Nietzsche, “rainha do lar” entre panelas ganhas no Baú do Sílvio Santos e seu sorriso de Casanova-Camelô ou ainda beata da igreja, emanando eflúvios de carolice. Enfim, a escritora inglesa ridiculariza o espaço apertado alocado à mulher, espremida à força desde o código de Hamurabi e o “Direito Romano” entre o leite de conjugais e procriadoras delícias (para o homem), das panelas de papa gostoso ao silêncio de toupeira admitida às reuniões que falem de receitas, crianças, modas e frioleiras outras que lhe são “toleradas”. Não, duplamente: de que adianta trocar os papéis da mulher, Joan Crawford de voz rouca e chapéu texano dirigindo a Pepsi Cola quase com um enorme charuto na boca, quando a alavanca da mudança é a libertação também do homem de seu pedestal de machista onipotente cada vez mais impotente, neurótico, frustrado, enfartado, escravo de estruturas paleolíticas dos dois lados do muro de Berlim?

Em seguida, em *Briefing for a Descente into Hell*, influenciada fortemente pelas teorias inovadoras do psicólogo inglês Ronald Laing sobre a esquizofrenia e a loucura e, mais tarde, parcialmente retomadas na França por Lacan, ela concentrou todo o poderosíssimo arsenal da sua mente “dissidente” porque “vidente” à la Baudelaire em continuar peremptória e com ironia a dizer “não” a todas as sociedades em que vivemos, com seus valores, códigos e tabus mais do que obsoletos, injustos: ela examina a discordância que é trancafiada nos hospícios como nas "clínicas” psiquiátricas russas de hoje ou se suicida em desespero quando o consegue.

Ultimamente, Doris Lessing espera com uma esperança absurda o nascimento de “um novo ser humano”. Rósea ingenuidade, pensarão os afoitos, lembrando-se do “super-homem” de Hitler, o “*homo sovieticus*” da caquética URSS ou o “*homo technicologicus*” da era cibernética. Baseada em quê? Na crença cósmica da filosofia religiosa – se a denominação for exata – do Sufismo, originária, como ela, da Pérsia, séculos antes do reacionarismo nazistóide de Khomeini e sua gang de mullahs associados. Nada poderia estar mais diametralmente oposto ao pensamento de Doris Lessing do que a prática sanguinolenta de algumas seitas muçulmanas que ordenam que toda menina, uma vez atingida a fase da puberdade, deva submeter-se a uma operação dolorosa e, que se não mata (às vezes é feita com um canivete ou uma gilete suja), certamente a aleija para sempre, pois para outra meta não teria sentido a sua criação. Trata-se da ablação do clítoris para que no futuro a mulher jamais saiba o que é orgasmo e possa assim, como ordena o ritual, fornecer “maior prazer” ao homem que a for desvirginar. Ao contrário, o Sufismo, com sua intricadíssima complexidade, possui, no entanto, essa característica de uma crença otimista, se pudermos ser tão simplistas, da evolução cósmica, na qual o homem está incluído, como o Budismo e o Hinduísmo da Índia a expõe a milênios. Nessa mesma Teerã onde ela nasceu há 65 anos, antes de se mudar para a fazenda dos pais na Rodésia, surgiu dos séculos IX ao XII essa corrente do ascetismo místico, o Sufismo, baseado nos ensinamentos do Corão, mas oposto ao Islamismo ortodoxo, que logo se mostrou hostil a essa “heresia”. Se cada pessoa fizer um esforço pessoal – acreditam os sufistas através principalmente dos poetas Attar, Al Ghazali e outros –, ela vencerá o destino e imporá o seu livre arbítrio à vida por meio da renúncia, por meio do amor ao próximo, do desapego ao materialismo, todas estas formas de comportamento e de ação que têm em comum com o Cristianismo, antes da sua deformação por todas as instituições temporais que usurpam o nome de “cristã”.

A admirável romancista britânica já aludira à possibilidade de os agrupamentos humanos vencerem a guerra, a fome, a miséria em sua esplêndida *Memórias de uma Sobrevivente* (*Memoirs of a Survivor*), o estranho e fascinante livro escrito em vários níveis concomitantes: o plano sociológico de uma sociedade que se desintegra em meio a uma guerra civil, o lado “surrealista” em que uma parece se abre permanentemente para as imagens do passado e o plano da linguagem, que aparenta a pobreza econômica à pobreza vocabular e gramatical de segmentos sociais de uma nação.

Em *Shikasta*, Johor, um visitante vindo do distante Canopus, o planeta generoso que envia à Terra combalida um gás benéfico, o SOWF, capaz de desenvolver no coração humano a solidariedade com o próximo, a comunhão com o próximo, faz um relatório acabrunhante sobre as condições da Terra-Shikasta. Ao percorrer, comovido, esse planeta, tornado "um universo catastrófico”, desde a perda da Idade de Ouro, uma espécie de Paraíso, quando então a Terra se chamava Rohanda e a paz e o amor reinavam entre todos os seres vivos e o tigre bebia água junto com a corça, Johor constata, como quem percorre a era paleolítica ao inverso, o primitivismo da destruição das cidades por vândalos urbanos, pela poluição, pelas guerras, pela desertificação e a fome, nessa minúscula espaçonave, a Terra, em que viver ainda significa, há imemoráveis milhões de anos, devorar o outro para sobreviver. Os que têm noção da desolação que assolou Rohanda, depois que se transformou na monstruosa Shikasta, querem sair, fugir deste planeta de luto e de miséria. E nem a apressada tradução brasileira é capaz de esmagar a beleza original do poético texto em inglês:

“Um pesar indistinto, sobras de desejos ardentes, um esvaziamento de todas as emoções – e cada passo era um esforço, como se mãos invisíveis me segurassem os tornozelos, como se tivesse sobre mim o peso de seres invisíveis.” São personagens que Dante incluiria no “Inferno” da sua “*Divina Comédia*”:

“... suas faces alteradas pela erosão da dor”, “um batalhão de espectros... consumido pelo orgulho do passado, por falsas lembranças... suas atitudes diziam ‘poder’, os mantos pesados soletravam ‘pompa’, e seguravam quinquilharias e brinquedos de todos os tipos, coroas e tiaras, cetros, globos e espadas.”

O que aconteceu com a espécie humana? Foi atacada daquela enfermidade que Doris Lessing designa como “a doença degenerativa” – talvez um símbolo do vírus espiritual do egoísmo, da crueldade. Principalmente, ela acusa o homem branco, o arrasador de todas as culturas autóctones na África, na Ásia, na América Latina. Ele caiu em tal estado devido à sua soberba, à sua cupidez, à sua cegueira, à *hybris* da Grécia antiga, a arrogância que os deuses mandavam aos homens antes de derrubá-los. Este orgulho estúpido o levou a escravizar milhões de seres humanos durante todos os Impérios e guerras: mundiais, religiosas, púnicas, civis, do genocídio que vai dos campos de extermínio nazistas ao Gulag soviético. A luta de classes instigada pelo leninismo, a perversão da tecnologia para fins diabólicos, a opressão inenarrável do racismo, do machismo – são todos filhos do mito enlouquecido da “superioridade” intrínseca da da civilização branca acusa Doris Lessing. A essa “crença” psicótica correspondem a destruição ecológica da terra e dos mares, Hiroxima, Cubatão e as macabras “clínicas” psiquiátricas soviéticas em que, como relata o matemático Leonyd Plyuschch, a personalidade dos dissidentes políticos ou religiosos é reduzida a uma polpa amorfa através de injeções de drogas na carótida dos “doentes” indefesos.

Para essa ex-militante veemente do *British Communist Party* “no tempo em que só os comunistas vociferavam contra os tanques da Wehrmacht hitlerista”, hoje o comunismo degenerou em uma das duas grandes ditaduras: “Ambas se estabeleceram com excepcional crueldade. Ambas disseminaram ideologias baseadas na supressão e opressão de populações inteiras, seitas, opiniões, religiões e culturas locais de vários tipos. Ambas usaram a tortura em larga escala... Os que sentiam a necessidade de ‘fazer alguma coisa’ eram geralmente instrumentos de ideologias – todas iguais no desempenho, mas tão diferentes na própria definição.” As ideologias, pelo fanatismo e dogmatismo que pressupõem, eriçam a ironia sutilmente e a levam a contaminar as próprias denominações mundiais que assumem em Shikasta: “Federação Pan-Europeia das Ditaduras do Povo Democrata-Comunista para a Preservação da Paz”, por exemplo...

Lembrando trechos do *1984* de George Orwell ou do *Zero e o Infinito* , aquele libelo flamejante contra a bestialidade do stalinismo escrito por Arthur Koestler, continua Doris Lessing a afirmar que os governos totalitários e/ou imperialistas impõem uma linguagem mentirosa, o “*double think*” e a linguagem hipocritamente dúplice: “República Democrática Alemã” é o nome oficial da Alemanha do lado de lá do Muro de Berlim com suas altas torres vigiadas por soldados armados e holofotes permanentemente à caça de “inimigos do socialismo”, os que fogem rumo à Alemanha Ocidental em pleno estado de eructação de sua indigestão de marcos e excesso de “conforto burguês”. Pouco a pouco, *Shikasta* atinge uma exacerbação medonha: é quando o livro apresenta o Tribunal erigido pelas raças “inferiores”, “de cor”, que constituem 2/3 da humanidade hoje e dispostas a julgar a raça branca pelos seus crimes, enquanto (e é estranho porque neste trecho Doris Lessing confirma uma das predições de Nostradamus para o fim deste século) a Europa é disputada pelos árabes muçulmanos aliados aos chineses. Em páginas inesquecíveis, os índios das Américas, os negros da África, os “amarelos”, os indianos desfilam com sua litania de acusações aos povos brancos:

“Na raiz desse procedimento criminoso estava o desprezo pelos que são diferentes, uma arrogância que não lhes permitia nem mesmo procurar conhecer a natureza real dos povos espoliados e tratados como inferiores, completa falta de humildade e da curiosidade que se baseia nessa humildade. A denúncia contra vocês é de arrogância, ignorância, estupidez. E Deus os punirá. O Grande Espírito já os está castigando.”

Não nos enganemos, porém. Seria reduzir a uma genérica e banal reflexão social e política destacar apenas estes aspectos de *Shikasta*, um dos livros mais plurais já escritos em toda a literatura ocidental. Ao lado dos cataclismas do ódio do homem pelo próximo, em suas agressões suicidas contra a natureza e contra a sobrevivência da humanidade, Doris Lessing alude, claramente, a problemas que subjazem à ideologia dogmática: a explosão populacional descontrolada, a imitação servil, por parte dos povos recém-libertados do colonialismo, daquelas que Gandhi chamava de “fraquezas do Ocidente que não devemos importar, pois são vícios que sufocarão nossa autenticidade”. Não se trata da loucura de um Khomeini ou de um Khadaffi, mas da perda da identidade cultural dos povos dominados como a Tchecoslováquia de Milan Kundera ou o Brasil inundado de enlatados, música e vocabulário norte-americanos, o lixo subcultural que a América do Norte impinge aos brasileiros “sensíveis” à avassaladora influência dos EUA e agentes da nossa descaracterização como Nação que AINDA não é o 51º Estado regido por Washington... Imparcial, a autora inglesa não deixa de acusar, com igual veemência, o sistema de castas da Índia, que há milênios criou para os párias, os intocáveis, encarregados da coleta do lixo, da limpeza das latrinas, sem qualquer perspectiva de melhora em suas vidas numa hierarquia tão alucinante quanto cruel em sua prática diária.

Há ainda os aspectos mágicos do enfoque dessa autora que descrê fundamentalmente dos objetivos materialistas e utilitaristas da nossa civilização predatória. Os povos de Shikasta desaprenderam o amor, a solidariedade, a bondade e se arrastam, patética sucata humana, em meio aos escombros de seus artefatos de plástico, cromo e componentes eletrônicos, numa “Bíblia” ditada pelo lucro e pelo consumismo estéril. Esplendidamente se desenha como que um afresco da humanidade de hoje, como a expulsão de Adão e Eva do paraíso pintada por Masaccio:

“Portanto, esta é a condição dos shikastianos agora, poucos ainda, mas em breve mais e mais – logo multidões.

“Nada do que tocam ou veem tem substância, e assim eles repousam, em imaginação, no caos, procurando forças nas possibilidades de uma destruição criativa. Estão vazios de tudo, menos do conhecimento de que o universo é um motor ruidoso de criatividade e eles, manifestações temporárias do mesmo.

“Criaturas infinitamente danificadas, reduzidas e degeneradas, afastadas das suas origens, quase perdidas – animais que perderam o caminho determinado para eles por seus mentores, estão sendo levados para trás e para longe de tudo que tinham e agora não têm onde se firmar a não ser nos extremos mais ultrajantes da paciência. Uma paciência humilde e irônica, que aprende a olhar uma folha, perfeita por um dia, e a ver nela a explosão das galáxias e o campo de batalha das espécies. Os shikastianos, nesse fim ignóbil e horrível enquanto lutam, procuram, correm entre seus artefatos desmoronados, esquálidos, erguem as mentes para os píncaros da coragem e da... vou usar a palavra fé. Depois de pensar sobre o assunto. Com cautela. Com respeito exato e esperançoso.”

Como em livros anteriores seus, ela atribui à dimensão rotulada, segundo os estereótipos vigentes, de “loucura” o que na realidade pode ser uma percepção mais aguda, mais matizada e profunda de uma realidade que o ser humano “normal e sadio de mente” só apreende fragmentariamente. Neste livro, o diário da “enferma mental” Lynda Coldridge, confinada anos a fio em sucessivos hospícios, revela que “as pessoas são como caixas chinesas”: dentro da nossa capa externa, meramente exterior, existem outras percepções da realidade. A maioria capta apenas uma escala que, traduzida em sons, abarcaria só um reduzido número de sons. Os chamados “loucos” vão além: captam as transrealidades 2, 3, 4, 5 e ouvem o que “os cotovelos das pessoas emitem e o que as maçanetas das portas dizem”. Mas a sociedade pude todos os que apreendem mais do que os 5% da apreensão “permitida” da realidade. As crianças e os tachados de “loucos” têm essa apreensão do mundo que ultrapassa o limite tolerado. E por isso são automaticamente considerados “perigosos”, “domesticáveis” porque dissidentes da Verdade Única, instituída pela tirania da maioria medíocre que ignora o horror em que estamos mergulhados ou aceita conviver com ele sem combatê-lo. O irracional, o pretensamente absurdo são saídas para fora do racionalismo estreito, conformista e infecundo imposto como padrão “normal” pelos donos do poder vigente. Assim, tudo se colore de panteísmo: gatos, vacas, árvores, plantas, tudo vive e sente, incompreendidos pelo Homem-Padrão, o homem que Fernando Pessoa chamava de “o que dorme sono/que come comida...”. O “louco” tem sua alma, essa palavra tão obsoleta, afrontada pelo descrédito e pela coerção a que é submetido inapelavelmente.

Da mesma forma, a luta de vida e morte que os enviados do planeta Canopus travam é para salvar os habitantes de Shikasta/Terra, que moram em cidades geométricas, de forma circular, hexagonal, quadrada e hoje regrediram à era das cavernas. Não conhecem mais a roda, o fogo, a agricultura, o respeito à ecologia. Estão todos manipulados, legumes sub-humanos, inertes diante de sua própria destruição.

A imensa poesia deste relato épico se transmite ao leitor de momento a momento de cada capítulo. Doris Lessing alude a uma Assinatura, um pacto simbolizado por uma Luz cintilante, contida num estojo, que os enviados de Canopus, como último recurso, mostram aos homens e mulheres transformados em nômades desesperados e moribundos. Esse sinal luminoso lhes recorda rapidamente um Pacto com uma Força Superior (não necessariamente Deus), uma Autoridade Moral superior à da Terra exangue de bondade, de altruísmo, que fecha seus habitantes num círculo do Inferno do materialismo e da ausência de compaixão pelo seu semelhante. No final, com um hino de vigor e força espiritual, reconstrói-se uma nova Cidade em Shikasta, livre dos desígnios malignos de Shamatt, o planeta do Mal e do Crime, da Destruição e da Subjugação de mentes, corações e almas. Todos os shikastianos passam a trabalhar avidamente na reconstrução de uma cidade com a forma de uma estrela de cinco pontas, que será a recuperação inicial de Shikasta dos erros do passado, os erros da arrogância das “raças superiores”, a superação da miséria física e espiritual, das guerras, a demolição dos demônios de Shamatt.

Doris Lessing, com *Shikasta* (a este primeiro volume se seguem mais quatro, já lançados na Inglaterra), não faz o que usualmente se chama de “literatura”. Ela age como outros autores que tiveram a coragem e a eloquência para nos convencer da justiça devida aos pisoteados em seus direitos: Proust e Zola e os judeus, E. M. Forster e “as raças de cor”, Virginia Woolf e a mulher em *A Room of One’s Own*, Aimé Césaire e Ralph Ellison e os negros, etc. Doris Lessing vai mais longe ainda: ela TRANSFORMA as convicções do leitor que ler *Shikasta*.

Afinal, a “louca” Sra. Coldridge, descrita a vagar de uma instituição para doentes mentais a outra, manipulada pelos poderes que mantêm o *status quo*, a patética Sra. Coldridge se torna o símbolo dignificante, nobre e esperançoso da luta e da evolução da humanidade neste século XX apocalíptico, talvez mais do que todos os precedentes. Como termina seu relatório o médico heterodoxo e sensível que se dignou a ouvir a demente Sra. Coldridge:

“Quando descobri que possuía certas Capacidades, minha primeira reação foi a de quem descobre um inimigo dentro de casa. Pois até conhecer a Sra. Coldridge e compreender sua longa e dolorosa história, eu não tinha paciência com minhas incursões em um reino tão novo para mim, que me parecia território inimigo. Quero acentuar o seguinte: todas essas pessoas são capazes de arcar com pesos, responsabilidades, dificuldades, atrasos, a perda da esperança... Como sabemos, esse é um equipamento essencial para esses tempos difíceis... escrevo e me admiro da insuficiência das palavras! O que estamos vivendo é pior do que os nossos mais terríveis pesadelos. Contudo, estamos passando por isso e alguns de nós – a raça humana – precisamos. Devemos encarar assim. Quero lhe dizer algo que considero um testamento, um ato de fé! Se o ser humano pode suportar uma vida inteira de experiência subjetiva do tipo que foi imposto à Sra. Coldridge, se pode, paciente e obstinadamente sofrer assaltos ao centro mesmo das suas defesas, como foi o seu caso, se podemos enfrentar a vida dia a dia, naquilo que muitos chamariam de “inferno” e sair do outro lado, mais ou menos estáveis, embora avariados – como a Sra. Coldridge é a primeira a concordar que está – se nós, a raça humana, possuímos essas forças de paciência e resistência, nada há que não possamos conseguir. A Sra. Coldridge foi a inspiração da minha vida. Quando a conheci, uma ruína miserável, um esqueleto com imensos e assustadores olhos azuis vagando pelos corredores do Hospital Lomax, em um pobre subúrbio de uma das mais feias cidades, ela não passava de mais um despojo deteriorado entre os quais eu tinha passado grande parte da minha vida, e no qual nem pensaria encontrar a possibilidade de qualquer tipo de revelação ou lição, contudo, foi essa lunática – pois é exatamente o que ela era, quando a conheci – que me ensinou o quanto existe de coragem e tenacidade no ser humano, portanto, em nós todos. O que mais precisamos, a não ser coragem? E talvez esse seja também apenas um dos significados de estarmos preparados para continuar a viver.”

## Doris Lessing, a solitária grendeza de uma estilista

*Jornal da Tarde;*1985/07/20

Uma das esplêndidas virtudes de Doris Lessing é a de podermos sorrir com a sutileza do seu senso de humor, com a ausência de caricaturas que mostra ao leitor ao meramente *descrever* personagens ridículos e dominadores. As suas *African Stories* estão repletas do seu britânico *wit*, da sua graça sem espalhafato mas sempre irresistível. A Editora Record publica uma nova safra desses contos, *Sabores do Exílio*, 297 páginas, ambientadas na Rodésia (atual Zimbábue) para onde essa múltipla e fascinante escritora foi, ainda criança, com os pais, e de onde trouxe uma nostalgia da África indelével em todos os seus escritos.

A África deixa, realmente, a sua marca em todos os grandes escritores que a conheceram ou imaginaram: Isak Dinesen, a fazendeira transcendente vinda da Dinamarca para uma propriedade de cultivo na Áfica; Céline, o grande escritor de *Voyage au Bout de la Nuit* e até escritores mais holywoodeanos como Hemingway e os picos nevados do Kilimandjaro. Sem falar em Joseph Conrad e o Congo personalíssimo que “inventou” em *The Heart of Darkness* (*No Coração das Trevas*).

Doris Lessing destes é de décadas muito anteriores a seu *Carnê Dourado* (*The Golden Notebook* e à ficção espacial prodigiosa da série da galáxia de Canopus e sua insuperável *Shikasta*. Mais aparentados com o ciclo em torno de Martha Quest, eles relatam os contatos sociais, o panorama deslumbrante da paisagem africana, o isolamente em que vivem os brancos colonizadores, sua ignorância com respeito às culturas do “nativos”, como os chamam pejorativamente, os movimentos políticos clandestinos que conscientizaram uma minoria branca, da qual Doris Lessing sempre fez parte militante, da monstruosa injustiça que os dominadores ingleses e holandeses praticavam contra os negros aborígenes.

Com uma diferença decisiva: Doris Lessing não quer doutrinar e, sobretudo, ela interpreta os valores africanos não sob um ponto de vista europeu, pretensamente “superior”, nem com uma comiseração cheia de santimônia. Ela os vê como diferentes sociedades tribais que, forçosamente, são incorporadas aos padrões da técnica, da medicina, da eficiência da extradição do minério ou da agricultura ou do gado de corte dos dominadores brancos. As populações negras são analisadas *em transição* rumo à sociedade única do europeu: racionalista, disciplinada e tendo como meta absoluta o sagradíssimo lucro, o ai, Jesus! de todos aqueles devotos da missa domingueira e da prática diária da mais torpe desumanidade para com os seus semelhantes que não são brancos.

Esta coletânea, na sua atrasada edição em português, parece ter sofrido uma revisão no tocante à tradução. Ou o tradutor não é o mesmo ciclotímico Carlos Evaristo Marques, que recheara *Esta era a Terra do Velho Chefe* de absurdos, desde o título, modificado incompreensivelmente para *A Terra do Velho Chefe* pela Editora Record, até erros clamorosos de tradução, seguidos de trechos aceitáveis, deixando a cabeça do leitor em estado semicatatônico. Ou o sr. Marques reviu consideravelmente a tradução desta segunda coletânea, *Sabores do Exílio*, ficando como lembranças apenas alguns sinais da varíola tradutiva com que vincara a fisionomia do estilo no original inglês. A antecipação do livro, em folhas soltas, que me chegou às mãos, não contém o nome do tradutor: pudor? Desleixo? Arrependimento?

“Fome”, a mais longa de todas estas narrativas, talvez seja a mais rica como abordagem das sociedades tribais negras diante do desafio – para muitas delas mortal, como para as nações indígenas brasileiras em contato com a civilização tecnológica moderna – diante da cidade grande e complexa erigida pelo branco. Os objetos mais comuns, sapatos, panelas, pentes, ternos, tudo faz parte de um mundo fantástico como qual Jabavu sonha. Seus pais são figuras pressas ao passado para ele: a mãe, eternamente passiva, obediente a qualquer mando ou desmando do marido, o pai agarrado ao mundo dos antepassados, imóvel, imutável, sempre bom. Quando a mãe pensa nas lutas entre as tribos, na época em que inimigos ferozes vinham roubar as mulheres, como no rapto das sabinas pelos romanos, ela não deixa escapar uma palavra que pudesse desagradar o marido. Ele teme que Jabavu, que fala demais, é crítico demais e desrespeitoso para com os mais velhos e os costumes de antigamente, possa terminar no meio dos bandidos que infestam as ruas dos brancos na África do Sul, na Cidade do Cabo, em Johanesburgo, os terríveis *matsotis*, os jovens criminosos marginalizados pela sociedade europeia dominante. Tolice! Para Jabavu as choças de barro, com tetos cônicos de capim, são um mundo para os velhos, não para ele. Ele foi o primeiro do seu meio a usar sabonete, como os brancos, a usar o pente metálico e seus sonhos estão povoados de fartura: ele envergando um vistoso uniforme de policial, respeitado pelos brancos, bondoso para com a gente de cor, ganhando bem, morando bem, numa verdadeira *cidade*. Quem sabe um dia andaria de automóvel, de avião, moraria numa casa de tijolos como os brancos e passearia diante das lojas reluzentes.

Sem classificações pedantes, “Fome” é um curto *Bikdungsroman*, aquela categoria de *romance de formação*, *de aprendizado* do personagem principal. Que os alemães exemplificaram com o *Simplicissimus* de Grimmelshausen. Não há uma prédica moralista neste relato: Jabavu aprende não a ser “melhor”, mas aprende violentamente o que significa ser negro na sociedade racista do *apartheid*. Sobre pessoalmente todas as ignomínias que esse regime doente lhe inflige, desde a obrigação de levar sempre consigo um “passe interno”, só exigido dos que não são brancos, até a nazista discriminação de praias só para brancos, bebedouros só para brancos, guichês nos correios e nas lojas só para brancos, trens lotados, sufocantes, só para negros, favelas e empregos mal remunerados e estafantes só para negros.

Nunca é demais repetir que Doris Lessing não faz uma literatura de denúncia apenas: ela mostra a realidade do dia a dia e o leitor que julgue por si mesmo. Jabavu que se esforçara penosamente a ler “língua de branco” (o inglês) e que partira de sua aldeia a pé, andando 60 quilómetros até a grande cidade mais próxima, Jabavu não acredita que seu sonho de “progresso” se tenha transformado no pesadelo da cadeia, da hipocrisia de tantos religiosos que “sentem pena” dele, no horror de ser fichado como gado que é arrastado para o matadouro numa das repartições dos brancos onde se classificam os “nativos” ou “cafres”, como são chamados com asco e arrogância.

Jabavu procurava, sem o saber, saciar uma fome muito mais voraz que a do seu estômago. A dignidade, a solidariedade eram a fome íntima que o devorava. Se o leitor suportas o pavor kafkiano do ambiente de campo de concentração hitlerista que caracteriza o contato de Jabavu com a ilusão da metrópole branca, chegará na última página a uma belíssima reconciliação:

"Na tribo e no Kraal, a vida de seus pais era construída sobre a palavra *nós*. No entanto, jamais foi assim com ele. E, entre aquele tempo e agora, houve um período duro e desagradável, quando existiu apenas a palavra eu, eu, eu – tão cruel e aguçada como uma faca. A palavra nós foi-lhe oferecida outra vez, com a aceitação de tudo o que ele tem de bom e de ruim, e com a exigência de tudo que ele pode oferecer. ‘Nós’, pensava Jabavu. ‘Nós...’ E pela primeira vez aquela fome que havia nele e se agitou como uma fera durante toda a sua vida avoluma-se, sem ser rejeitada, e flui suavemente para a palavra *nós*. ‘Nós’, diz Jabavu, repetidas vezes, ‘Nós’. Em suas mãos vazias, sente as mãos calorosas de irmãos”.

Estes contos revelam também muitas das idiossincrasias dessa sociedade provinciana, sob seu aspecto mais grotesco que aterrador. “A Madona Negra” é um triunfo de perfil de outras culturas e maneiras de encarar a vida em choque, desta vez a de duas sociedades brancas. Com a reviravolta da Itália, que na metade da Segunda Guerra Mundial se tornara “aliada” dos ingleses, surgem problemas imensos. Os italianos são ainda “prisioneiros de guerra” dos ingleses numa cidadezinha do interior da África. Mas são brancos. Como proceder? E como aquele italiano Michele, que pinta afrescos e detesta trabalhar, vive na rede, tratando humanamente os negros e cantando *canzoni* da ensolarada Itália, como aquele Michele pode ser *tão diferente* dos ingleses? O capitão que lhe encomenda a aldeia artificial a ser destruída pelas forças inglesas, para que a população civil daquele sonolento lugarejo tenha uma ideia do que é a guerra, o capitão se enfurece. O italiano pintou uma Virgem Maria negra, com um Menino Jesus negro preso às costas – como é possível?! E por cima pintou um hospital e uma enorme cruz da Cruz Vermellha sobre a aldeia feita de tábuas: como os militares poderão bombardear instalações da Cruz Vermelha e um hospital?! Michele tem espírito anárquico, que contrasta com o respeito cego à “lei e à ordem” obedecidas pelo capitão britânico. No entanto, a a bondade, a humanidade do latino contagiam o capitão, que em prantos, bêbado, reconhece nos traços da Madona Negra a fisionomia da sua amante negra preferida, Nadya, em tudo diferente de sua esposa branca, que lhe desperta desconfiança (será infiel a mim?) a ponto de pagar um detetive para espioná-la e só obter dela o apelido insultuoso de “meu Hitlerzinho”.

Doris Lessing, em determinados momentos da sua criação literária, é mestra nas situações cômicas, absurdas. Em um dos contos, um grande poeta que escreve numa língua falada só por um milhão de pessoas, o *africânder*, um dialeto do holandês, pendura seus poemas nas árvores e depois teme que por serem contrários ao racismo possam leva-lo à cadeia. Noutro conto, Doris Lessing se concentra unicamente na epopeia de dois besouros que carregam uma bola de esterco com risco de suas próprias vidas...

Para quem não conhecia essa faceta, desfaz-se o mito de que ela fosse apenas a solene escritora da tragédia da loucura incompreendida de *Briefing for a Descent into Hell* ou do desmoronamento da sociedade da antiga Rodésia sob o impacto do choque entre negros e brancos de *Memórias de uma Sobrevivente*.

Coerente, admiravelmente corajosa, combativa, Doris Lessing não permite que o leitor jamais desvende, em estilo singelo e perfeito, onde a estética começa e onde a ética poderia ser desligada dela. Sem jamais ser moralizante nem maçante nem panfletária, na sua solitária grandeza.

## Doris Lessing. Mais uma vez, fascinante.

*Jornal da Tarde;*1986/07/12

Talvez no ano 2000 o Brasil terá acesso à edição completa da obra monumental de Doris Lessing, cujo quarto volume acabou de ser publicado. *O Planeta 8: Operação-Salvamento* (Nova Fronteira) faz parte da série *Canopus em Argos: Arquivos* que sacudiu a crítica e os leitores desde a publicação de seu primeiro tomo, *Shikasta*, na Inglaterra... em 1979. Doris Lessing – é preciso repeti-lo? – ocupa um lugar único na criação literária ocidental contemporânea e seus livros refletem a vitalidade de suas meditações e constituem um poderoso instrumento de ação por si mesmos. São numerosas as facetas como que clarividentes de Doris Lessing: morando na Rodésia (hoje Zimbábue) faz parte do grupo restrito de autores brancos que denunciaram candentemente o racismo como Alan Paton e Nadime Gordimer. Ex-comunista, até desiludir-se com o fanatismo, a mentira e o terror do stalinismo, dos *Khmer* vermelhos do Camboja e Mao Tsé-Tung, permaneceu fiel a seu combate contra as desigualdades sociais e contra os dogmas políticos, religiosos, reguladores do comportamento social e do convívio humano pelas leis iníquas das classes dominantes. Feminista de longa data, sua veemência sempre temperada pela inteligência agudíssima causou furor entre os meios conservadores britânicos a favor do imobilismo, da inferioridade da mulher codificada pelas leis do país. Antinacionalista, se Doris Lessing soubesse da existência da xenofobia brasileira no setor da informática lançaria sua ironia ferina contra esse Chernobyl auriverde: para ela, a soberba e a estupidez, aliadas à cupidez hipócrita, são responsáveis pelos nacionalismos exacerbados, ventres de onde nascem todas as guerras.

Haveria outros aspectos de Doris Lessing a evocar, como seu misticismo relativamente recente, que a levou a praticar exercícios de sufismo, um ramo do islamismo, em sua casa em Londres cheia de pilhas de jornais e gatos. A esplêndida autore de *Memórias de uma Sobrevivente* enlaça claramente este quarto volume de seu painel com o primeiro, *Shikasta*. O enviado a um planeta que se supõe ser a Terra (modificada pela imaginação da escritora), Johor, torna-se com a humanidade dolorosamente sofredora deste livro, protagonista daquele que é também certamente o primeiro romance ecológico da literatura atual. O leitor que desconhece a grandeza de Doris Lessing não precisa temer um relato enfadonho sobre a necessidade de protegermos as espécies em extinção, as florestas, os rios, o ar, os mares. Este planeta, que para muitos é a Terra como ela se apresenta hoje em dia, desoladoramente assolada pela violência, pela fome, por doenças e a ameaça palpável de uma aniquilação pela radiação atômica, está à beira do extermínio total. A humanidade morena, de olhos negros, que a povoa, epera as naves espaciais que virão do cento da galáxia, Canopus, e se defronta, inopinadamente, com uma era glacial semelhante ao “inverno nuclear” que os cientistas preveem após a explosão de um conflito armado ou um acidente em reatores nucleares.

Como ela esclarece em seu posfácio, sua inspiração para páginas tão comoventes e lúcidas partiu do explorador inglês Scott à Antártida. O gelo eterno, as privações quase que indescritíveis pelas quais aquele punhado de homens extremamente corajosos e estoicos passou – tudo lhe serve de objeto de reflexão sempre fecunda. Por que realmente, Robert Falcon Scott, quis ir a uma das regiões mais inóspitas do globo? Por que as duas expedições inglesas, de 1901 a 1904 e de 1910 a 1913, não foram subvencionadas pelo governo e idolatradas pelo público inglês? Doris Lessing focaliza, à maneira de um Mircea Eliade diletante, o valor transcendente de determinados mitos para o ser humano: a Pátria com P maiúsculo, o Dever, a Abnegação com o intuito de superarmos a nós mesmos e provar um princípio pelo qual literalmente damos a vida: a liberdade, a humanidade, a fé etc. etc. O que torna fascinante a pesquisa de Doris Lessing é a sua ausência de paixão capaz de cegar a verdade vista tão objetivamente quanto seja humanamente possível.

Assim, a Inglaterra passa a ser um dos mitos arquetípicos que no plano positivo pode produzir um Shakespeare e no negativo o imperialismo sobre outras raças, nações, tribos, clãs, culturas. Por isso também ela se atreve a contradizer o cinismo atual que visa ver em Scott um idiota, um farsante e vislumbra nitidamente o seu heroísmo, por mais inútil que tenha sido. Sem dogmas, é possível conciliar características quase sempre conflitantes: se tudo que fosse inglês era *intrinsecamente* melhor, esse orgulho desmesurado e *a priori* é duplo e dúplice: pode levar à honradez, à imolação de si diante de um altar pessoal como pode levar à cegueira suicida. A autora ressalta um ponto importante e que é na maioria das vezes ignorado: cada era tem o seu *Zeitgeist*, o espírito de uma época, intraduzível e indecifrável por outra época. O que conduz a uma metafísica profunda:

“O Espírito da História (temos tanta prática no assunto!), como uma mulher desgrenhada, mas complacente, com a máscara do importante governante ou sátrapa:

- Minha Nossa! Diz ela sorrindo:

- Vejam, eu me enganei outra vez!

E para a lata de lixo vão holocaustos, fomes, guerras e os ocupantes de um milhão de prisões e câmaras de torturas.”

E mais adiante:

“Se os brancos tivessem tido a capacidade de examinar friamente, por cinco minutos, alguns processos históricos semelhantes... mas quando alguma vez a casta governante teve essa capacidade?”

Na realidade, as elites dominantes inebriam-se com sua própria propaganda e autolouvação. Com uma distinção decisiva:

“Não, não fazem uso dela pois isso, na minha opinião, é uma das fórmulas da retórica marxista, que substituem o pensamento.”

Mesmo sem conhecer o Brasil da corrupção impune e solta, ela duvida que o mundo tenha jamais sido tão mal administrado quanto hoje, que o abismo entre a camada que governa e os governados tenha sido tão imenso:

“Simplesmente recuso-me a acreditar que o mundo tenha sido sempre tão estupidamente mal administrado quanto agora, que os pobres tenham sido sempre tão indefesos e tão ignorados pelos poderosos. Houve nações, Estados, comunidades, no passado, em que os governantes faziam questão de saber o que se passava nas camadas mais baixas da sua administração”.

O poder pela sua própria natureza é enganador, ela conclui, como se tivesse acabado de ler Proudhon ou Bakunin. Jamais Hitler, Stálin, Fidel Castro, Pinochet, Jaruzelski, Idi Amin, o Xá do Irã e outros terão acreditado que não eram bons, que não estavam agindo em prol da felicidade e do bem-estar de seus povos. Nada disso elimina certas doenças infantis que nos acompanham rumo ao século XX: o nacionalismo, tão obsoleto e criminoso quanto as guerras religiosas ou o domínio do mundo pela Europa. Ridículas são, portanto, as falsas “descobertas”: Niagara e Vitória não eram já arquiconhecidas e mais do que “descobertas” pelas populações indígenas dos Estados Unidos e Canadá e da África, respectivamente?

Uma suspeita ousada deveria nos convencer a desconfiar, sabiamente, das intenções nobres. E isso é possível? Quando congelados em mitos inquestionáveis, sim, até “os pensamentos nobres podem forjar assassinatos e assassinos”. Desse modo, uma expedição ao Polo Sul não “descobre” o Polo Sul nem o pobre Scott e seus oficiais e soldados poderiam, mesmo com o preço da vida, jactar-se de tamanha façanha. Doris Lessing subverte a versão tornada oficial da História, mas não oferece soluções perfeitas, preparadas de antemão. Insinua-se claramente a noção de que ela anseia por uma união da humanidade capaz de anular tanto as fronteiras quanto o domínio de alguns clãs humanos sobre outros. Por mais banal que soe esta exortação, ela a formula: temos que repensar a convivência política, o machismo, a exclusão das mulheres, dos judeus, dos pobres, dos povos de cor, sem o que só colaboraremos para a efetiva eclosão da Terceira (e derradeira) Guerra Mundial. Como socraticamente só sabemos que nada sabemos, é urgente conhecer, pensar, embora a chave dos enigmas que nos circundam e limitam esteja possivelmente além das possibilidades e das interpretações humanas, como ela conclui, de forma inesquecível.

“Tenho a impressão de que não sabemos o suficiente sobre nós mesmos; que não pensamos o suficiente na possibilidade de que nossas vidas, ou alguns incidentes e momentos em nossas vidas não possam ser analogias, metáforas ou ecos de elaboração e de acontecimentos que ocorrem com outras pessoas ou com outros animais, até mesmo com florestas ou rochas neste nosso mundo, ou talvez em outros mundos, em outras dimensões”.

Sem incidir no erro, que, a meu ver, constitui a tendência de resumir para o leitor o princípio, meio e fim de um livro, este *O Planeta 8: Operação-Salvamento* deslumbrará mais ainda os que já leram *Shikasta*. É verdade que a tradução de Aulydes Soares Rodrigues continua a mesma, com falhas e sem refletir o brilho do original em inglês, mas, com os salários de fome pagos aos tradutores brasileiros, quem pode exigir um trabalho sublime, sem mácula, tão abnegado quanto o heroico Scott nas geleiras da Antártida?

A força das ideias e das imagens da novelista inglesa resiste a traduções, ventos e tempestades. Extraordinariamente atual, suas indagações e invenções despertam associações de ideias e emoções imediatas no leitor diante desse planeta que já evoluiu mais do que a Terra a ponto de não ser mais assolado por barbarismos do tipo de tiranias, de racismos, de tecnologias monstruosas e crimes causados pela fome ou pela cobiça. Intrigante, uma muralha negra separa aquela humanidade hipotética da neve, dos assassinatos, do egoísmo incontido de povos e nações. Instigante, o estilo de Doris Lessing se impõe, em cada um de seus livros, como uma inquirição sempre solidária com o seu semelhante:

“Alguns de nossos Representantes eram da opinião de que deveríamos fazer desta ocasião a consagração do nosso lago à utilidade e à produtividade, uma cerimônia com canções e hinos, marcando o contraste entre a desolação presente e a nossa vida passada. O passado tão recente... só as crianças muito novas não se lembravam do lago azul e brilhante entre os verdes e amarelos da folhagem. Para que um ritual formal de lembrança? Nossa extensão de águas cintilantes tinha sido azul, tinha sido verde, com minúsculas cristas brancas. Rochas escuras por todas as margens maravilhosas e incrivelmente multicoloridas tinha virado plataformas de mergulho... habitualmente de cor parda, cinzenta e de lama, os tons de uma terra quente e produtiva chegavam a parecer agora extraordinários, quase impossíveis. Teríamos estado aqui, nos povos do planeta ferido, teríamos visto corpos morenos cheios de vida mergulhando e nadando nas águas que refletiam o azul do céu? Teríamos dançado e cantado por estas margens nas noites quentes em que águas tranquilas e escuras nos pareceram coalhadas de estrelas?...”

Não é só a sensibilidade aguçada para a Natureza que distingue o universo privilegiado de Doris Lessing. Ela se interroga também sobre o advento da revolução industrial: teria sido um erro fatal para a humanidade? A espécie humana está já condenada, sem apelação, a desaparecer numa hecatombe nuclear? Ou um “plano global” até agora inescrutável para a percepção humana preside, realmente, a nossos destinos?

## Doris Lessing

*Jornal da Tarde;*1987/01/24

*Os diários de uma boa vizinha* e *Se os velhos pudessem* antes de mais nada prejudicam gravemente a vista do leitor: a Editora Record não deixou espaço, como sempre, entre uma linha e outra, impedindo assim que os olhos repousem com um espaço em branco. Que importa se são livros de Doris Lessing, a grande escritora inglesa contemporânea? O lucro em primeiro lugar!

Estes *Diários*, no original inglês, já contêm em seu próprio título a brincadeira que a grande autora de *Shikasta* e da série *Os Filhos da Violência* preparara com muito *humour* britânico para editores e leitores: chamam-se *Diaries of Jane Somers*. Jane Somers? Quem é? Uma total desconhecida. Doris Lessing confessa no prefácio e em entrevistas concedidas quando se desfez o segredo e todos ficaram sabendo que Jane Somers era ela: sempre desejara escrever usando um pseudônimo. Queria que os críticos julgassem seu texto pelo seu valor intrínseco e não por terem sido da autoria de uma autora de grande renome internacional como ela. Afinal, todas as etiquetas tinham sido usadas para colocar a sua obra em escaninhos literários como se recolhem pombas num pombal, cada uma em seu nicho no pombal coletivo.

Doris Lessing? Era uma escritora que, na África colonial do Império Britânico, levantara a voz denunciando o racismo, principalmente o holandês, contra os negros, em sua Rodésia natal, hoje Zimbábue. Tratava-se de uma comunista militante. Em seguida aderira ao feminismo. E agora o misticismo misturado com a luta maniqueísta entre o Bem e o Mal em escala planetária! O “golpe de mestre” deu certo, porém ninguém, absolutamente ninguém, descobriu que por trás da “estreante” Jane Somers estava a magnífica militante em tantas áreas ao mesmo tempo. Alguns agentes literários e editores mais sensíveis “farejaram” um clima inegavelmente lessiano: ela teria “ajudado” a novata em seus manuscritos?

Sinceramente, o disfarce não é perfeito. Não que se descubra imediatamente, por detrás da máscara, a combativa autora, franco-atiradora em tantas trincheiras ao mesmo tempo a destruir falsos mitos de “superioridade” racial dos brancos sobre as demais raças, de colonialismo como “o fardo imposto pela Civilização com C maiúsculo ao homem branco”, irmão inteligente e mestre das populações de pigmentação mais escura. Marginalizada pelas pessoas de “bem” à medida que publicava seus livros, Doris Lessing tentou vencer um desafio quase impossível. Tentou criar uma autora prática, eficiente, enérgica, conservadora, um pouco sentimental e dificilmente apta a compreender as dificuldades e fraquezas alheias, embora sempre dotada de bondade. E ainda por cima uma escritura de cunho romântico, redatora de uma revista de alta moda, preocupada apenas com desfiles internacionais de *couturiers* famosos e obcecada com sua aparência impecável, sempre.

A famosa ironia devastadora de Doris Lessing, livre para exprimir-se, faz desmoronar as metas meramente gananciosas dos editores, na sua maioria. Ela conta que eles falam, a sério, sobre “o tempo de sobrevivência de um livro nas prateleiras” de uma livraria como um quitandeiro falaria do tempo que seus legumes e vegetais aguentem ficar sem se estragar, numa cesta à espera de compradores, antes de serem jogados fora... Algumas observações finais dessa fina prosa que é Doris Lessing completam sua visão realista e satírica do turbilhão do mercado editorial, um pouco aparentado com a teatralidade de um *show* de televisão rápido e superficial: a publicidade é essencial, seja qual for o valor do autor. Ela chega quase a sugerir que, hoje em dia, Shakespeare teria que aparecer no Fantástico da TV Globo para promover seu *Hamlet* (a tragédia da indecisão), o *Otelo* (um drama de traição, ciúme e inocência!) ou *O Rei Lear* (como a ingratidão de suas filhas é vingada pela filha boa!)...

Ele reconhece que lançar um livro se tornou um, por que não dizer a palavra?, um negócio e desse *business* faz parte uma “promoção” maciça, entrevistas a jornais, revistas, à tevê. Mas como “promover” Jane Somers se dela não havia fotografias, nem uma história de sua vida, nenhuma “personalidade” sobre a qual os redatores profissionais pudessem criar uma novelista “mais empolgante do que *Dallas*? Por fim, há a supressão de liberdade: a extrema esquerda e a extrema direita *exigem* que tal livro seja suprimido, banido, jamais seja publicado: pobre Liberdade, quantos crimes se cometem em teu nome!... E por último: muitos críticos, acomodados, não querem apenas que cada autor ou autora escreva sempre o mesmo livro, para lhes dar menos trabalho com o choque de um estilo e temas novos?

Seria inútil dizer que Doris Lessing/Jane Somers passaram com louvor como “estreantes”. Ou não tanto “estreantes” assim. Quem já leu os livros anteriores de Doris Lessing se recorda de que ela repetidamente lamenta, principalmente no 1º volume de *Shikasta*, que a pomposa História da Civilização não tenha nunca reunido o depoimento das pessoas humildes, das empregadas domésticas, do proletariado, por exemplo, em sua marcha da humanidade do tacape até o míssil atômico. Ela, obliquamente, consegue inserir o testemunho de pessoas humildes, de pessoas exploradas pelas classes dominantes e por suas próprias famílias nestes dois livros estranhos, mas que, aparentemente, não poderia ter sido escritos por uma “estreante”, simplesmente porque uma jovem autora dificilmente teria uma visão tão profunda de um problema que Doris Lessing aborda, amplamente, pela primeira vez: o da velhice. Aqui ela mescla os dois temas: o relato de uma empregada quase analfabeta e que é, simultaneamente, uma velha desamparada de mais de 90 anos de idade, em seu ambiente paupérrimo e caótico, em que sobrevive graças à sua própria vitalidade. Claro, Jane Somers evita a armadilha da mera luta de classes: também as velhinhas que moram em casas de luxo, com sua família, ou em asilos luxuosos, são tão fracas e dependentes dos demais quanto as mais abandonada recipiente da caridade alheia ou estatal.

A primeira parte, *Os Diários de uma Boa Vizinha*, parece nitidamente melhor do que a segunda, quando a *soap opera*, o *kitsch* piegas torna a história de amor da mulher em plena crise da meia-idade lacrimosa e até pouco crível e levemente enfadonha – novidade absoluta em se tratando de Doris Lessing!

Já as descrições da degenerescência total, do abandono infra-humano a que está relegada a anciã Maudie Fowler evocam, não mais o realismo às vezes bastante seco, prosaico mesmo, de Doris Lessing e o ultrapassam, chegando a um naturalismo de imundície e podridão que nada ficam a dever às cenas mais repugnantes de Zola. Seria injusto para com o leitor revelar o grau de mudança humana, espiritual que se processa lentamente no espírito da frívola narradora e da sua "protegida” no decurso desta verdadeira luta afetiva entre duas pessoas que pouco a pouco aprendem, uma com a outra, realidades para as quais seus olhos tinham estado fechados a vida inteira, até seu encontro.

A plural autora inglesa não se limita a esse diálogo, é óbvio. Refere-se a temas atuais, como ao desemprego altíssimo na Inglaterra, à decadência de suas indústrias, à desorientação “punk/apática” da nova geração, incapaz de dialogar sequer com os “caretas” mais velhos. Narra as ascensões e quedas do mundo predominantemente feminino que redige e dirige a revista *chic* para mulheres e seus dramas de adultério, lesbianismo, fracasso individual e “vitória” amarga na carreira. Sem esquecer as farpas dirigidas à família bem-pensante, antiartística, anti-liberdade e de um conservadorismo que nem reacionário é, de tão conservado em formol que se mantém...

Talvez os livros ganhassem em ritmo se a “estreante” não se repetisse tanto e emagrecesse substancialmente esses dois volumes, podando-os de páginas quase que rigorosamente idênticas a páginas anteriores. Ou terá sido um ingênuo despistamento da autora?

Alguns dos temas pelos quais Doris Lessing sempre se bateu, como a afirmação da individualidade da mulher, o que implica ela sair debaixo da tirania aparentemente doce e protetora do macho, afloram enfaticamente. Afinal, o dilema das mulheres não se reduz ao binômio: sucesso na carreira, mas sublinhado pela solidão e aceitação de uma situação infra-humana, que massacra seus talentos, mas em troca de “um lar”, um “homem” (embora ele tenha amantes ficas) e montes de filhos mimadíssimos? Foi essa a proposição do movimento feminista de “liberar” a mulher? Que terceira solução haveria para a escolha entre “a rainha do lar”, com detergentes, fraldas sujas, menus e um pouco de ócio e a solidão de uma “*career woman*” tão boa ou melhor que seus concorrentes homens?

Se Doris Lessing conhecesse a esmagadora maioria das mulheres de classe média brasileira, acomodadas dentro de seu casulo de cabeleireiros, manicures, pedicures, levas as crianças para a escola e trazê-las de volta à casa, sem uma *efetiva* participação política e social no dia a dia brasileiro, ela teria um de seus sorrisos sutilmente sardônicos: o Brasil ainda está no estágio do harém consentido. A escolha entre a realização solitária e o aconchego muitas vezes suicida do “lar, doce lar” como única meta final nem existe entre nós.

Por remexer, indiretamente, neste vespeiro por enquanto quieto, além de outros motivos excelentes, estes dois livros deliciosamente apócrifos mexem ou deveriam mexer com a consciência, o brio e o *dolce far niente* de milhares de nossas integrantes empobrecidas proletarizadas e alienadas classes médias, salvo as já mencionadas exceções.

O problema do envelhecimento sem dignidade da definição dos rumos próprios da vida de cada mulher na sociedade contemporânea, da juventude desnorteada e desprovida de qualquer autoridade ou rumo, a crise da meia-idade feminina, a recusa inicial em verificar a existência da realidade *fora* dos desfiles de modas e de um mundo esteticamente perfeito, longe das tragédias humanas que nos cercam: constituem uma Doris Lessing nova, mesmo sob o sutil disfarce de uma autora que faz seu *début* literário como Jane Somers?

Evidentemente que não. Mas diante das mulheres, prioritariamente, em Londres, no Brasil ou em Madagáscar, Doris Lessing coloca um espelho cheio de interrogações urgentes e pertinentes. É só aferir se o desafio toca cada uma das integrantes do mundo feminino ou não: uma tarefa árdua, mas gratificante que merece ser enfrentada sem escapatórias de preconceitos sexistas *a priori*. Quem se habilita?

## A visita da majestosa senhora.

*Jornal da Tarde;*1987/04/23

Como um rosto, visto de vários ângulos ao mesmo tempo, há várias Doris Lessing.

Os que tiveram lido apenas as *Memórias de uma Sobrevivente* recordarão os elementos misteriosos daquela fuga da Rodésia (hoje Zimbábue) dilacerada pelo racismo branco: o gato-cão, a parede ameaçadora que se abre para o passado e suas imagens sempre vivas. As quadrilhas de jovens brancos nas cidades abandonadas parecem reverter, na guerra, ao estado de barbárie das crianças em *O Senhor das Moscas* de William Golding, perdidas depois de um desastre de avião numa ilha deserta.

Ou descerá no Brasil a Doris Lessing mordaz ao retratar nos cinco volumes de *Filhos da Violência* a hipocrisia e indolência dos colonos ingleses, imaginando-se *country gentry* (aristocracia rural), enquanto tomam chá com racismo sob o sol escaldante da África? Eles pelo menos tratam os nativos como crianças ou retardados mentais, darwinianamente “inferiores”, mas os holandeses, os Boers?! Cuia de comida, água e chicote na “negrada preguiçosa”, a raça de Cam, amaldiçoada por Deus e que até os sermões nas igrejas protestantes designam como “servidoras do branco e biblicamente inferiores a ele”.

Poucas mulheres saudarão a magnífica Doris Lessing feminista ardente de *O Carnê Dourado*: as mulheres brasileiras preferem ainda, na maioria dos casos ler só a revista *Cláudia* no cabeleireiro: que receitas: que “dicas” ótimas!

Um punhado de adeptos de comportamentos alternativos poderão recebe-la com uma rosa: baseada em Ronald Laing, ela desmistifica os tratamentos com produtos químicos e choques elétricos em seu livro *Briefing for a Descent into Hell*. O inferno é a terapia normativa, que quer todos marchando obedientes nas fileiras de um exército sem rosto nem escolhas pessoais, é a camisa-de-força que esmaga as potencialidades do “eu” livre.

Ou será que Doris Lessing emerge no Edifício Itália de um UFO gigantesco?

No painel enigmático de *Shikasta* ela não aceitou o rótulo de “ficção científica” e adotou a denominação vaga de “ficção espacial” para sua criação nova. O planeta Terra está disputado por astros maléficos e galáxias benéficas como Canopus. Johor vem à Terra para recuperar os seres humanos angustiados, robotizados, agressivos. A raça branca é julgada por um Tribunal por seus crimes de destruir povos e culturas no Peru, no México, na África. Os movimentos idealistas tornam-se indissociáveis da violência: a paz se fará com *slogans* violentos de Lenin e com bombas “em prol da paz e do amor”. Há um partido Democrata Pacífico a Favor da Violência em defesa dos Opimidos.

O terrorismo, aliás, é o assunto de seu mais recente livro. Com suprema, magistral ironia, Doris Lessing focaliza principalmente a terrorista boa (*The Good Terrorist*, no original, apenas *A Terrorista*, na edição da Record), que se horroriza com a perda sangrenta de tantas vidas e que, usada por seus companheiros reformadores do mundo, sempre machistas, continua a lavar suas roupas e cozinhar para eles, tudo como antigamente no mundo dos “burgueses”, só que agora com o pretexto ou sob a auréola de uma futura “Revolução”. Entre despreendida e a filha “progressista”, a autora deixa claro que acima das ideologias há sempre a vibração emocional, há o pulsante coração a intermediar as relações humanas.

E quem seria esta jovem loura e sardenta a chegar acintosamente junto com Doris Lessing? É uma intrusa, uma desconhecida, uma “penetra” de nome Jane Somers. Mas o que ela fez para aparecer assim com tanta desfaçatez? É um pseudônimo que a grande escritora inglesa usou para despistar os editores e leitores. E que apreensão dolorida, terrível os *Diários* de Jane Somers captam! Desde *O Rei Lear*, de Shakespeare, talvez, a literatura inglesa não mostrara de forma tão patética a tragédia da velhice orgulhosa, desamparada, sem parentes, que vegeta com um mínimo de dignidade e a mais intensa solidão.

Expulsa do Partido Comunista, depois que se revoltou contra o stalinismo, o esmagamento das revoltas populares de Berlim, Budapest, Praga, detestada pelos conversadores, que veem nema uma prerigosa “agitadora”, invejada por um sem-número de escritores por não ligar ao “estilo” e escrever “sem ritmo, sem um vocabulário extenso”, Doris Lessing mora em Londres, numa casa modesta com quase vinte gatos e pilhas e mais pilhas de jornais velhos. Sem vaidade, veste roupas comuns e seus cabelos castanhos estão sempre despretensiosamente presos por um coque à moda antiga.

Paralelamente ao fluxo majestoso de seus romances, há também os seus contos. Talvez os melhores estejam ambientados na África. Raramente bem traduzida no Brasil, ela ignora que sua coletânea *Esta era a Terra do Velho Chefe* saiu mutilada entre nós, desprovida das primeiras palavras do título, o que rouba ao relato sua noção de que a terra original do chefe tribal lhe foi roubada pelos brancos. Em uma dessas esplêndidas *short stories*, Doris Lessing descreve, minuciosamente, o sonho de um adolescente negro com as luzes resplandecentes da África do Sul, onde terá um emprego bem remunerado, envergará um uniforme de policial imaculadamente branco e ajudará seus irmãos de cor a atravessar as ruas de intenso tráfego, guiará os pobres, os velhos e cegos para suas casas ou para os prédios burocráticos que estiverem procurando. Naturalmente a sua ingenuidade se transforma em horror. O jovem nativo é preso por “vadiagem” e por se encontrar, sem permissão, numa zona “exclusiva para brancos”. Algemado, registrado com um número, o empurra para uma cela de delinquentes comuns: ele passa fome e sede nessa sua primeira lição da cartilha do racismo branco fanático. Noutra história, um pintor italiano de passagem – portanto “branco”, embora um corpo estranho no meio daqueles funcionários pomposos de Sua Majestade Britânica – é encarregado de pintar quadros sacros para uma festa religiosa a ser realizada daí a dias. Quando se desvela seu quadro principal, dedica à Virgem Maria, surpresa! Ele pintou uma Madona Negra, como é possível?!

Doris Lessing transmite ao leitor uma sensação nova rica, imediata, da natureza africana, do cheiro das plantas, das planícies imensas, dos rios pujantes, mas nada que lembre um guia de viagens com um crocodilo em cada página como “momento” exótico da África de cores vivas e tradições próprias.

Ela concedeu uma série de entrevistas curtas sobre si mesma reunidas no volume pequeno, intitulado *A Small Personal Voice*. Algumas de suas respostas e observações são o próprio logotipo da sua inigualável originalidade:

Ao responder por que se deixou levar pela ideia de escrever novelas afirma:

“Um terço de nós – um terço da humanidade, isto é – vive bem e come bem. Consciente ou inconscientemente deixamos que 2/3 da humanidade restante morando mal e se alimentando mal, insuficientemente. É disso que a minha série de romances trata: dessa estrutura imensa de discriminação, tirania e violência.”

A esplêndida escritora inglesa – provavelmente a maior desde final de século – exige uma reviravolta no conformismo mofado com o qual encaramos a realidade. Por que a História, ela pergunta, não pode ser escrita também pelos criados, pelas lavadeiras, pelos que sempre serviram e cujos nomes se perderam no anonimato do tempo? A loucura não será uma gradação superior da lucidez, que permite captar nuances da realidade que o ser “normal” ignora como não sentimos os sons baixos ou altos demais para a nossa limitada escala auditiva?

Na era do Líbano destroçado, da mediação entre os artistas e os indivíduos por meio de produtores, atores, roteiristas, comitês de seleção, a voz quase abafada do escritor não precisa novamente ser ouvida, de ser humano a ser humano, cheia de calor, de amor pelas pessoas?

Quem sabe Doris Lessing, com seus exercícios sufistas, não levitará breve sobre nós?

## Entrevista a Doris Lessing: O triunfo da inteligência. Sem dogmas.

*Jornal da Tarde;*1987/05/02

Seduzida pelo Rio de Janeiro, como ela própria enfatiza, a esplêndida escritora inglesa Doris Lessing teve um momento de profunda comoção quando conversou utilizando-me como intérprete, com Kerena, o líder das 180 tribos indígenas restantes no Brasil. Na tarde muito concorrida de seus autógrafos numa livraria de um de nossos *shopping centers*, porém, o conflito de conceitos entre culturas diferentes ficou mais exposto. Quase que só mulheres vieram comprar seu último livro, *A Terrorista* e trazer outros livros de Doris Lessing para que ela os assinasse. Uma moça me pediu que lhe dissesse que os livros que lera de Doris Lessing lhe tinham feito adquirir uma compreensão e um amor próprio inéditos até então. Seria possível ela beijar a escritora que idolatrava? “*Have a heart*”; a autora de *Shikasta* respondeu com aquela atitude inglesa de “nada de bobagens, ora essa”, como quem dissesse: “Francamente, isso não é uma coisa que se peça seriamente”. Expliquei-lhe, como pude, que nós brasileiros somos sentimentais e calorosos, qualidades que ela cindiu hierarquicamente: a parte humana era maravilhosa, mas a intimidade instantânea que muitos de nós traduzimos através de gestos, abraços, beijos etc. era algo para ela incompreensível, inaceitável. *Sorry!*

Durante seu debate com o público no auditório de *O Estado de São Paulo*, os intelectuais paulistas, na esmagadora maioria, como diz o chavão, primaram pela ausência. Provavelmente estavam limando teses rebuscadas, versos vanguardistas ou assistindo à televisão comodamente em casa. Foi pena. Mesmo assim o público em geral pôde aquilatar nem melhor a multiplicidade de fascínios que Doris Lessing exerce como escritora e como personalidade magnética.

Na entrevista longa e exclusiva que me concedeu, tipicamente evitou falar de seus livros, talvez por não querer dissecá-los ou aproximar-se do que detesta: a rotulação arbitrária da crítica. Embora ela ainda admita que há críticos excelente. Vivamente impressionada com a chacina do Afeganistão, sonbre o qual as *mass media* amordaçadas silenciam, ela achou difícil de acreditar que no Brasil muita gente ainda atrelasse seus pensamentos e ações ao carro de bois de Marx e Lenin, múmias dignas do Mundo da Cera de *Mme. Tussaud*, em Londres. Com um senso de humor muito britânico, abominou a ideia de jamais ter sido influenciada por Simone de Beauvoir e suas análises superficiais da posição da mulher em um mundo machista ou sobre a velhice. E deixou como seu lema a convicção de que o dogmatismo é a morte da inteligência, é o retorno à barbárie da era das cavernas ou da inquisição. O dinamismo da vida impede que uma pessoa inteligente se detenha em receitas de um passado hoje anacrônico e sem utilidade para nós. Para ela, a adaptabilidade, a flexibilidade é que são a garantia de sobrevivência tanto da humanidade quanto do indivíduo.

Agora que as ditaduras fascistas de Franco e Salazar caíram na Europa, a sra. está mais otimista com relação à recuperação da democracia?

Estou e também com a decisão de não mais se manterem os militares no poder no Brasil, na Argentina, na Grécia.

Embora ainda, há nove anos, continue a guerra provocada pela invasão soviética do Afeganistão...

Estive há pouco lá, tinha estado em setembro e ainda não chegou aqui o livro que escrevi sobre o assunto. Acabou de ser publicado e se chama, no original, *The Wind Blows Away Our Words* (*O Vento Leva Embora Nossas Palavras*). Estive como jornalista com um grupo de outras pessoas em Peshwar, na fronteira noroeste do Paquistão com o Afeganistão, que como você sabe é uma região cheia de combatentes afegãos e de milhões de refugiados desse mesmo país. Foi uma experiência terrível, chocante, porque é uma guerra esquecida, ninguém a menciona.

É uma guerra ocultada pelos meios de comunicação em geral...

Sim, embora o relatório oficial sobre o assunto dado a público pelas Nações Unidas a tenha definido como genocídio e considerado o pior acontecimento do mundo em nossos dias.

Comparável ao Vietnã que, ao contrário, foi tão intensamente divulgado?

É uma guerra que já dura mais tempo do que a guerra do Vietnã!

E talvez mais cruel ainda pelas experiências químicas que as forças armadas levam a cabo em com crianças, por exemplo? E o que a “boa terrorista” teria a dizer sobre o Afeganistão?

Nada sobre o Afeganistão (risos). O grupo a que ela pertencia era muito britânico, sabe?

Falando de britânicos, os afegãos nunca permitiram que o poderoso Império Britânico vencesse militarmente no Afeganistão, não é?

Três vezes eles nos expulsaram da sua terra!

Devem ser muito corajosos e fortes mesmo.

Sem dúvida! São um dos povos mais extraordinários que eu imagino possam existir!

Em parte, são um povo que pertence ao passado, por outro lado estão muito bem-informados sobre tudo.

Eles advogam o chamado “islamismo fundamentalista” do “Hizbollah” de Khomeini do Irã?

Olhe, há sete facções diferentes lutando no Afeganistão. Percorrem toda a gama desde os extremistas islâmicos até os liberais que aceitam o Ocidente e veem um islamismo adaptado às peculiaridades locais do Afeganistão.

Mas são todos grupos minoritários, cada um deles afirmando ser o verdadeiro defensor do país?

Veja: cada *muhajad* (combatente) que nós encontrávamos dizia a mesma coisa: “ Se amanhã nós vencermos a guerra contra os russos, esses diferentes partidos ou facções cessariam de existir, porque não teriam mais base para existir”. E dizem mais: “Eles são os que falam, mas nós somos os que lutam. Nos dão o dinheiro, mas a corrupção grassa entre eles”.

O dinheiro lhes vem por meio do Egito, da China, dos Estados Unidos?

Bem, em primeiro lugar é preciso deixar claro que o dinheiro disponível que chega nunca é suficiente, ao contrário do que pensamos, pois os intermediários entre os *muhajidin* e os doadores são muito, muito corruptos. O Egito manda fundos, a China Comunista cada vez mais, mas se você olhar para o mapa verá que dificuldades têm de ser superadas para que o dinheiro finalmente chegue aos combatentes... E os EUA têm mandado os mísseis de terra desde outubro do ano passado. A situação fica assim: os combatentes dizem que sabem que os norte-americanos estão enviando muito dinheiro e acham que os americanos também sabem que o dinheiro flui em grandes quantidades, mas na realidade não é o total que chega às mãos dos combatentes.

Há um “buraco negro” no meio?

Exato, digamos: um buraco negro. Há gente que afirma que a corrupção é geral e em certos momentos se torna mesmo ridícula: declarar que a CIA e o Paquistão participam dos roubos de quantias vultosas, porém, já não torna a situação assim tão ridícula...

E é a primeira vez que ultimamente as incursões dos *muhajidin* atacam território dentro da União Soviética, não é?

Sim, os russos estão decididos a acabar com essa guerra, seja como for. Um dos homens da mais alta patente militar que nós encontramos lá nos disse que há tempos vinha trabalhando em prol dos combatentes, embora estivesse oficialmente no topo da hierarquia do Exército afegão, isto é: ele fingia apoiar os russos, mas na realidade apoiava dos rebeldes.

Uma espécie de agente duplo?

Sim, ele nos contou que os russos têm a seguinte característica: os russos são absolutamente inflexíveis, não são capazes de mudar. Portanto, mesmo se estiverem fazendo alguma coisa errada, continuarão nem que seja para piorar tudo.

Aí se trata de estupidez, de teimosia ou de ambas?

Nós lhe perguntamos: na sua opinião isso se deve ao comunismo ou ao temperamento russo? Ele respondeu: “Creio que os dois: a História da Rússia está marcada através dos séculos pela inflexibilidade”. Eu conheço muitos russos fora da Rússia e eles têm essa qualidade que talvez você também já tenha notado entre os exilados russos: se são antissoviéticos, não cedem um milímetro. Já na Inglaterra é diferente: eu sei que somos sempre criticados por sermos pragmáticos, queremos resultados concretos etc., mas pelo menos admitimos áreas em que é possível ceder em alguns pontos, negociar outros, há uma certa flexibilidade...

Claro, a diplomacia inglesa é famosa por causa disso.

Nem sempre essa fama melhora nossa reputação, porém, não é? (risos)

E a sra. acha que Gorbatchóv poderá amenizar essa inflexibilidade congênita russa?

Creio que ele tem que pôr abaixo muitas atitudes obsoletas, muita gente ultrapassada, mas acho que um dos objetivos que ele tem é o de mudar alguma coisa.

A sra. não acha que no caos em que estamos ou alguma coisa muda – com a Aids, os mísseis nucleares etc. etc. – ou a humanidade perece?

Eu costumava pensar assim dessa forma: ou... ou. Hoje acho que a história da humanidade é a história da sobrevivência, apesar de todos os cataclismas. Pense só: depois da Era Glacial, veio a Peste Negra e veja: é neste período que estamos agora. É interessante notar que as mesmas atitudes psicológicas voltam sempre: antigamente se procurava um bode expiatório nos judeus: os *progroms* se seguiam às afirmativas de que havia a peste negra porque os judeus estavam envenenando os poços de onde as pessoas retiravam água, hoje se diz que a CIA criou o vírus da Aids, ou a KGB o disseminou no Ocidente. Mas sim, creio que sobreviveremos porque somos animais infinitamente adaptáveis, nós nos adaptamos a qualquer coisa!

Mas a sra. alude várias vezes em seus livros ao fato de um cataclisma vindouro...

Nós já estamos vivendo no meio do cataclisma!

No primeiro volume de *Shikasta*, porém, quando o enviado extraterrestre, Johor, vem à Terra, numa missão mística, talvez, para salvar a humanidade robotizada, perdida em meio ao caos total, procurando o sentido de suas vidas gastas, procurando suas almas, eu me lembro que fiquei muito comovido quando a sra. escreveu as palavras: “Com relutância, com hesitação, escrevo, no entanto, a palavra: Deus”.

Eu escrevi isto? Na edição inglesa?

Na edição inglesa. Deus. Para quem se declara adepta do ateísmo...

Eu não sou ateia.

Mas já foi anteriormente.

Ah, sim, eu era antigamente.

E a sra. era marxista também. Por que mudou?

Porque o marxismo é dogmático e tudo leva a crer que o marxismo simplesmente *não* funciona, não é? (risos)

É interessante como partes desse livro são proféticas: ontem na TV mostraram a Universidade de Moscou e informaram que depois de Deng os estudantes chineses são colocados junto com os estudantes de países capitalistas e que tal <são?> as organizações que querem a democracia e a liberdade através da violência e do Partido único?

É verdade, mas eu não derivo muito prazer do fato de escrever essas coisas: do que gosto mesmo é da instalação daquele tribunal que julga a raça branca pelos seus crimes cometidos no mundo todo contra as culturas da Ásia, das Américas, da África.

E depois a sra. tampouco poupa o sistema de castas da Índia.

Ah, sim, porque é revoltante: é um racismo do qual ninguém fala e é um dos piores e mais eficientes do mundo.

É de origem religiosa?

Não muda em nada: o mundo todo tem que martelar essas verdades, talvez aí a Índia altere seu sistema inaceitável!

O mesmo acontece com a mutilação imposta às mulheres por certas seitas muçulmanas: como pôr fim a essas práticas?

Encontrei nessa minha viagem à fronteira com o Afeganistão um *mullah* liberal, com muito senso de humor que perguntou: “É o Islã ou são os homens que oprimem a mulher? Do que eu me lembro, até há pouco tempo, as mulheres no Ocidente tampouco gozavam de uma vida tão invejável assim. E, de qualquer maneira, por que as mulheres são maltratadas pelo Islã isso é um motivo para invadir e arrasar o Afeganistão?” O Islã tem toda uma tradição de elevar a mulher como quando se diz que o Paraíso está subjugado pelos pés da tua mãe ou ainda que a mulher é a outra metade que completa o homem. Quando alude também ao fato de que as posses de uma mulher não podem ser tiradas dela, isso permitiu que na Arábia Saudita muitas mulheres se tornassem *business women* (mulheres de negócios). Tudo depende da interpretação.

Mas não fica tudo muito amorfo, muito arbitrário?

Claro, mas é melhor que ter um código rígido de regras imutáveis. Além disso, no *Corão* não se fala de *mullahs* nem de *ímans*. Eu li o Corão, a Bíblia toda: os Testamentos Novo e Velho e os apócrifos e concluí que todos falam da mesma coisa basicamente. Surgem sempre os mesmos protagonistas, como por exemplo o profeta que vem advertir a humanidade sobre os desvios que estiver cometendo e os castigos que receberá.

É verdade que a sra. está estudando sufismo recentemente?

Sim, o sufismo diz que para cada pessoa existe o Caminho, por isso não sei se o meu pode servir para outras pessoas. Mas depois que escrevi *O Carnê Dourado* eu, por assim dizer, joguei fora todo o meu “eu” velho. Eu era marxista, materialista, ateia, racionalista, era *chic* ser isso tudo e estava por dentro da onda! Essa insatisfação me perseguia aliás desde o último volume de *A Cidade de Quatro Portas*. Eu procurava uma religião que não precisasse de um guru e li muitas coisas até que dei com o sufismo. Há pessoas nos países muçulmanos que querem fazer do sufismo parte do Islã, mas parece que de acordo com as fontes atendíveis o sufismo é cronologicamente muito anterior a Maomé, o que houve foi que o sufismo se tornou parte do credo muçulmano durante certo período como proteção contra o cristianismo. O sufismo é o cerne mais profundo comum a todas as religiões, na realidade. Reitero que para mim foi uma ruptura muito profunda escrever *O Carnê Dourado* porque eu não cria mais em “branco e preto”, “verdadeiro e falso”, não cria mais nesse maniqueísmo mecânico. Eu estava tentando dizer ao leitor através desse livro que não se pode fragmentar os elementos da vida em compartimentos estanques senão obteremos resultados muito ruins. Eu adquiri uma compreensão nova de tudo. É como escreve esse teórico do sufismo, Shah: “As palavras ‘Deus é amor’ escritas num cartaz podem significar o coração, a essência de todas as religiões, mas é preciso compreender isto”. *O Carnê Dourado* foi um livro extremamente difícil para eu escrever; lembre-se que estávamos no final da década de 50 e noto que hoje em dia mais e mais pessoas jovens tendem a não aceitar pensar dessa maneira maniqueísta de “ou isto ou aquilo”. Acho que cada vez mais as pessoas optam por soluções individuais, por áreas de suas vidas através das quais possam deliberadamente fazer escolhas individuais, sem imposições dogmáticas a lhes serem impostas, compreende? Tudo isso acontece como resistência a uma pressão imensa no sentido de todos nos tornarmos conformistas, uma massa amorfa e obediente. Por essa razão também é que não creio no apocalipse. Já estamos vivendo em plena barbárie. Mas coisas novas acontecem todos os dias e novos conhecimentos surgem, capazes até de salvar a África do surto pavoroso de Aids. A Inglaterra também, apesar dos pesares, é um exemplo animador. Muito recentemente nós nos tornamos, pela primeira vez na nossa História, uma sociedade plurirracial. Em certas escolas, se forem somadas, há alunos provenientes de 14 grupos linguísticos diferentes. Claro, há os Enoch Powell (racista, do National Party), mas lentamente, seguramente, estamos obtendo progresso.

Mas na África do Sul o bestial racismo parece demonstrar que Hitler está vivo e dirige o regime de Pretória, não?

Não é preciso Hitler: basta a raça branca.

Por quê? Somos tão imelhoráveis assim?

Não, não vê como estamos mansinhos e quietos agora como gatinhos recém-nascidos? (risos), nem impérios não temos mais.

Gore Vidal se preocupa com a sobrevivência da raça branca que hoje se tornou uma minoria no mundo.

Nossos dias de pilhagem e pirataria já passaram, agora podemos olhar para os novos piratas que surgirem e condená-los (risos).

Serão os japoneses os novos piratas que substituirão os brancos nessa tarefa?

Claro! Em compensação, podemos de agora em diante olhá-los cheios de superioridade moral (risos).

A sra. tinha grandes esperanças com relação ao Hemisfério Sul, como possibilidade de novas maneiras de se viver, de comportamento social...

Você está pensando demais em termos de *Shikasta*, mas é verdade, ainda creio que o Hemisfério Sul guarda muitas esperanças e expectativas. Não só porque a Europa está letárgica hoje em dia, mas também porque depois do acidente de Chernobyl ficou mais do que evidente para todos que a Europa só precisa de alguns reatores nucleares a mais para se transformar num deserto absoluto. Não nos disseram toda a verdade sobre Chernobyl até hoje, sabe? Foi muito, muito pior do que os pedaços de verdade que jogam para nós pouco a pouco. Quando olhamos para um mapa vemos esses imensos continentes, a América do Sul, a África, relativamente preservados ainda: você crê que haverá uma mudança e pararão com a devastação, por exemplo, das florestas tropicais no Amazonas?

Lamento muito, mas não tenho a menor esperança. Aqui se pensa na Amazônia como o Oeste dos Estados Unidos; a última fronteira, cheia de riquezas minerais, o que valem algumas tribos de índios se forem um estorvo para a “civilização branca” tecnológica, moderna etc.?

Sabe, Paul Ehrlich formulou uma pergunta que me parece fundamental: “Por que devemos continuar a fazer determinados tipos de coisas que sabemos que estão erradas e que são burras?” Há os cientistas que conjecturam que o problema está em nossos cérebros, exato, a teoria formulada por Koestler também, a de que temos um cérebro primitivo, agressivo, insensível, o cérebro reptílico e só recentemente brotou o neocórtex, aquela parte evoluída, altruísta de nosso cérebro, mas ela não domina todas as nossas ações e pensamentos. Verifico que mantemos uma atitude inteligente apenas durante pouco tempo. Assim que os tambores das emoções começam a ruflar, nossas fibras nervosas empanam nosso discernimento e paramos de ser inteligentes, não é? Foi o que aconteceu recentemente com o problema das ilhas Falkland ou Malvinas: foi suficiente que soassem marchas patrióticas e se pronunciassem as palavras-chaves. “Grã-Bretanha”, “glória”, etc. e já se perde a noção de tudo, pelo menos para muita gente. Mas confio na absorção de várias raças como uma vantagem, como a aquisição de um novo vigor. Poderá haver um choque da velha Direita e da velha Esquerda, mas como você viu a Inglaterra da última vez em que esteve lá?

Com uma espécie de sabedoria *hippie* de que não vale a pena matar para terminar como chefe de uma grande empresa e não ter vivido...

Compreendo: por isso dizem que a Inglaterra hoje é a Itália do Norte...

Há uma pergunta que queria lhe fazer: quando a sra. usou o pseudônimo de Jane Somers foi a primeira vez que a sra. tratou do problema do envelhecimento, do isolamento crescente a que os velhos estão relegados, ao abandono em que vivem, como “sucata” de uma sociedade que já os sugou ao máximo?

Eu também estou envelhecendo, sabe? Mas Jane Somers tem muito de minha mãe: bem classe média, tudo certinho, obedece à Lei rigorosamente, tem pouca imaginação, tudo é dividido em escaninhos: certo, errado, branco, preto, sem nuances... Imaginei: o que a minha mãe, que sempre foi pobre, mas adorava moda, vestidos, faria se fosse vida e jovem na Inglaterra? Trabalharia numa revista de modas, dedicaria parte do seu tempo a trabalhos humanitários, como o de cuidar dessa anciã abandonada. Mas para mim o mais interessante foi essa experiência de escrever na primeira pessoa do singular: foi uma experiência estreita, limitada. Mas conheci uma velha senhora exilada russa e depois outras pessoas de idade muito avançada e fiquei fascinada com o aspecto do trabalho social que se faz para elas. Sim, burocrático, tediosos às vezes, às vezes ineficiente. Mas é assim comigo: eu fico fascinada com o desafio de escrever um livro, seja o assunto que for, e o soluciono escrevendo-o da maneira que acho que deva ser escrito naquele dado período de tempo.

A sra. sempre detesta a palavra “engajamento”, eu também acho absurdo assumir uma atitude leninista, empunhar a máquina de escrever como se fosse uma metralhadora, mas quando eu digo que a sra. está engajada eu me refiro à sra. e a Bertrand Russel demonstrando pacificamente em Trafalgar Square (uma das praças principais de Londres) e demonstrando assim que a sra. está participando de movimentos políticos, sociais etc.

Você discerniu perfeitamente os dois aspectos do “compromisso social”. Quando eu desafio as ordens da policie e me sento na Trafalgar Square eu sou uma cidadã lutando pelos meus direitos e pelo que eu creio são os direitos de outros. Quando vou como jornalista ao Paquistão para escrever sobre a tragédia do Afeganistão, estou desempenhando um papel consciente “engajado” de observadora imparcial, mas quando escrevo, como romancista, acho “engajamento” sem cabimento na literatura. Recordo-me das palavras de um sábio combatente no Afeganistão que me disse (e eu até usei parte da sua frase como título do meu último livro recém-publicado): “O vento varre para longe as nossas palavras”.

## Lessing, na trilha do horror.

*Jornal da Tarde;*1988/09/12

Uma das raras e últimas grandes escritoras da Europa hoje em rápido crepúsculo literário, a inglesa Doris Lessing, já focalizou, pioneiramente, vários temas em sua vasta e admirável criação literária. Decididamente a favor dos direitos dos negros e contra o racismo colonialista dos ingleses e dos *afrikaners* (descendentes de holandeses na África), sua série resumida ao título genérico de *Os Filhos da Violência* (*The Children of Violence*) e seus contos de ambiente africano são uma lúcida, irrespondível e humaníssima defesa desses grupos massacrados pelos brancos imperialistas. Depois, com seu *Carnê Dourado* (*The Golden Notebook*), ela foi a voz mais ouvida em prol da mulher, não uma feminista histérica, mas uma arguta analista da história da dominação machista, em detrimento multissecular da mulher. Há muitos temas que ela aborda, como o que é loucura, o que é sanidade mental, influenciada pelo psicólogo britânico Laing. Obviamente, ela foi a criadora de um gênero que ela detesta ver confundido com a ficção científica: o *space fiction*, isto é: a ficção espacial que focaliza a vida dos seres humanos em combate mortal com planetas maléficos como no deslumbrante *Shikasta*. Abordou ainda o terrorismo, os problemas da velhice considerada sucata por uma sociedade utilitarista e cruel etc. etc.

Agora, a Grande Dama urdiu um relato de horror. Um dos gêneros (com perdão da má palavra extraída do jargão da crítica literária) que distingue a literatura anglo-saxônica (não só a inglesa, mas também o seu transplante para a literatura dos Estados Unidos) é o chamado gênero *gothic*. Essas histórias *góticas* abrangem romances, contos e peças de teatro cuja ação inteira está enraizada no horror. Monstros criados por uma mulher, a esposa do poeta Shelley, como Frankenstein, fantasmas que atormentam uma governanta numa enorme mansão rural na Inglaterra como *The Turn of the Screw* (*A Volta do Parafuso*) de Henry James povoam essas narrações.

Doris Lessing sempre independente de modismo, criou atualmente uma novela curta, *The Fifth Child* (*O Terceiro Filho* que remotamente está ligada ao apavorante pacto com o demônio localizado em *O Bebê de Rosemary*, do qual Polanski fez uma soberba adaptação cinematográfica. *The Fifth Child* nada tem a ver com *O Exorcista*: parece-me mais com *A Profecia*.

Tólstoi abre um de seus romances incomparáveis, *Anna Karenina*, dizendo que todas as famílias felizes se parecem, as infelizes diferem umas das outras. Esse ângulo de observação tem que ser questionado de agora em diante, depois do livro mais recente de Doris Lessing. Por quê? Porque os protagonistas principais, os pais de cinco crianças , quatro delas perfeitas e saudáveis, os Lovatts, eram felizes e a felicidade, como diz a autora, era tudo que almejavam e mereciam.

No entanto, essa felicidade é *diferente* das outras felicidades: de repente a futura mãe, durante sua quinta gravidez, começa a achar que aquele feto está, ela acha, envenenando o seu organismo. O marido David, preocupado, pede à esposa, Harriet, que consulte o médico. Este faz todos os exames e não acha nada de estranho, exceto talvez o tamanho da criança que está para nascer e que para seu tempo de gestação parece grande, mas nada de inquietantemente normal.

Como revela a revista *Time*, ao fazer uma resenha altamente elogiosa desse novo livro da escritora britânica, há, sim, coisas assustadoramente anormais com esse quinto filho, Ben. Ben é instintivamente evitado pelos seus quatro irmãos, que inexplicavelmente têm medo dele. Precoce, a criança tem uma força física extraordinária e jamais demonstra o mínimo traço de compaixão humana ou de solidariedade. O cachorro e o gato da casa aparecem misteriosamente estrangulados. Pouco a pouco esse “estranho” aliena os próprios pais, que compreendem que ele quis nascer, independentemente da vontade de seus pais, indefesos diante de seu poder assombroso.

A novela contém páginas de puro horror deleitando o leitor que gosta dessa temática. Mas, imagina o autor da resenha com essa história Doris Lessing não terá feito alusão a uma alegoria muito mais profunda, mais metafísica e mais alucinante do que seja o Mal encarnado em carne e osso? O casal Lovatt teria errado ao se acomodar em sua felicidade confortável, sem se importar com ninguém nem com nada fora do círculo de sua ventura familiar? Ou Ben será o símbolo de um gene maléfico, maligno, que precisa ser extirpado para que a espécie humana possa sobreviver em paz? A família e a sociedade talvez não representem mais uma salvaguarda segura contra os males plurais que afligem a humanidade?

Doris Lessing, evidentemente, não tem respostas prontas, panfletárias, dogmáticas, para nenhuma dessas indagações. O leitor pode lê-la, interpretando-a de várias maneiras, nenhuma exegese é *a única certa* aquela que a autora supostamente prega... Uma derradeira interrogação se prende à família como ela vem sendo constituída até hoje: a família poderá ser o berço de monstruosidades sem nome, sufocadas debaixo de um clima aparentemente agradável e sem mácula de “felicidade conjugal”?

A magnífica escritora inglesa, coitada, não tem tido muita sorte no Brasil: seus livros frequentemente perfeitos e sempre perturbadores se esboroam, diante das horrorosas traduções brasileiras, tão monstruosas e apavorantes quanto esse Ben que vem destruir uma frágil perfeição doméstica. *The Fifth Child* será traduzida no Brasil? E será reconhecível em meio aos erros de interpretação do inglês e aos erros devidos ao desconhecimento da língua portuguesa da quase totalidade de nossos tradutores famelicamente mal pagos, pelo menos até esta data?

Introdução